



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB**

ALINE DA SILVA FRANCA

**DO COCAR AO CATÁLOGO:**  
A representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil

Rio de Janeiro  
2016

ALINE DA SILVA FRANCA

DO COCAR AO CATÁLOGO:  
A representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Área de concentração:  
Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa:  
Organização e Representação do  
Conhecimento

Orientadora:  
Profª Drª Naira Christofolletti Silveira

Rio de Janeiro  
2016

É proibida a reprodução impressa e eletrônica deste documento para fins comerciais. Autoriza-se a reprodução, total ou parcial, por processos fotocopiadores e eletrônicos, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, com a identificação completa da fonte.

Franca, Aline da Silva.

Do cocar ao catálogo : a representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil / Aline da Silva Franca. – 2016. – 118 f. – (Dissertação)–Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. – Orientadora: Profª Drª Naira Christofolletti Silveira.

1. Autoria indígena. 2. Organização e Representação do Conhecimento. 3. Representação bibliográfica. I. Silveira, Naira Christofolletti, *orient.* II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Aline da Silva Franca

Título: Do coçar ao catálogo: a representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

### BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Naira Christofolletti Silveira  
Orientadora

---

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire  
Membro titular externo (PPGMS/UNIRIO)

---

Profª Drª Elisa Campos Machado  
Membro titular interno (PPGB/UNIRIO)

---

Profª Drª Elisabete Gonçalves de Souza  
Membro suplente externo (PPGCI/UFF)

---

Profª Drª Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei  
Membro suplente interno (PPGB/UNIRIO)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas pequenas e grandes bênçãos diárias e por todas as conquistas alcançadas até aqui, sem o qual nada seria possível. Por permitir que pessoas especiais fizessem parte da minha vida, algumas das quais cito neste agradecimento.

Aos meus pais Luiz e Edna, por todo apoio e amor dedicado. À minha irmã Elaine, pelos momentos de partilha e os inúmeros cafezinhos.

À professora Naira Silveira, minha admiração pela generosidade e esmero na orientação deste trabalho. Tenho profunda gratidão pela amizade e confiança depositada. Agradeço pelos conselhos, por proporcionar espaços para o meu desenvolvimento e por “abraçar” comigo este tema desafiador que nos gerou uma parceria profícua. Sinto-me honrada em ser sua orientanda.

Ao professor José Ribamar Bessa Freire, pelas leituras sugeridas e textos oferecidos, pela solicitude, pelas contribuições e sugestões durante a banca de qualificação.

À professora Eliane Serrão Alves Mey, pelo exemplo profissional, pelas valiosas contribuições e reflexões durante a banca de qualificação.

À professora Elisa Campos Machado, pela gentileza em aceitar prontamente o convite para a banca de defesa e pela minha iniciação nos conhecimentos sobre Representação Descritiva.

À professora Beatriz Decourt, que acompanhou o início desta pesquisa e, logo que soube da minha aprovação no mestrado, me forneceu os primeiros materiais de leitura. Eu disse que seu nome estaria aqui, promessa cumprida! Agradeço o apoio, o carinho, os conselhos e as oportunidades de crescimento.

Aos parceiros do Instituto Uk'a – Casa de Saberes Ancestrais, que desde o primeiro contato acolheram as minhas dúvidas e inquietações, além de colaborarem efetivamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Minha profunda gratidão aos amigos Daniel Munduruku, Cristino Wapichana, Roni Wasiry Guará e Tiago Hakiy pela generosidade de sempre e por este período de intenso aprendizado.

Às amigas e bibliotecárias da Fundação Biblioteca Nacional, Raissa Meirelles, Andrea Barboza e Taiza Cabral, mãe do coração, pelo auxílio na

localização dos livros mais difíceis, pelo apoio constante, pelo carinho e compreensão.

Ao amigo Vinicius Tolentino, pela amizade e torcida, pelas conversas e partilha das dificuldades e alegrias que o período do mestrado nos proporcionou, cada qual em seu programa.

Ao amigo Renan Silva, pelo prestimoso auxílio com os textos em inglês.

Aos amigos, conhecidos e familiares que, durante este período de convivência foram sensibilizados às questões indígenas e me enviavam todas as notícias, textos e informações relacionadas à temática indígena, demonstrando sutilmente seu apoio a mim e ao desenvolvimento deste trabalho.

"No dia em que não houver lugar para o índio no mundo, não haverá lugar para ninguém".

*Ailton Krenak*

[...]  
"Eu tenho um colar  
De muitas histórias  
E diferentes etnias.  
Se não me reconhecem, paciência.  
Haveremos de continuar gritando  
A angústia acumulada  
Há mais de 500 anos".

*Graça Graúna – Canção peregrina*

## RESUMO

O presente trabalho possui como temática principal a representação bibliográfica do conhecimento indígena registrado, especificamente sobre a representação da autoria indígena nos registros bibliográficos. Enquanto recursos informacionais, são analisados aqueles que compõem ou poderão compor os acervos de bibliotecas e unidades de informação, considerando-se aqui os materiais bibliográficos publicados. Tem como objetivo geral discorrer sobre a representação bibliográfica de obras elaboradas por povos indígenas brasileiros. O foco está na representação da autoria de obras com caráter coletivo, ou seja, de obras emanadas do conhecimento da comunidade indígena como um povo e não da autoria individual indígena. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que pode ser compreendida em três momentos distintos: 1) pesquisa bibliográfica, que contempla o levantamento bibliográfico; 2) coleta de dados por entrevista, recorrendo aos autores indígenas brasileiros para apresentar a visão dos indígenas sobre as questões autorais; 3) pesquisa documental, que busca analisar e exemplificar a representação bibliográfica da autoria indígena. O levantamento bibliográfico forneceu a base para realização da entrevista e coleta de dados dos materiais publicados. A entrevista foi realizada com quatro autores indígenas de diferentes povos, seguindo um roteiro semi-estruturado. Para a análise dos materiais bibliográficos recorreu-se à duas listas compiladas por Freire (2005) e Santos (2014). Em tais listas foi possível verificar a diversidade de tipos de materiais e temáticas produzidos pelos povos indígenas, de criação individual e produção coletiva. A análise dos dados apresenta alguns exemplos de livros publicados, evidenciando questões referentes ao conceito de autoria apresentado nos livros e nas entrevistas com os fundamentos apresentados no referencial teórico. Por fim, apresenta-se uma proposta para a representação da autoria indígena, com base nos dados analisados e nos estudos teóricos acerca da Organização e Representação do Conhecimento. Conclui-se que pensar em políticas de representação bibliográfica que contemplem a representação da autoria indígena é, não somente desejável, quanto um compromisso com os povos originários, a fim de garantir o reconhecimento do valor de seus saberes ancestrais e ao seu direito à auto representação social, respeitando sua origem e identidade cultural. Observa-se também que o registro da autoria de povos indígenas na representação bibliográfica além de evidenciar o reconhecimento desses povos como os detentores e criadores de seus conhecimentos, trata-se também de um resgate e fortalecimento da própria identidade do povo brasileiro.

**Palavras-chave:** Autoria indígena. Organização e Representação do Conhecimento. Representação bibliográfica.



## ABSTRACT

The present study has the bibliographic representation of the indigenous knowledge as the main theme while informational resources especially those that compose or can compose library collections or information units collections. It has as general objective arguing about the bibliographic representation of works elaborated by Brazilian Indigenous people. Its focus is on the authorship representation of collective works, in other words, works emanated from the indigenous community knowledge as a group of people not from individual indigenous authorship. This is an exploratory research that can be understandable in three distinct moments: 1) bibliographic research which contemplates the bibliographic search; 2) data collection using interviews consulting Brazilian indigenous people in order to present the Indigenous' views about the authorship questions; 3) documental research which seeks to analyse and exemplify the bibliographic representation of the Indigenous authorship based on analysed data and on theoretical studies regarding the Knowledge Organization and Representation. The bibliographic search provided the base for the completion of the interview and the data collection of the published materials. The interview was executed with four indigenous authors from different tribes following a semi-structured script. To analyse the bibliographic materials two lists compiled by Freire (2005) and Santos (2014) were used. In those lists, it was possible to verify the diversity of types and themes produced by indigenous tribes, of individual creation and collective production. The data analysis presents some examples of published books, highlighting questions regarding the authorship concept presented in books and in interviews with fundamentals presented in the theoretical approach. Finally, the study presents a proposal to the representation of indigenous authorship based upon the analysed data and upon the theoretical studies regarding the Organization and Representation of Knowledge. One may conclude that thinking about bibliographic representation policies that contemplate the representation of Indigenous authorship is, not only desired, on a commitment with originary people, in order to ensure the recognition of their knowledge ancestors' value and to their right to social auto-representation respecting their origin and cultural identity. It should also be noted that the authorship register of indigenous people in the bibliographic representation besides recognizing these people as holders and creators of their own knowledge, it also rescues and fortifies the identity of the Brazilian people.

**Keywords:** Indigenous Authorship. Knowledge Organization and Representation. Bibliographic Representation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Histórico de trâmites da avaliação ética .....	22
Figura 2 – Registro bibliográfico, com ponto de acesso principal .....	52
Figura 3 – Relações entre entidades dos Grupos 1 e 2 dos FRBR .....	56
Figura 4 – Registro de identidade, autoria pessoal .....	68
Figura 5 – Registro bibliográfico, sem ponto de acesso principal .....	70
Figura 6 – Penãhã, página de rosto .....	71
Figura 7 – Penãhã, verso da página de rosto .....	72
Figura 8 – Tipos de autoria indígena .....	84
Figura 9 – Índios no Acre, verso da página de rosto .....	86
Figura 10 – Antologia da floresta, detalhe .....	87
Figura 11 – <i>Adâitobyry Nhegatuhomobyry</i> , página de rosto .....	88
Figura 12 – <i>Iny Rybe-my Ijyy</i> , detalhe, verso da página de rosto .....	90
Figura 13 – <i>Torü Duü'ügü</i> , detalhe .....	90
Figura 14 – Cartilha <i>Mebêngôkre</i> , página de rosto .....	91
Figura 15 – Cartilha <i>Mebêngôkre</i> , detalhe <i>copyright</i> .....	92
Figura 16 – Antes o mundo não existia, 1995 .....	94
Figura 17 – Registro de identidade, autoria pessoal para nome indígena ...	95
Figura 18 – Registro de identidade, Povo Maxakali .....	97
Figura 19 – Registro de identidade, Povo Guarani Kaiowá .....	98
Figura 20 – Registro de identidade, Povo Guarani Ñandeva .....	99

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sinais gráficos e tipográficos na transcrição .....	24
Quadro 2 – Perfil dos entrevistados .....	25
Quadro 3 – Objetivos das questões de entrevista .....	26
Quadro 4 – Campo de conhecimento referente às obras de autoria indígena (período de 1970 a meados de 2013) .....	28
Quadro 5 – Temáticas dos Encontros de Escritores e Artistas Indígenas...	60
Quadro 6 – Síntese dos dados coletados pela entrevista .....	82
Quadro 7 – Regras para cabeçalhos para entidades .....	96

## LISTA DE SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloging Rules</i>
AACR2	<i>Anglo-American Cataloging Rules</i> , segunda edição
AACR2r	<i>Anglo-American Cataloging Rules</i> , segunda edição, revista
CCAA	Código de Catalogação Anglo-Americano
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i> = Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i> = Requisitos Funcionais para Dados de Autoria
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
OC	Organização do Conhecimento
OPAC	<i>Online Public Access Catalogs</i>
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
POC	Processos de Organização do Conhecimento
RC	Representação do Conhecimento
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1.1	TEMA	14
1.2	PROBLEMA	15
1.3	OBJETIVOS	15
1.4	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA CIENTÍFICA	16
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO	18
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	20
2.1	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	20
2.2	A ENTREVISTA	21
2.3	A ANÁLISE DOCUMENTAL	26
<b>3</b>	<b>O CONHECIMENTO INDÍGENA</b>	30
3.1	O CONHECIMENTO NÃO REGISTRADO: A ORALIDADE	35
3.2	O CONHECIMENTO REGISTRADO: A ESCRITA	37
<b>4</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO</b>	41
4.1	A REPRESENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA: ASPECTOS RELEVANTES	49
4.2	A REPRESENTAÇÃO DA AUTORIA: ASPECTOS CONCEITUAIS	53
<b>5</b>	<b>A AUTORIA INDÍGENA E A REPRESENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	58
5.1	O CONHECIMENTO DOS INDÍGENAS E OS CATÁLOGOS	61
5.2	A AUTORIA INDÍGENA NO REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	66
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b>	74
6.1	ANÁLISE DE ENTREVISTAS	74
6.2	ANÁLISE DE DADOS DOCUMENTAIS	83
6.3	PROPOSTA PARA REPRESENTAÇÃO DE AUTORIA INDÍGENA	93
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	101
	<b>REFERÊNCIAS</b>	104
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA</b>	112
	<b>APÊNDICE B – TCLE</b>	113
	<b>ANEXO – CARTA DA KARI-OCA</b>	115

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, o termo *índio* tem sido utilizado genericamente para designar qualquer indivíduo pertencente a um dos muitos povos nativos que habitavam o território nacional à época da colonização europeia ou que possuam origens étnicas derivadas destes povos.

Um olhar descuidado sobre os povos indígenas pode levar a crer que estes formam um grupo homogêneo, no entanto, cada povo possui suas próprias características culturais, linguísticas e sociais que os diferem entre si. O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 constatou que o Brasil conta com mais de 896 mil pessoas indígenas, vivendo dentro ou fora de terras indígenas, 305 etnias, falantes de 274 línguas (IBGE, 2010). Assim, os povos indígenas devem ser pensados nas suas especificidades, com culturas próprias, que em alguns momentos compartilham de características semelhantes e em outros não.

Durante o período que se estendeu desde a colonização europeia no Brasil até a primeira metade do século XX, os grupos indígenas foram mantidos em uma condição secundária na dinâmica social brasileira. A segunda metade do século XX foi marcada por diversas transformações sociais que legitimaram os direitos dos povos indígenas do Brasil. Estes grupos passaram a ser alvo de políticas indigenistas que visaram proteger e assegurar a continuidade da cultura nativa, tradicionalmente vinculada à oralidade.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas tiveram seus direitos formalmente reconhecidos, inclusive o respeito à “[...] sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (BRASIL, 1988, *online*<sup>1</sup>), além da educação básica em sua língua materna. Naquele momento a educação escolar indígena passava a ganhar novas perspectivas. Em 1991 foi sancionado pelo Presidente da República o Decreto nº 26, atribuindo ao Ministério da Educação (MEC) a coordenação das ações referentes à educação escolar indígena, em

---

<sup>1</sup> A ABNT NBR 10520 orienta que nas citações diretas deve-se especificar no texto a(s) página(s), volume(s), tomo(s) ou seção(ões) da fonte consultada. Entretanto, o texto citado se refere a um documento sem paginação, disponível para acesso *online*. Assim sendo, optou-se por mencionar o termo *online* no lugar da paginação. Esta forma será adotada para os demais casos semelhantes.

parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1991).

A partir desta medida, foi criado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, que “trata de fundamentos gerais de ensino e aprendizagem para todo o Ensino Fundamental” (BRASIL, 1998, p. 14). Sua finalidade seria garantir uma educação escolar diferenciada que contribuísse para o processo de afirmação étnica e cultural, orientada pela valorização dos saberes milenares e o uso das línguas nativas. Esta ação também tem o objetivo de oferecer subsídios para a

elaboração e implementação de programas de educação escolar que melhor atendam aos anseios e interesses das comunidades indígenas [... e para a] formação de educadores capazes de assumir essas tarefas e de técnicos aptos a apoiá-las e viabilizá-las (BRASIL, 1998, p. 13).

A demanda por materiais didáticos e paradidáticos a serem utilizados pelas escolas nas aldeias foi o passo inicial para os primeiros autores indígenas. No entanto, a produção bibliográfica destes grupos se deslocou quanto ao seu propósito inicial, a fim de assumir outras formas de expressão, e atualmente compreende diferentes gêneros textuais como poesias, contos literários, textos informativos, históricos, entre outros. A prática da escrita nas sociedades indígenas apresentou-se como uma alternativa de manutenção da memória do grupo, um canal de comunicação com outros grupos sociais e, posteriormente, como ferramenta de resistência cultural.

Considerando o tempo histórico, a produção bibliográfica dos povos indígenas pode ser considerada um fenômeno relativamente recente para a realidade brasileira. Entretanto, o crescente número de autores e publicações evidencia não só a força criativa destes povos, como também sua habilidade em apropriar-se de elementos culturalmente característicos de outros grupos para benefício próprio. Neste ponto, o benefício direto a que se faz referência é a utilização da linguagem escrita, como meio de comunicação com a parcela não indígena da sociedade civil.

Observa-se, portanto, que o avanço da prática escolar nas aldeias foi o passo inicial para o surgimento da autoria indígena em materiais bibliográficos que, a princípio, teria caráter local, com circulação em contextos específicos. A diversificação nos gêneros textuais colaborou para a ampliação de seu alcance, estando presentes tanto em escolas como em diferentes tipos de bibliotecas. Neste

sentido, tem-se como objeto de estudo o material bibliográfico de autoria indígena, especificamente sobre a representação bibliográfica da autoria indígena.

Para fins de representação bibliográfica, de acordo com o código de catalogação vigente no Brasil, as formas de autoria podem ser compreendidas como “autoria pessoal” ou “entidade coletiva”, sendo que a autoria pessoal se refere ao indivíduo, à pessoa; e, a “entidade coletiva” se refere geralmente à autoria atribuída às organizações ou instituições. O código de catalogação, que estabelece normas para a atribuição e representação da autoria, está em processo de revisão devido ao surgimento de um modelo conceitual que pode incluir mais um tipo de autoria: “família”. Tais conceitos serão abordados com maior detalhamento nas seções seguintes.

Assim, o foco deste trabalho está na representação da autoria para materiais produzidos coletivamente por povos indígenas. Neste momento, considera-se que existem dois tipos de “autoria indígena”: uma seria a “autoria indígena pessoal”, ela se refere a autoria de um indivíduo, e a “autoria do povo indígena” que se refere a toda e qualquer criação elaborada em nome do povo, proveniente de manifestações artísticas e culturais que resulte em registros do conhecimento. Neste caso, o povo é o detentor da propriedade intelectual das obras emanadas de seu conhecimento tradicional. Ao longo deste trabalho serão levantadas ponderações sobre a autoria indígena, relacionando-as com a criação de “obras” e a realização de “expressões”, com o intuito de discorrer sobre as questões relacionadas à autoria.

## 1.1 TEMA

A partir da contextualização apresentada, o presente trabalho possui como temática principal a representação bibliográfica do conhecimento indígena registrado, enquanto recursos informacionais, especialmente aqueles que compõem ou poderão compor os acervos de bibliotecas e unidades de informação.

Com a finalidade de delimitar sua abrangência, para melhor desenvolvimento desta pesquisa, a temática principal deste trabalho é a representação bibliográfica da autoria dos povos indígenas de obras produzidas por indígenas brasileiros a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a década de 1970,



período que marcou o início da escrita alfabética de diversos povos indígenas em função da inserção das escolas nas aldeias.

## 1.2 PROBLEMA

A compreensão do contexto histórico e social da produção das obras e as diferentes formas de autoria é fundamental para uma representação bibliográfica adequada. Partindo desse pressuposto, propõe-se a reflexão sobre a autoria indígena.

Ora, se o conceito de autor é construído socialmente (BARTHES, 1988, apud SILVEIRA, 2013), será que os povos indígenas compartilham do mesmo conceito estabelecido nos instrumentos de representação descritiva? De que forma isso pode impactar na representação dos documentos? De acordo com as atuais formas de representação de autoria, os povos indígenas podem ser considerados como entidades coletivas, famílias ou outra forma de classificação? O mesmo poderia ser discutido sobre outros grupos autóctones ou grupos sociais que não se alinham culturalmente à sociedade envolvente?

Compreendendo a importância do bibliotecário e seus instrumentos de representação da informação e do conhecimento neste contexto, elaborou-se a seguinte questão: De que forma a autoria de povos indígenas pode ser melhor representada nos catálogos de bibliotecas?

## 1.3 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral discorrer sobre a representação bibliográfica de obras elaboradas por povos indígenas brasileiros, com foco na representação de sua autoria.

A fim de alcançar o objetivo proposto, elencam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o valor cultural da autoria indígena brasileira, identificando os limites entre a autoria pessoal e a autoria do povo indígena;

- b) Identificar se os gêneros de literários das obras indígenas se relacionam ao tipo de autoria (pessoal ou do povo);
- c) Apresentar a percepção do conceito de autoria no contexto dos povos indígenas, comparando-o ao conceito estabelecido nos instrumentos de representação bibliográfica;
- d) Propor instruções sobre a representação bibliográfica da autoria de povos indígenas.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA CIENTÍFICA

Em função da lacuna de estudos anteriores que abordem esta temática, que relaciona a questão indígena com a representação bibliográfica, o desenvolvimento desta pesquisa se fundamentará no estudo de Mey e Zafalon (2009), que defendem o respeito às diversidades culturais e regionais pelos códigos de catalogação, e o respeito às variadas necessidades locais quanto à representação bibliográfica.

As publicações indígenas brasileiras têm demonstrado uma tendência ao crescimento, tanto em número quanto em relevância, tornando-se presentes em várias partes do mundo. Neste sentido, é necessário discutir o tratamento documental destes materiais, uma vez que são produzidos no Brasil, por indígenas brasileiros.

Ademais, entende-se que cada país deve responsabilizar-se pela representação bibliográfica completa e adequada dos registros do conhecimento produzidos em seu território, considerando seus aspectos temáticos, descritivos e a padronização dos termos utilizados como pontos de acesso. Caso este princípio não seja considerado, colabora-se para o risco de perda de informação, uma vez que a representação documental incompleta ou incorreta tem o poder de ocultar o registro bibliográfico que identificará o item de um acervo em um sistema de organização e recuperação de informação. Atualmente não há orientação formal instituída em nível nacional que determine diretrizes para a representação de nomes indígenas no âmbito da representação documental.

O processo de representação bibliográfica é orientado pelos códigos de catalogação. O Código de Catalogação Anglo-Americano, mais conhecido por sua sigla AACR2r, largamente utilizado no Brasil, alcançou status nacional para a

descrição bibliográfica e padronização de pontos de acesso. Em sua segunda edição, o Código recebeu um apêndice específico para a edição brasileira, com regras para a padronização do uso das entradas (ou cabeçalhos) para nomes em língua portuguesa, a fim de contemplar aspectos particulares das publicações nacionais. Este código foi criado por grupos de especialistas do Canadá, Estados Unidos, Austrália e Inglaterra, ele não considera plenamente as especificidades da cultura brasileira em seu conteúdo, mantendo obviamente as referências de seu contexto de elaboração. Assim, a representação da autoria para materiais produzidos coletivamente por povos indígenas, considerando-os responsáveis intelectuais por obras emanadas de seu conhecimento tradicional, é inviabilizada. Este código não contempla de forma clara a possibilidade de registro para o que denominamos aqui por “autoria de povo indígena”.

Vale salientar que a representação da autoria no registro bibliográfico deve considerar, para a descrição de materiais textuais, as informações fornecidas no próprio item e a forma como o autor prefere ser identificado. A autoria indígena deve ser considerada no âmbito da representação do conhecimento de forma que as obras sejam analisadas e descritas adequadamente, respeitando o contexto informacional que integram. Agora, considerando os livros indígenas como um novo elemento da realidade bibliográfica brasileira, depara-se com uma lacuna nos métodos de representação documental a ser investigada.

Além da representação, a atribuição correta da autoria explicita o reconhecimento da responsabilidade e propriedade intelectual sobre uma determinada obra e, conseqüentemente, seus respectivos direitos autorais, além de auxiliar a difusão dos saberes tradicionais.

Nicolas (2005) é enfático ao afirmar que, de maneira geral, os catálogos são ignorantes em relação aos recursos informacionais indígenas, particularmente aos recursos de tradição oral. O autor afirma que “nossas regras e ferramentas para catalogação não foram concebidas de forma a dar-lhes qualquer existência bibliográfica”<sup>2</sup> (NICOLAS, 2005, p. 2, tradução nossa).

Estudos anteriores afirmam que

estudar as formas de representação dos documentos de diferentes grupos sociais e étnicos é uma maneira de garantir a preservação da memória destes grupos, ao facilitar e beneficiar o acesso à informação aos cidadãos.

---

<sup>2</sup> No original: “[...] our cataloging rules and tools have not been designed in a way able to give them any bibliographic existence”.

[...] Nesse cenário, o bibliotecário se destaca como um dos responsáveis por evitar o desaparecimento de conhecimentos ancestrais, atuando de forma interdisciplinar como disseminador desses saberes e incentivador do desenvolvimento literário das minorias étnicas (FRANCA; SILVEIRA, 2014, p. 76).

As autoras supracitadas também encontraram inconsistências na representação de algumas obras indígenas em catálogos de bibliotecas, por isso estudar a representação bibliográfica de obras indígenas se torna tão relevante. Salienta-se que ao falar a respeito de “representação bibliográfica” recai sobre o bibliotecário uma grande responsabilidade, pois este profissional é o responsável por estabelecer políticas de catalogação em seu ambiente de trabalho. Sendo assim, o Mestrado Profissional em Biblioteconomia torna-se o ambiente propício para o desenvolvimento dessa pesquisa.

No cenário da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil, há carência de estudos que contemplem as questões envolvidas na organização e representação do conhecimento registrado por grupos étnicos e socioculturais. As bibliotecas, como as escolas interculturais, possuem o desafio de concentrar seus esforços em promover uma “descolonização acadêmica, social e cultural” (PALADINO; CZARNY, 2012, p.22). Dessa forma, apresentam-se reflexões sobre aspectos socioculturais que devem ser levados em consideração para uma representação bibliográfica digna para as obras indígenas nos catálogos de bibliotecas.

Por fim, o reconhecimento da autoria indígena é um fator elementar para a valorização e o respeito étnico e social, bem como para a legitimação da identidade cultural de um país. A relevância desta pesquisa justifica-se ao oferecer subsídios para a discussão e criação de políticas locais e/ou nacionais para a representação bibliográfica de obras emanadas coletivamente por grupos étnicos determinados.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura do trabalho é composta por mais 6 seções, além dessa introdução que apresentou o tema, o problema, os objetivos, as justificativas e a relevância científica expondo assim o contexto dessa pesquisa.

A seção 2 descreve detalhadamente os procedimentos metodológicos adotados na elaboração deste trabalho, envolvendo a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados por entrevista e a pesquisa documental.

A seção 3, intitulada “O conhecimento indígena”, busca apresentar como o conhecimento indígena é construído, pois para se representar um documento é necessário entender tanto o seu uso quanto o seu contexto de criação. Nesta seção discorre-se sobre o contexto de produção e as características do conhecimento indígena.

A seção 4, “A organização e representação do conhecimento” contempla as questões teóricas relacionadas à Organização e Representação do Conhecimento (ORC), até chegar à Representação Descritiva (RD), campo compreendido na área de ORC, destinado à reflexão e ao estabelecimento de diretrizes sobre as questões autorais no âmbito do registro bibliográfico.

A seção 5, “A autoria indígena e a representação bibliográfica” faz a ligação entre as duas seções anteriores e aborda especificamente a questão da representação da autoria indígena no contexto biblioteconômico.

Os dados coletados durante o período da pesquisa são analisados na seção 6, seguidos das considerações finais na seção 7. As referências, anexos e apêndices compõem as seções pós-textuais e encontram-se no final do trabalho.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se, quanto aos seus objetivos, de uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2002, p.41), sobre este tipo de pesquisa,

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Em relação à sua estrutura,

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p. 41).

Neste sentido, adota-se as três alíneas apontadas acima para Gil (2002), pois esta pesquisa pode ser compreendida em três momentos distintos:

- 1) pesquisa bibliográfica, que equivale à alínea a) e contempla o levantamento bibliográfico;
- 2) coleta de dados por entrevista, que equivale à alínea b) e recorre aos autores indígenas brasileiros para apresentar a visão dos indígenas sobre as questões autorais;
- 3) pesquisa documental, que equivale à alínea c) e busca analisar e exemplificar a representação bibliográfica da autoria indígena.

### 2.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Como toda pesquisa científica, recorreu-se primeiramente à pesquisa bibliográfica para apresentar o embasamento teórico sobre a Organização e Representação e sobre o conhecimento indígena. De acordo com Barros e Lehfel'd (1986, p. 91), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo “recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia”. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a fim de extrair conceitos e informações relevantes para a articulação das ideias apresentadas e fundamentar a análise proposta.

Para isso, foram realizadas buscas no Portal de Periódicos da Capes e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

(BRAPCI) e nos anais de eventos nacionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação nos últimos 10 anos referentes a artigos, teses e outros trabalhos científicos que abordassem questões relacionadas à autoria indígena no Brasil no âmbito da organização e representação do conhecimento. Os trabalhos recuperados destacam a importância do estudo e análise de questões étnicas na representação bibliográfica e na adequação das normas internacionais para situações culturais locais sem, no entanto, abordá-las diretamente. As pesquisas desenvolvidas por Miranda (2007), Mey e Zafalon (2009) constituem contribuições relevantes para a discussão na área.

No cenário internacional, recorreu-se aos documentos publicados pela IFLA, que orientam as bibliotecas a atuarem de forma intercultural, valorizando os conhecimentos dos grupos nativos, de forma a contemplá-los nos produtos e serviços oferecidos à comunidade de usuários. Demais autores da Nova Zelândia, Índia e países da América Latina têm-se dedicado à temática.

Com base na literatura encontrada e resultante da pesquisa bibliográfica, iniciou-se a pesquisa documental. Recorreu-se aos próprios documentos publicados (livros), produzidos por autores indígenas, a fim de identificar as informações ali presentes e observá-las à luz dos fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento, especificamente sobre Representação Descritiva. A análise crítica sobre a representação documental de obras indígenas se deu com base no documento em si (o livro de autoria indígena), os fundamentos da área de Organização e Representação e o olhar dos próprios autores indígenas, obtidos através da entrevista como método de coleta de dados.

Sendo assim, os dados coletados para análise foram reunidos a partir de duas técnicas: a entrevista e análise documental. Tanto a análise documental quanto as entrevistas foram utilizadas como métodos qualitativos para coleta de dados relevantes para a pesquisa, detalhados a seguir.

## 2.2 A ENTREVISTA

Quanto ao método, optou-se pela entrevista semi-estruturada, de modo que as questões previamente definidas orientassem a coleta de dados, porém,

possibilitando ao entrevistado discorrer livre e espontaneamente sobre o tema proposto.

O roteiro da entrevista foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CEP/UNIRIO) no dia 19 de dezembro de 2014, através do cadastro no sistema da Plataforma Brasil. O projeto de pesquisa foi aceito em 16 de janeiro de 2015, recebendo número de identificação CAAE: 40640214.0.0000.5285 para a tramitação no sistema. Em 11 de fevereiro, houve a liberação do parecer consubstanciado pelo CEP/UNIRIO solicitando adequação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao modelo do CEP/UNIRIO e a inclusão de documento referente à autorização da instituição ou da associação onde os participantes seriam recrutados e recomendando a apreciação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por se tratar de uma pesquisa que envolve indivíduos de populações indígenas<sup>3</sup>.

As solicitações foram atendidas e os documentos enviados em 11 de abril de 2015. Em 03 de junho o CEP/UNIRIO encaminhou o projeto de pesquisa à CONEP, para análise. Dentre novas pendências e ajustes solicitados pela CONEP, incluindo a reformulação do cronograma da pesquisa, houve liberação do parecer em 09 de novembro de 2015, autorizando a realização das entrevistas. Parte do processo envolvendo o CEP/UNIRIO pode ser visualizado na figura a seguir.

Figura 1 – Histórico de trâmites da avaliação ética

- HISTÓRICO DE TRÂMITES							
Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	09/11/2015 19:27:20	Retornado ao CEP com Recomendações da CONEP	4	Coordenador	CONEP	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO	
PO	09/11/2015 19:27:20	Parecer liberado	4	Coordenador	CONEP	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO	
PO	04/11/2015 13:28:34	Parecer do Colegiado Editado	4	Assessor	CONEP	CONEP	
PO	30/10/2015 02:35:50	Parecer do colegiado emitido	4	Coordenador	CONEP	CONEP	
PO	29/10/2015 13:58:11	Parecer do colegiado liberado	4	Assessor	CONEP	CONEP	Parecer do colegiado liberado pelo assessor.
PO	28/10/2015 12:31:02	Parecer do colegiado em análise	4	Assessor	CONEP	CONEP	Parecer do colegiado reservado para o Assessor Dan <a href="#">Ver mais &gt;&gt;</a>
PO	25/10/2015 12:25:58	Parecer do relator emitido	4	Membro do CEP	CONEP	CONEP	
PO	25/10/2015 12:14:04	aceitação de Elaboração de Relatoria	4	Membro do CEP	CONEP	CONEP	
PO	05/09/2015 15:32:16	Confirmação de Indicação de Relatoria	4	Coordenador	CONEP	CONEP	
PO	03/09/2015 15:01:34	Indicação de Relatoria	4	Assessor	CONEP	CONEP	

«« « Ocorrência 1 a 10 de 52 registro(s) » »»»

Fonte: Plataforma Brasil (2016).

<sup>3</sup> Cf. Resolução Nº 196/96 versão 2012, p.14, tópico IX.3



A submissão ao CEP/UNIRIO visa garantir o respaldo aos procedimentos éticos durante a realização da pesquisa. Inicialmente, planejou-se que as entrevistas seriam realizadas em meados do mês de junho de 2015, em função da presença de escritores representantes de diferentes povos indígenas no Encontro de Escritores e Artistas Indígenas, realizado no Rio de Janeiro em 16 de junho de 2015. Nesta data, o CEP/UNIRIO já havia emitido parecer prévio favorável à realização das entrevistas, no entanto, não havia um posicionamento por parte da CONEP.

Cabe ressaltar que associações científicas das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas<sup>4</sup> têm empenhado grande esforço a fim de promover uma regulamentação ética específica em pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais ou adequações aos procedimentos da CONEP concernente às especificidades destas áreas, a fim de que o sistema não se torne um impedimento burocrático para a realização das pesquisas. Há também a demanda de que as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais com comunidades indígenas sejam discutidas, visto que atualmente são submetidas pela Resolução 466/2012 a uma tutela biomédica e à regulação da FUNAI (JACÓ-VILELA, 2015; ANPOCS, 2013).

Prezando pelos procedimentos formais necessários à apreciação ética, após 11 meses da submissão, o parecer autorizando a execução das entrevistas foi liberado. Este tempo requerido para a análise do projeto de pesquisa ocasionou a necessidade de solicitação de prorrogação para o prazo de defesa desta dissertação. Optando por aguardar a liberação do parecer favorável e em função da reorganização do cronograma inicial, o número de entrevistados previstos foi reduzido, adequando-se às possibilidades de realização das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas individualmente em novembro de 2015 e foram gravadas, transcritas e analisadas. Conforme previsto por alguns especialistas, a gravação da entrevista não é capaz de captar o momento em plenitude: “[...] o documento audio-visual tem suas limitações e falhas. O vivido é irrecuperável em sua total vivacidade” (QUEIROZ, 1983, p. 85 apud MANZINI, 2008, p.6). Por conseguinte, na transcrição há a tentativa de se relatar de forma fiel os

---

<sup>4</sup> Associação Nacional de História (ANPUH), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia (ANPEPP), Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE-BR), Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

detalhes captados na interação entre a pesquisadora e o entrevistado, no entanto, as limitações próprias do texto escrito nem sempre permitem que todas as entonações e emoções da fala sejam registradas.

A transcrição foi realizada na íntegra e serviu de base para a análise dos dados. Em um primeiro momento, as falas foram transcritas integralmente, de forma literal, fazendo a passagem do conteúdo oral para o escrito. Posteriormente, procedeu-se a textualização, ajustando o registro escrito das entrevistas para que houvesse fluidez na leitura, com o cuidado necessário para preservar tanto o conteúdo do discurso quanto o contexto em que a entrevista se deu. A seção 6.1 apresenta trechos das entrevistas na análise dos dados, com alguns sinais gráficos, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Sinais gráficos e tipográficos na transcrição

Sinal	Situação
[...]	Supressão de trecho da entrevista, por parte do entrevistador
...	Pausa do entrevistado
[palavra]	Acréscimo de palavras por parte do entrevistadora
<i>[itálico]</i>	Sinais gestuais do entrevistado
<b>negrito</b>	Destaque tipográfico da entrevistadora
“aspas”	Discurso hipotético, referindo-se a um pensamento genérico

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme justificado anteriormente, o número dos entrevistados foi reduzido em virtude da reorganização do cronograma ocasionada pelo processo de submissão ao CEP/UNIRIO e CONEP. Ao todo foram entrevistados quatro autores indígenas. Os quatro participantes selecionados pertencem aos povos indígenas Wapichana, Maraguá, Sateré-Mawé e Munduruku, respectivamente identificados por “entrevistado 1”, “entrevistado 2”, “entrevistado 3” e “entrevistado 4”.

Por uma exigência do CEP/UNIRIO e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) a identidade dos entrevistados será preservada e o nome dos mesmos não será mencionado. Todos os entrevistados envolvidos são escritores indígenas nascidos em diferentes estados da região norte do Brasil, como demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados

	<b>Povo</b>	<b>Características</b>
<b>Entrevistado 1</b>	Wapichana	Sexo masculino. Nascido em Boa Vista (RR). 44 anos. Superior incompleto, curso de Administração.
<b>Entrevistado 2</b>	Maraguá	Sexo masculino. Nascido em Paraná do Ramos (AM). 40 anos. Superior completo, licenciado em Pedagogia Intercultural pela Universidade do Estado do Amazonas.
<b>Entrevistado 3</b>	Sateré-Mawé	Sexo masculino. Nascido em Freguesia do Andirá, no município de Barreirinha (AM). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas.
<b>Entrevistado 4</b>	Munduruku	Sexo masculino. Nascido no estado do Pará. 51 anos. Pós-doutor em Literatura pela Universidade Federal de São Carlos.

Fonte: elaborado pela autora.

Esse quadro aponta que, mesmo sendo um número reduzido de entrevistados, houve diversidade entre os participantes, que são oriundos de diferentes localidades, possuem níveis e áreas de formação distintas e carregam as raízes culturais de seus respectivos povos.

Anteriormente ao início da entrevista propriamente dita, foram apresentados aos participantes exemplos de páginas de rosto de livros produzidos coletivamente com autoria atribuída aos povos indígenas, explicando a importância da representação bibliográfica para a organização da informação no âmbito da Biblioteconomia. Além da apresentação pessoal de cada entrevistado, foram propostas 4 questões relacionadas à autoria indígena, transcrição de histórias tradicionais, os benefícios da Lei 11.645/2008 e a forma de apresentação para a padronização de cabeçalhos para povos indígenas (Apêndice A). Cada questionamento colocado aos participantes objetivou coletar as seguintes informações, registradas no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Objetivos das questões de entrevista

Pergunta	Objetivo
1 Haveria alguma diferença entre um autor indígena e um autor não indígena?	Conhecer a percepção dos autores indígenas em relação à função de autoria e se notam diferenças entre o trabalho de autores indígenas e não indígenas.
2 Uma lenda ou história tradicional indígena que é transmitida oralmente entre gerações, ao ser transcrita e publicada em um livro, pode ser considerada uma produção intelectual do povo ou a pessoa que a transcreveu tem liberdade para alterá-lo tornando-se o autor?	Compreender a forma como os escritores se relacionam com as histórias transmitidas oralmente, sua preservação e as possibilidades de obras derivadas do conhecimento tradicional.
3 No início, a literatura indígena visava atender à demanda de materiais didáticos e paradidáticos para o processo educacional. Hoje ela se tornou o que pode se chamar de arte utilitária, à medida que serve como forma de reafirmação de identidade e resistência cultural. Como você enxerga a inserção da literatura indígena para a sociedade em geral e a lei 11.645/08?	Ouvir a opinião dos escritores em relação à lei e seu cumprimento efetivo, uma vez que esta amplia o alcance das obras indígenas como material de apoio (paradidático) no meio estudantil, integrando-as aos acervos de bibliotecas escolares.
4 Atualmente os livros de autoria coletiva indígena configuram-se em um desafio para os catálogos de bibliotecas que, para reconhecer sua autoria, precisam estabelecer padrões. Para a designação do nome de um grupo indígena, na sua opinião, qual a forma mais adequada?	Registrar a opinião pessoal de cada entrevistado em relação ao termo que deve acompanhar o etnônimo adequado à padronização dos pontos de acesso para autoria coletiva indígena.

Fonte: elaborado pela autora.

Após esclarecer os objetivos de cada pergunta direcionada aos participantes, a análise de dados é apresentada no Quadro 6, na página 82 da subseção 6.1, sintetiza a visão geral obtida com as respostas e os temas centrais das perguntas.

### 2.3 A ANÁLISE DOCUMENTAL

Como dito anteriormente, a produção bibliográfica indígena no Brasil viu seu crescimento alcançar números significativos entre o final do século XX e início do século XXI. Em função de sua dispersão pelo território nacional e por sua

distribuição irregular, a tarefa de realizar um mapeamento destas publicações torna-se trabalhoso e complexo. Por hora não se tem conhecimento sobre um número exato do somatório de todas as publicações de autores indígenas no Brasil. No entanto, algumas iniciativas nesta direção são notáveis por sua contribuição para o desenvolvimento de estudos na área.

Gentilmente cedido pelo professor José Ribamar Bessa Freire, o Catálogo de Livros Indígenas (FREIRE, 2005), desenvolvido no âmbito do Programa de Estudos dos Povos Indígenas<sup>5</sup>, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é uma dessas iniciativas. Compilando materiais em diferentes formatos produzidos para a utilização na prática pedagógica entre os povos indígenas, o levantamento compreende materiais textuais (livros e jornais), músicas e gravações sonoras, fotografias e recursos audiovisuais produzidos entre os anos 1963 a 2005, publicados ou não. Além dos dados descritivos comuns como título, autoria e ano de cada material, o catálogo também especifica a língua em que o texto se apresenta, a etnia a qual o material se vincula, em qual acervo pode ser encontrado (Fundação Biblioteca Nacional, Pró-Índio, MEC, CPI/AC, etc.) e notas sobre seu conteúdo ou contexto de criação e finalidade. Divide-se em três partes: livros monolíngues, livros bilíngues e outras mídias.

Apesar de possuir abordagem distinta, este minucioso catálogo dialoga com o levantamento realizado por Santos (2014). Com perspectiva voltada à produção bibliográfica de autores indígenas do Brasil no período compreendido entre 1970 e 2013, nota-se de forma mais expressiva a autoria indígena que se manifesta em língua portuguesa ou edições bilíngues que, atualmente, têm sido publicadas por editoras comerciais aumentando o alcance de sua distribuição.

Enquanto o levantamento de Freire (2005) reuniu 853 materiais, o de Santos (2014) sistematizou 563 publicações de autores indígenas do Brasil, formando um quadro com indicação de título, a autoria, a etnia ao qual a obra está relacionada, tipo de material (se é material didático ou literário), o responsável, o local e o ano de publicação. Além desses dados, a autora elegeu termos descritivos para evidenciar a temática das publicações, classificando-as como: Alfabetização, Narrativas/lendas/ mitos, Matemática, Geografia, História, Conhecimentos e saberes

---

<sup>5</sup> Pró-Índio/UERJ.

tradicionais, Saúde indígena, Educação indígena, Educação ambiental, Direito indígena, Poesia e Informação desconhecida.

Dentre as categorias propostas por Santos (2014), a categoria “narrativas/ lendas/ mitos” é a numericamente mais expressiva, representando 40,5% do total de publicações do período, ou seja 228 obras, como é possível observar no Quadro 4.

Quadro 4 - Campo de conhecimento referente às obras de autoria indígena  
(período de 1970 a meados de 2013)

<b>Campo de conhecimento</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
Alfabetização	82	14,56
<b>Narrativas/ lendas/ mitos</b>	<b>228</b>	<b>40,50</b>
Matemática	20	3,55
Geografia	7	1,24
História	4	0,71
<b>Conhecimentos e saberes tradicionais</b>	<b>91</b>	<b>16,16</b>
Saúde indígena	13	2,31
Educação indígena	5	0,89
Educação ambiental	6	1,07
Direito indígena	3	0,53
Poesia	5	0,89
Informação desconhecida	99	17,58
<b>TOTAL</b>	<b>563</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Santos (2014, p.56, grifos do autor).

Admite-se que o conhecimento tradicional esteja registrado em diferentes níveis de compreensão nas diversas temáticas apresentadas no levantamento. No entanto, além da expressividade numérica, a opção pela temática “narrativas/ lendas/mitos” se deu pela perspectiva de identificação de forma mais clara das falas ancestrais, transmitidas por gerações, evidenciando o caráter coletivo da produção do conhecimento indígena. As demais temáticas foram aqui desconsideradas.

Sendo assim, tanto o Catálogo de Livros Indígenas de Freire (2005) quanto o levantamento de Santos (2014) foram utilizados para a coleta de dados. Em Santos (2014) a análise limitou-se a verificar apenas a temática “narrativas/ lendas/ mitos”, pois compreende-se que este recorte arrola as publicações que serão – possivelmente – encontradas com maior frequência nas bibliotecas do Brasil, uma

vez que muitas delas compõem a seleção de livros paradidáticos para o trabalho pedagógico com crianças e jovens em idade escolar e como literatura de entretenimento.

Com estes elementos, a análise possui o objetivo de identificar os tipos de autoria relacionados à temática “narrativas/lendas/mitos”, em especial a autoria atribuída de forma explícita para o povo indígena de forma geral. Em Freire (2005), foram selecionados os livros em que a autoria dos povos indígenas pudesse ser identificada, contribuindo para o *corpus* desta análise.

Considerando que esta análise busca exemplificar e promover a compreensão da representação de autoria dos povos indígenas, algumas vezes utilizou-se na análise documental o mesmo livro, presente tanto em Santos (2014) quanto em Freire (2005). Outras vezes, visando enriquecer a análise, foram utilizados livros diferentes elaborados pelo mesmo povo indígena.

### 3 O CONHECIMENTO INDÍGENA

Ao refletir sobre o conhecimento indígena registrado e suas formas de representação, faz-se necessário compreender o conceito do próprio conhecimento. Considerando o conhecimento como o acúmulo de saberes de cada indivíduo, este pode ser definido como “a *expertise* humana armazenada na mente de uma pessoa, adquirida através da experiência e interação com o seu ambiente”<sup>6</sup> (SUNASSEE; SEWRY, 2002, p. 236, tradução nossa). Paralelamente, Ackoff (1989 apud BRODIE; BRODIE, 2009, p. 138, tradução nossa) afirma que o conhecimento “é o *know-how*, e é o que torna possível a transformação da informação em instruções. O conhecimento pode ser obtido também pela transmissão de outro que o possua, pelo ensino, ou extraindo-o da experiência”<sup>7</sup>.

Por seu caráter local, o conhecimento produzido por cada grupo social é precioso para o benefício do próprio grupo e daqueles que habitam seu território, imprescindível para a tomada de decisões em nível local. Dessa maneira, Davenport e Prusak (1998 apud BRODIE; BRODIE, 2009, p. 138, tradução nossa) concordam que o conhecimento deve ser analisado como “a informação combinada com experiência, contexto, interpretação e reflexão. É um tipo de informação de alto valor que está pronto para ser aplicado a decisões e ações”<sup>8</sup>.

Os saberes tradicionais indígenas, bem como os demais conhecimentos populares que circulam livremente fora dos canais formais de comunicação científica, se mantiveram apartados do conhecimento científico por muitos séculos. Todavia, em muitos casos, estes foram analisados e tiveram sua cientificidade comprovada pelos métodos formais de investigação científica, o que leva a crer que a desqualificação destes saberes e o não reconhecimento de sua legitimidade relaciona-se a questões de práticas culturais de dominação simbólica, e não ao seu real valor.

O conhecimento indígena é único para cada sociedade e de extrema relevância para a tomada de decisão em nível local sobre aspectos referentes à

---

<sup>6</sup> No original: “is the human expertise stored in a person’s mind, gained through experience, and interaction with the person’s environment”.

<sup>7</sup> No original: “is know-how, and is what makes possible the transformation of information into instructions. Knowledge can be obtained either by transmission from another who has it, by instruction, or by extracting it from experience”.

<sup>8</sup> No original: “is information combined with experience, context, interpretation, and reflection. It is a high-value form of information that is ready to apply to decisions and actions”.



agricultura, alimentação, recursos naturais e atividades rurais. Sua relação com a oralidade o caracteriza por um “conhecimento tácito, difícil de codificar, incorporado em práticas comunitárias, instituições, relações e rituais”<sup>9</sup> (WARREN, 1991 apud RAO, 2006, p. 225, tradução nossa). Dessa maneira, este é armazenado na memória das pessoas e atividades, sendo expresso nas músicas, folclore, provérbios, danças tradicionais, valores culturais, linguagem, equipamentos, práticas agrícolas, etc (RAO, 2006). Para Warren (1991, p. [1], tradução nossa),

[...] o conhecimento indígena é o conhecimento local – conhecimento que é único a uma determinada cultura ou sociedade. O conhecimento indígena contrasta do sistema de conhecimento internacional gerado pelas universidades, instituições de pesquisa e empresas privadas. Ele é a base para a tomada de decisões em nível local para a agricultura, cuidados da saúde, preparo de alimentos, educação, gerenciamento de recursos naturais e uma série de outras atividades em comunidades rurais.<sup>10</sup>

Ellen e Harris (1996, *online*, tradução nossa) elencaram características gerais acerca dos conhecimentos indígenas:

- 1.O conhecimento indígena é local, baseado em um determinado lugar e um conjunto de experiências, gerado por pessoas que vivem nestes locais [...];
- 2.O conhecimento indígena é transmitido oralmente, ou através da imitação e demonstração. A consequência disso é que, ao escrevê-lo, há mudanças em algumas de suas principais propriedades. Escrever, obviamente, também o torna mais portátil e permanente [...];
3. O conhecimento indígena é a consequência do engajamento prático na vida cotidiana e constantemente reforçado pela experiência, tentativa e erro. Esta experiência é produto muitas gerações de raciocínio inteligente e, quando falha, tem consequências imediatas na vida de seus praticantes [...]. Este conhecimento é testado no rigoroso laboratório da sobrevivência;
- 4.É empírico ao invés de teórico, pelas características mencionadas nos tópicos 1 e 3. De certa forma, seu caráter oral dificulta a organização necessária para o desenvolvimento de um conhecimento teórico de verdade;
- 5.A repetição é uma característica essencial da tradição, mesmo quando novos conhecimentos são adicionados. A repetição auxilia na retenção e reforça idéias; isto também é, em parte, consequência dos tópicos 1 e 2;
- 6.A tradição pode ser considerada como ‘um agente mutável e transformador sem fim’ quando aplicada ao conhecimento e sua principal concepção é a negociação. O conhecimento indígena está, portanto, em constante mudança, sendo produzido e reproduzido, descoberto e perdido, embora muitas vezes seja representado como algo estático.

<sup>9</sup> No original: “[...] tacit knowledge, difficult to codify, embedded in community practices, institutions, relationships and rituals”.

<sup>10</sup> No original: “Indigenous knowledge (IK) is local knowledge – knowledge that is unique to a given culture or society. IK contrasts with the international knowledge system generated by universities, research institutions and private firms. It is the basis for local-level decision-making in agriculture, health care, food preparation, education, natural-resource management, and a host of other activities in rural communities”.

7. O conhecimento indígena é, caracteristicamente, compartilhado em um grau muito maior do que outras formas de conhecimento. [...] Geralmente é assimetricamente distribuído dentro de uma população, por sexo e idade, e preservado através da distribuição nas memórias de diferentes indivíduos. Podem existir especialistas em virtude da experiência, dos rituais ou autoridade política;
8. Embora o conhecimento indígena possa ser concentrado em indivíduos particulares, alcançando um grau de coerência em rituais e outras construções simbólicas, sua distribuição sempre é fragmentária. Geralmente ele não existe em sua totalidade em nenhum lugar ou indivíduo, sendo transmitido nas práticas e interações nas quais as pessoas se engajam.
9. Apesar das afirmações por classificações abstratas de amplitudes culturais (na verdade, universais) baseadas em critérios não funcionais, nos quais o conhecimento indígena está mais enraizado e diretamente aplicável, sua organização é essencialmente funcional.
10. O conhecimento indígena é, caracteristicamente, situado dentro de tradições culturais gerais; separar o técnico do não-técnico, o racional do irracional é problemático.<sup>11</sup>

Nesta perspectiva, as assertivas apresentadas limitam-se ao caráter oral da produção e transmissão do conhecimento indígena. O cunho local e sua natureza empírica não o tornam inferiores, ao contrário, permitem que estes saberes sejam continuamente atualizados por seu desenvolvimento a partir da experiência cotidiana dos indivíduos.

---

<sup>11</sup> No original: "1. Indigenous knowledge is local. It is rooted to a particular place and set of experiences, and generated by people living in those places. The result of this is that transferring the indigenous knowledge to other places runs the risk of dislocating it. 2. Indigenous knowledge is orally-transmitted, or transmitted through imitation and demonstration. The consequence is that writing it down changes some of its fundamental properties. Writing, of course, also makes it more portable and permanent, reinforcing the dislocation referred to in 1. 3. Indigenous knowledge is the consequence of practical engagement in everyday life, and is constantly reinforced by experience and trial and error. This experience is characteristically the product of many generations of intelligent reasoning, and since its failure has immediate consequences for the lives of its practitioners its success is very often a good measure of Darwinian fitness. It is tested in the rigorous laboratory of survival. 4. 1 and 3 support a further general observation, that it is empirical rather than theoretical knowledge. To some extent, its oral character hinders the kind of organization necessary for the development of true theoretical knowledge. 5. Repetition is an essential characteristic of tradition, even when new knowledge is added. Repetition aids retention and reinforces ideas; it is also partly a consequence of 1 and 2. 6. Tradition could be considered as 'a fluid and transforming agent with no real end' when applied to knowledge and its central concept is negotiation. Indigenous knowledge is, therefore, constantly changing, being produced as well as reproduced, discovered as well as lost; though it is often represented as being somehow static. 7. Indigenous knowledge is characteristically shared to a much greater degree than other forms of knowledge. Therefore, it is sometimes called 'people's science'. However, its distribution is still segmentary and socially clustered. It is usually asymmetrically distributed within a population, by gender and age and preserved through distribution in the memories of different individuals. Specialists may exist by virtue of experience, but also by virtue of ritual or political authority. 8. Although indigenous knowledge may be focused on particular individuals and may achieve a degree of coherence in rituals and other symbolic constructs, its distribution is always fragmentary. Generally it does not exist in its totality in any one place or individual. It is devolved in the practices and interactions in which people themselves engage. 9. Despite claims for the existence of culture-wide (indeed universal) abstract classifications of knowledge based on non-functional criteria; where IK is at its densest and directly applicable its organisation is essentially functional. 10. IK is characteristically situated within broader cultural traditions; separating the technical from the non-technical, the rational from the non-rational is problematic."

As rápidas mudanças ambientais, questões de cunho político, econômico e social em escala mundial, e o enfraquecimento cultural de alguns grupos oferecem riscos ao sistema de conhecimento indígena. Neste sentido, pensar nas variadas possibilidades de manutenção das culturas indígenas e a proteção aos seus saberes tradicionais contra o uso indevido é mais do que necessário.

A defesa das tradições e conhecimentos tradicionais não se restringe ao aspecto econômico. Tem a ver também com o direito básico que as comunidades têm de exercer e perpetuar suas crenças, tradições e sabedorias, sem as quais perdem a sua identidade como povo (HOERNER, 2007, p. 59).

Dada a íntima relação dos povos indígenas com a natureza, o conhecimento oriundo destes grupos é fundamental para a preservação ambiental de diferentes ecossistemas, para o desenvolvimento sustentável e, estrategicamente, para a agricultura, uso e gerenciamento de recursos naturais, medicina preventiva e os cuidados primários de saúde. A fim de ilustrar este pensamento, é possível mencionar o relato de Freire (2002, p. 9) acerca da exposição<sup>12</sup> sobre a ciência dos Kayapó, realizada no Museu Goeldi em 1992:

Esta exposição documentou o conhecimento sofisticado que os Kayapó produziram acerca de plantas medicinais, agricultura, classificação e uso do solo, sistema de reciclagem de nutrientes, métodos de reflorestamento, pesticidas e fertilizantes naturais, comportamento animal, melhoramento genético de plantas cultivadas e semi-domesticadas, manejo da pesca e da vida selvagem e astronomia. Um dos organizadores da exposição, o antropólogo Darell Posey, explicou que existem índios especialistas em solos, plantas, animais, colheitas, remédios e rituais.

Diversos exemplos de outros povos indígenas também podem ser citados, como a técnica da escarificação do local da gema da semente da pupunheira utilizada pelos indígenas Yanomami, de tal forma que a planta nasça sem espinhos no tronco. Ao ser reproduzida em laboratório por estudiosos botânicos, a operação logrou resultados semelhantes. Outro exemplo é a fabricação do *curare*, veneno de ação paralisante com alcalóides extraídos de determinadas plantas, utilizado pelos indígenas da região amazônica para envenenar flechas e zarabatanas para a caça de aves e macacos. Atualmente o *curare* tem sido utilizado pela anestesiologia, no campo da medicina tradicional (SILVA, 2005).

Em função de sua significativa variedade botânica, a região Amazônica foi e continua sendo alvo de pesquisadores de diferentes países, interessados em

---

<sup>12</sup> A exposição "Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição" foi realizada no Paço Imperial (Rio de Janeiro, RJ) em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92.

espécies exclusivas e no conhecimento que pode ser adquirido com os povos locais para ser aplicado às indústrias farmacêutica e cosmética, com fins econômicos. As descobertas decorrentes de pesquisas sobre espécies dessa região geraram (e ainda geram) uma série de tensões em relação à biopirataria e ao registro de patentes.

No aspecto cultural, por estarem no seio da cultura brasileira, diversos elementos das diferentes culturas indígenas foram transmitidos e incorporados ao cotidiano daqueles que hoje formam o miscigenado povo brasileiro. Hábitos alimentares e de higiene, grande parte do vocabulário nacional, elementos folclóricos (o curupira, o boitatá e a lara, entre outros), manifestações artísticas e culturais são apenas alguns exemplos. Seria impossível pensar na cultura brasileira atual sem a rede de dormir (utilizada principalmente nas regiões Norte e Nordeste), o consumo e o cultivo da batata-doce, erva-mate, palmito, milho, diversas espécies de mandioca e seus derivados (farinha de mandioca, polvilho, beiju), e o costume de se alimentar com peixes e pirões. Além disso, a manipulação e o consumo de ervas e plantas medicinais como forma de terapia para diferentes enfermidades é relativamente comum, seja para se beneficiar do efeito estimulante e antioxidante do guaraná (*Paullinia cupana*) ou das propriedades da copaíba (*Copaifera sp.*), cujo óleo possui efeito antisséptico, cicatrizante, anti-inflamatório, dentre outros usos (YAMAGUCHI, GARCIA, 2012).

O conjunto de conhecimentos ancestrais mantidos por indivíduos de povos específicos, com aspectos culturais diferenciados em relação à sociedade civil, compõem o chamado **etnoconhecimento**. De acordo com Miranda (2007, p. [2]), etnoconhecimento ou “conhecimento tradicional” pode ser definido como os

conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal. São conhecimentos dinâmicos que se encontram em constante processo de adaptação, com base numa estrutura sólida de valores, formas de vida e crenças míticas, profundamente enraizados na vida cotidiana dos povos. Podemos, então, considerar etnoconhecimento o conhecimento produzido por diferentes etnias em diferentes locais no globo terrestre a partir do saber popular.

Todo o conjunto de conhecimentos construídos, transmitidos e adquiridos circularam, em um primeiro momento, nas vias orais de transmissão da informação, assunto a ser abordado na subseção a seguir.

### 3.1 O CONHECIMENTO NÃO REGISTRADO: A ORALIDADE

No Brasil e no mundo, durante muitos séculos – e, em algumas regiões, até os dias de hoje – a transmissão oral de conhecimentos constituiu a principal via por onde os fluxos de informação se estabeleceram. O desenvolvimento e disseminação da comunicação escrita contribuiu para um processo de desqualificação da oralidade. O dualismo valorativo que opõe a oralidade e a escrita, projeta um binarismo em dimensões econômicas, políticas e ideológicas (rural/urbano, agrário/industrial, tradicional/moderno, autóctone/ocidentalizado), onde o primeiro elemento de cada dupla seria o positivo e o segundo, negativo (PACHECO, 2011).

A oralidade, traço característico das sociedades indígenas, não se opõe aos sistemas de escrita, sendo independente destes. A oralidade constitui um sistema de práticas culturais com caráter dinâmico e autônomo. A tradição oral

[...] busca preservar e fazer perdurar identidades, propósitos, sonhos, vitórias, fracassos, códigos éticos e normas artísticas para além do esquecimento e do desaparecimento de sucessivas gerações. Mantém um vínculo íntimo com o grupo de pessoas que a produz e com sua dinâmica social, intelectual e espiritual [...]. Se transmite de forma verbal e pessoal, o qual permite o fortalecimento de laços sociais e estruturas comunitárias, o desenvolvimento de processos de socialização e educação, na manutenção de espaços de criação (e recriação) cultural e o uso correto e apurado da própria língua<sup>13</sup> (CIVALLERO, [2004?], p.[3], tradução nossa).

A relação oralidade-escrita deve ser repensada, não como ambientes antagônicos de fluxos informacionais, mas como meios complementares. Ambas podem coexistir em um grupo que utiliza cada via de comunicação para uma finalidade específica. As vias da oralidade permitem a circulação de um fluxo riquíssimo de informações entre seus indivíduos, frutos da experiência acumulada por gerações. Estes canais de transmissão e comunicação são instáveis, porém eficazes, e determinantes para a sobrevivência dos povos.

[...] a oralidade não pode ser vista somente como um vestígio do passado que mereceria ser resgatado de alguma maneira, mas como parte – de modos cada vez mais complexos – de nosso presente e como promessa para o futuro. Como promessa, em interação crescente e mutante com a letra escrita, com diversas combinações de imagem e som, assim como

---

<sup>13</sup> No original: [...] busca conservar y hacer perdurar identidades, propósitos, sueños, victorias, fracasos, códigos éticos y normas artísticas más allá del olvido y la desaparición de las sucesivas generaciones. Mantiene un vínculo íntimo con el grupo de personas que la produce y con su dinámica social, intelectual y espiritual [...]. Y se transmite en forma verbal y personal, lo cual permite el fortalecimiento de lazos sociales y estructuras comunitarias, el desarrollo de procesos de socialización y educación, en el mantenimiento de espacios de (re)creación cultural y el uso correcto y esmerado de la lengua propia.

com todos os demais recursos<sup>14</sup> (PACHECO, 2011, p. 110-111, tradução nossa).

Uma parte numericamente importante da humanidade jamais teve acesso à escrita. Posteriormente rotulados como “ágrafos” ou “analfabetos”, estes povos ou grupos de indivíduos mantiveram suas memórias e seu acervo cultural mediante o uso de expressões artísticas e recursos orais (CIVALLERO, [2004?]). É importante reafirmar que não se tratam de povos carentes da escrita alfabética, e sim independentes da mesma. A ausência de uma estabilidade material confere à tradição oral uma variabilidade que beneficia sua atualização e adaptação para diferentes contextos enunciativos, ao mesmo tempo em que permite a possibilidade de adequação da mensagem ao público-alvo, ou seja, o grupo de ouvintes.

A oralidade também permite a circulação da chamada literatura oral (ou oralitura<sup>15</sup>). Afrânio Coutinho (2008, p. 24), ao conceituar literatura, afirma que “[...] a literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada, através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade”. Dessa forma, pode-se afirmar que a literatura indígena, bem como as tradições poéticas, já existia na tradição oral, e que nos últimos anos apenas passou a fazer uso de outro recurso, a escrita alfabética.

As obras (enquanto criações artísticas do espírito), que até então estavam nos cantos, lendas, mitos, pinturas e artesanato, passam a fazer parte também do papel, sendo este uma ferramenta a mais na manutenção das tradições e identidades. A relação dos autores indígenas com a escrita, seja em sua língua materna, seja no idioma português, representa um grande benefício para a sociedade em geral. Nesta dinâmica, os povos indígenas fazem uso de uma nova ferramenta para a manutenção da memória de seus grupos, evitando o seu

---

<sup>14</sup> No original: [...] la oralidad no puede ser vista sólo como un vestigio del pasado que merecería ser rescatado de alguna manera, sino como parte – de modos cada vez más complejos – de nuestro presente y como promesa para el futuro. Como promesa, en interacción creciente y cambiante con la letra escrita, con diversas combinaciones de imagen y sonido, así como con todos los demás recursos.

<sup>15</sup> O termo oralitura, cunhado pelo haitiano Ernst Mirville e usado pela primeira vez na década de 1970, surge como um neologismo que destina um espaço específico para a literatura oral. Utilizado com maior frequência em contextos relacionados a literatura oral de grupos afrodescendentes e em estudos em língua espanhola (SANTOS, Margarete Nascimento dos. Entre o oral e o escrito: a criação de uma oralitura. **BABEL**: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras, n.01, p. 1-15, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/babel/article/view/97>>. Acesso em 16 fev. 2016).

“apagamento” em função da ausência de registro material que revele seus aspectos culturais.

A introdução da escrita alfabética permitiu que cada povo pudesse ser conhecido e representado por seus próprios membros (SILVEIRA, 2005), para além dos limites da presença física. No entanto, em alguns casos, a escrita segregou aqueles que não dominavam a técnica.

As vozes e os pensamentos que não obtiveram espaço nas estantes desapareceram com seus donos: anciãos, mulheres, crianças, pobres, poetas, lutadores, rebeldes, relatores, contadores de histórias, vencidos, discriminados, esquecidos, excluídos, doentes... A lista aumenta de forma alarmante e reflete a minúscula fração da realidade humana que transcende mediante o documento escrito<sup>16</sup> (CIVALLERO, [2004?], p. [4], tradução nossa).

Além da escrita, outras formas de registrar materialmente uma cultura podem ser adotadas por um grupo, a depender da técnica e da tecnologia disponível. Todos estes registros constituem fontes de informação potencial, assunto a ser abordado na subseção a seguir.

### 3.2 O CONHECIMENTO REGISTRADO: A ESCRITA

A Constituição brasileira de 1988 foi decisiva para se repensar a educação indígena em âmbito nacional. A consolidação das escolas nas aldeias impulsionou tanto a escrita quanto a utilização de novas tecnologias por parte dos grupos indígenas, gerando diferentes formas de registro de seus saberes e práticas tradicionais. A apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pelos povos indígenas não se caracteriza, definitivamente, como um prejuízo para a cultura nativa. Ao contrário, o uso das TIC se converte em um ganho, ao passo que permitem novas formas de relação com outros grupos, indígenas ou não, e a possibilidade de expor a cultura a partir da concepção do próprio grupo.

Existe uma ideia equivocada de que grupos indígenas não devem se apropriar de elementos que não fazem parte de sua cultura tradicional, a fim de

---

<sup>16</sup> No original: “Las voces y los pensamientos que no obtuvieron un espacio en los estantes, desaparecieron con sus dueños: ancianos, mujeres, niños, pobres, poetas, luchadores, rebeldes, relatores, cuenta-cuentos, vencidos, discriminados, olvidados, excluidos, enfermos... La lista se dilata de forma alarmante y refleja la minúscula fracción de la realidad humana que trasciende mediante el documento escrito”.

garantir a preservação desta. Freire (2002, p.12) define este engano como o equívoco das “culturas congeladas”: mantém-se a ideia de que o índio deve viver

nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah! Não é mais índio”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta do Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós.

O autor prossegue traçando um paralelo entre a apropriação de diferentes elementos culturais para as sociedades indígenas e não indígenas. Ora, o cotidiano de qualquer membro da sociedade civil, em geral, é composto por uma série de elementos que não são originários da cultura brasileira.

Você, por exemplo, está vestido com jeans, aliás muita gente aqui está com um tipo de roupa que não foi inventada por nenhum brasileiro. Estes móveis aqui também não são objetos “autênticos” da nossa cultura. A mesa e a cadeira têm uma história que vem lá da Mesopotâmia, onde foram projetadas no século VII a.C., passaram pelo Mediterrâneo sofrendo várias modificações antes de chegarem a Portugal e depois ao Brasil. A forma de construir em concreto também não é técnica brasileira. O computador não é brasileiro, o telefone não é brasileiro, enfim toda essa parafernália que a gente usa – os milhares de itens culturais presentes no nosso cotidiano - não tem suas raízes em solo brasileiro (FREIRE, 2002, p. 12).

Este equívoco gera uma situação na qual não se admite o mesmo direito à assimilação e/ou incorporação de novos elementos provenientes do contato intercultural por parte dos povos indígenas, tal como ocorre com outros grupos sociais. Esta assimilação pode ter um caráter positivo à medida que contribui potencialmente para a transformação da realidade, gera novas perspectivas e viabiliza o desenvolvimento e aquisição de novas técnicas e tecnologias. Um exemplo, além da escrita, é o registro audiovisual, que tem sido frequentemente utilizado por alguns indígenas brasileiros. O projeto “Vídeo nas Aldeias”, criado em 1986, instrumentaliza e capacita indivíduos de diferentes grupos indígenas a produzir os seus próprios registros culturais através da produção de filmes e documentários e atualmente desenvolve atividades de documentação com 11 povos<sup>17</sup> (VÍDEO NAS ALDEIAS, [2014]).

O uso do vídeo permite que as comunidades indígenas selecionem e fortaleçam manifestações culturais que elas desejam tanto conservar para as futuras gerações quanto apresentar como parte de sua identidade. Ele é

---

<sup>17</sup> De acordo com informações fornecidas na página oficial (em 2014), o Vídeo nas Aldeias atua em parceria com os seguintes povos: Ashaninka, Guarani-Mbya, Hunikui (Kaxinawá), Ikpeng, Kisêdjê, Kuikuro, Manchineri, Panará, Waiãpi, Waimiri Atroari e Xavante.



um instrumento adaptado a formas tradicionais de produção e transmissão cultural apoiado na força da palavra e na memória oral (COSTA, 2010, p.10).

Este tipo de iniciativa fortalece a identidade cultural, cria novas condições de representação social e insere os recursos midiáticos como instituições de visibilidade para os grupos indígenas.

É interessante destacar que os indivíduos e as formas de relação entre eles são alimentadas pela mídia porque a maior parte dos conhecimentos acerca do mundo, dos modelos de papel, dos valores e dos estilos de comportamento chega à mente humana não pela experiência direta do mundo físico e das relações com os outros, mas cada vez mais pela mediação dos meios de comunicação. E diversas questões passam a habitar a mente humana, a partir da discussão por esses meios. Esses meios se tornam fundamentais como suportes de inclusão e exclusão sociais e de controle das coisas que acontecem no mundo (COSTA, 2010, p. 64).

Dessa maneira, o conhecimento indígena registrado, seja de forma escrita, sonora, audiovisual ou imagética passa a circular por vias de comunicação que antes lhes eram inacessíveis. A possibilidade de ter estes saberes, práticas e atividades particulares registradas em diferentes suportes, além de beneficiar a perpetuação de cada cultura, permite maior penetrabilidade entre a sociedade não indígena.

Neste momento, esta pesquisa limitar-se-á a abordar somente os registros textuais, que ao conferir materialidade ao conhecimento, podem ser vistos como uma extensão da memória humana ou objeto de disseminação da informação. “Assim, esses suportes possuem duas funções principais: a de preservar e a de disseminar o conhecimento construído por gerações” (SILVEIRA, 2013, p.46). Ao refletir sobre as modalidades de autoria presentes na produção textual em um contexto indígena, constata-se que

[...] o texto da chamada literatura erudita tem uma autoria, uma vez que resulta da criação de uma individualidade. Ao contrário, o texto da literatura oral é fruto do trabalho de recriação que uma individualidade opera em um texto virtual, que traz na memória, atualizando-o a situações locais, por conceber que esse patrimônio cultural, armazenado na memória coletiva, não tem dono, é propriedade de todos. Dessa forma, ao transmiti-lo como coisa sua, o transmissor se dá o direito de nele intervir. Esse complexo de vozes e registros, carregado para o texto tradicional no momento da sua recriação, representa o encontro do eixo sintagmático com o paradigmático, quando a tradição se atualiza por meio do discurso de um enunciador (ALCOFORADO, 2008, p. 112).

Os processos de letramento proporcionados pela ação das escolas nas aldeias e seus assuntos relacionados, aquisição da escrita, análise das narrativas tradicionais, relação entre escrita e oralidade e publicações que expressam a autoria indígena são temas acompanhados por pesquisas acadêmicas, principalmente nas áreas de antropologia, educação e linguística. Entretanto, onde estão os bibliotecários? Nesse cenário, quem se ocupa de garantir que estes indivíduos poderão desfrutar plenamente de seu poder de leitura e seu direito de acesso à informação? Muito se discute sobre a atuação do bibliotecário em diferentes contextos de transmissão de informação e a garantia de acesso aos registros do conhecimento, porém, observa-se que ainda há uma lacuna a ser preenchida ao se tratar de contextos socioculturais diferenciados e que os bibliotecários devem fazer parte desse processo.

#### 4 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A diversidade cultural brasileira pode ser considerada uma das grandes riquezas nacionais e também a sua principal característica. Darcy Ribeiro (2008) indica que a origem do povo brasileiro está na miscigenação, iniciada entre portugueses e índios e entre portugueses e negros. Muitos povos indígenas, além dos povos de origem Tupi<sup>18</sup>, tiveram um importante papel na formação do Brasil.

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava -, nem com os europeus – que o desprezavam –e, sendo objeto de mofa dos reinóis e dos lusonativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro (RIBEIRO, 2008, p. 114-115).

A interação – nem sempre pacífica – de diferentes povos desde o período colonial enriqueceu a rede de conhecimentos que permeava as relações sociais da época. Os conhecimentos incorporados de diferentes culturas, e que se mantiveram ao longo dos séculos, contribuiu significativamente para a sabedoria popular local. Dessa forma, o multiculturalismo está intimamente relacionado ao surgimento do povo brasileiro e sua identidade cultural.

No multiculturalismo, existe a convivência em um país, região ou local de diferentes culturas e tradições. Há uma mescla de culturas, de visões de vida e valores. O multiculturalismo é pluralista, como já se pode observar, pois aceita diversos pensamentos sobre um mesmo tema, abolindo o pensamento único (REIS, 2013, *online*).

O multiculturalismo oferece um cenário propício para o desenvolvimento do etnoconhecimento. Este tipo de conhecimento é continuamente atualizado pela experiência cotidiana de seus produtores e possui forte relação com o local onde é gerado, sendo considerado de importância estratégica para a sobrevivência e tomada de decisões em nível local.

Ao considerarmos a informação “como resultado do processo cognitivo, é a forma comunicável do conhecimento, neste caso, a informação é ‘objetiva’, já que refere-se a ela como uma manifestação real dos processos cognitivos e é, então,

---

<sup>18</sup> Os grupos Tupis habitavam a costa brasileira no século XVI e eram formados pelos Tupinambás, Tupiniquins, Tamoios, Temiminós, Tabajaras, Potiguaras, Caetés e Guarani.

uma entidade física”<sup>19</sup> (ALMADA, 2000, p. 108, tradução nossa). Ou seja, compreende-se a informação como a representação material do conhecimento que está armazenado na mente de um indivíduo. A informação é passível de ser armazenada, organizada e recuperada ao ser submetida às técnicas de organização e representação adequadas.

A informação que é produzida a partir do etnoconhecimento reflete aspectos específicos da cultura de um grupo determinado e sua cosmovisão. Atualmente, a grande parte das ferramentas para representação documental adotadas no Brasil e no mundo (regras para representação descritiva, sistemas de classificação), não foram construídas com a proposta de servir como uma ferramenta internacional. Entretanto, elas foram “internacionalizadas”, a fim de beneficiar a interoperabilidade entre sistemas e as redes de catalogação cooperativa. Estes instrumentos de representação não devem se sobrepor às características dos registros do conhecimento local, ou criarão barreiras para a representação e recuperação da informação, dificultando a produção de novos conhecimentos. Miranda (2012) sugere que a importância da diversidade étnica e racial tornar-se uma contribuição efetiva nos sistemas de organização do conhecimento. Pesquisas envolvendo os conhecimentos tradicionais de grupos indígenas e afrodescendentes no campo da Organização e Representação do Conhecimento constituem um ganho para a área ao contemplar aspectos altamente relevantes para o cenário cultural brasileiro.

O respeito e a conservação das distintas manifestações culturais registradas em diferentes suportes se apresentam como fatores para a manutenção da riqueza cultural dos povos. A representação adequada da informação, respeitando os aspectos multiculturais, beneficia a recuperação dos registros do conhecimento e contribui para o fortalecimento e crescimento do próprio ciclo informacional, gerando de novos conhecimentos e oferecendo novas perspectivas à cultura nacional.

Embora a temática principal recaia sobre a representação bibliográfica de autoria indígena, é importante apresentar o contexto no qual está inserida a Representação Descritiva, responsável por estabelecer diretrizes para a escolha, padronização e descrição da autoria na representação bibliográfica. Sendo assim,

---

<sup>19</sup> No original: “La información, como resultado del proceso cognoscitivo, es la forma comunicable del conocimiento. En este caso la información es «objetiva», ya que se refiere a ella como una manifestación real de los procesos cognoscitivos y es, entonces, una entidad física”.

esta seção se inicia abordando diferentes aspectos da organização e representação do conhecimento.

O campo da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) possui, em sua essência, a articulação dos conceitos de Organização do Conhecimento (OC) e Representação do Conhecimento (RC). Dessa forma,

[...] a área tem como objeto de pesquisa o Conhecimento e, suas atividades principais em torno desse objeto, são a Organização e a Representação. Dessas atividades em torno do Conhecimento resultam instrumentos, processos e produtos, como facetas que vão se interpondo, para que tenham uso por outras áreas de conhecimento em ambientes institucionais (FUJITA, 2008, p.6).

Hjørland (2008) define o campo a partir de suas atividades, que compreendem a descrição de documentos, a classificação e a indexação, realizadas em arquivos, bibliotecas, bases de dados bibliográficos ou outros tipos de “instituições de memória” por bibliotecários, arquivistas e especialistas da informação.

Dessa forma, a organização do conhecimento, enquanto campo de estudo diz respeito à “[...] natureza e à qualidade dos Processos de Organização do Conhecimento (POC), bem como dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) utilizados para organizar documentos, representações de documentos, palavras e conceitos”<sup>20</sup> (HJØRLAND, 2008, p. 86, tradução nossa). Esta ideia se aproxima do pensamento de Anderson (2003 apud BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6), que afirma que a organização do conhecimento compreende “todo tipo de método de indexação, resumo, catalogação, classificação, gestão de arquivos, bibliografia e a criação de bases de dados bibliográficas e textuais para a recuperação da informação”.

As práticas deste campo devem privilegiar a organização ética do conhecimento. Para tal, atuam os sistemas de organização do conhecimento que, segundo Hodge (2000, p. 3), abrangem

todos os tipos de instrumentos usados para organizar a informação e promover o gerenciamento do conhecimento. Incluem os esquemas de classificação que organizam materiais em nível geral (como livros em estantes), cabeçalhos de assunto que provêm acesso mais detalhado e listas de autoridade que controlam versões variantes de chaves de acesso

---

<sup>20</sup> No original: “KO as a field of study is concerned with the nature and quality of such knowledge organizing processes (KOP) as well as the knowledge organizing systems (KOS) used to organize documents, document representations, works and concepts”.

à informação (nomes geográficos e nomes de pessoas). Incluem, ainda, esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias<sup>21</sup>.

Para Fogl (1979 *apud* BRASCHER, CAFÉ, 2008), em síntese, o conhecimento e a informação diferem entre si por apresentarem características bastante pontuais. Considera que o conhecimento é o conteúdo da consciência humana, sendo o resultado de processos cognitivos. Já a informação apresenta-se como a forma material do conhecimento, expressando-o através do uso de uma linguagem natural ou outros sistemas de signos. Além disso, a informação existe fora da consciência individual e exerce a sua função social por meio de um suporte físico, com caráter documental.

A noção de “documento” apresentada por Otlet (1934) conferiu o reconhecimento de dois aspectos dos registros do conhecimento: o físico (que se refere ao suporte) e o conteúdo (informação registrada).

A definição mais geral que se pode dar ao livro e ao documento é: um suporte de um certo material e dimensão, eventualmente dobrado ou enrolado, no qual estão os signos que representam certos dados intelectuais<sup>22</sup> (OTLET, 1934, p. 43, tradução nossa).

A organização da informação objetiva promover o acesso ao conhecimento contido na informação, de modo a gerar novos conhecimentos. Assim, Svenonius (2000 *apud* BRASCHER, CAFÉ, 2008, p. 5) “ressalta que, para ser organizada, a informação precisa ser descrita e que uma descrição é um enunciado de propriedades de um ‘objeto’ ou das relações desse objeto com outros que o identificam”. Ao referir-nos aos documentos, a identificação dessas propriedades, quanto aos seus aspectos intrínsecos ou extrínsecos caracterizam os processos relacionados à representação documental (ou representação da informação), a fim de melhor servir aos catálogos de bibliotecas e sistemas de organização do conhecimento, assunto a ser abordado na subseção 4.1 deste trabalho.

---

<sup>21</sup> No original: “The term knowledge organization systems is intended to encompass all types of schemes for organizing information and promoting knowledge management . Knowledge organization systems include classification schemes that organize materials at a general level (such as books on a shelf), subject headings that provide more detailed access, and authority files that control variant versions of key information (such as geographic names and personal names). They also include less-traditional schemes, such as semantic networks and ontologies”.

<sup>22</sup> No original : “La définition la plus générale qu'on puisse donner du Livre et du Document est celle-ci: un support d'une certaine matière et dimension, éventuellement d'un certain pliage ou enroulement sur lequel sont portés des signes représentatifs de certaines données intellectuelles”.

É necessário compreender que os sistemas de organização do conhecimento e suas representações não configuram-se estruturas neutras e estão sujeitos a desvios ou tendenciosidades (*bias*) na representação do conhecimento, dada a presença de questões subjetivas nas atividades ou instrumentos de organização e representação. Neste sentido, os desvios de representação promovem um impacto significativo na recuperação da informação, refletindo posições ideológicas e/ou políticas (GUIMARÃES; PINHO, 2007). A análise do preconceito na adoção de certos termos para a representação a partir de determinados valores sociais e a falta de neutralidade na atribuição de assuntos para representar o conteúdo dos documentos motivou pesquisadores como Berman (1993) e Olson (2002), enquanto os aspectos éticos para o tratamento da informação em diferentes contextos sociais e culturais têm sido abordados nos estudos de Capurro (2004), López-Huertas (2013), entre outros autores.

Para uso global, os sistemas de organização do conhecimento devem integrar o conhecimento através dos limites geográficos, linguísticos e culturais, apresentando os fundamentos sintáticos e semânticos adequados para qualquer cultura, além de criar técnicas para a recuperação da informação policultural (BEGHTOL, 2002b apud LÓPEZ-HUERTAS, 2008).

Para que sua utilidade não se limite a um pequeno grupo de indivíduos em um contexto específico, Beghtol (2002 apud MIRANDA et al. 2012, p.154) formulou o conceito de *hospitalidade cultural* como uma extensão da *garantia cultural*, considerando que:

A garantia cultural reside na de idéia de um sistema de organização do conhecimento ser o mais apropriado possível e útil para os indivíduos de uma cultura, apenas se ele for baseado nas suposições, valores e predisposições dessa mesma cultura.

Este conceito auxilia os sistemas de organização do conhecimento a privilegiar “as necessidades de diferentes culturas, sejam elas nacionais, étnicas, uma disciplina ou um domínio cultural”<sup>23</sup> (BEGHTOL, 2002b, p.45 apud LÓPEZ-HUERTAS, 2008, p. 119, tradução nossa). A não representação do conhecimento produzido por determinados grupos sociais é a questão explorada por García Gutiérrez (2006) ao tratar da *Epistemografia Interativa*.

---

<sup>23</sup> No original: “the needs of different cultures, wheter they are national, ethnic, domain or disciplinary cultures”.

A epistemografia é uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e, por extensão, da exomemória. A epistemografia lida com conceitos bem conhecidos e mitificados pela Epistemologia moderna, tais como categoria, classificação, ordem (de ordenação e mandato), método, conhecimento, formalização, metacognição ou representação, entre tantos outros (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 104). Esta se diferencia da epistemologia ao se ocupar do conhecimento que passa despercebido nos sistemas de organização do conhecimento, as chamadas “*favelas do saber*”. Por exomemória, o autor compreende “as inscrições humanas, em suporte físico ou digital, sejam eles conhecimentos ou lembranças” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 104), ou seja, registros da atividade intelectual humana, ricas fontes potenciais de informação.

Como pode parecer, a epistemografia não propõe um mundo descolonizado utópico, e sim a integração à política do conhecimento, uma redistribuição da presença e força dos conhecimentos e culturas na rede digital em igualdade de condições. O grande desafio está na criação de ferramentas que auxiliem na organização dos “conhecimentos dominantes” e que ao mesmo tempo promovam a resistência dos conhecimentos considerados subalternos exercitando, assim, o pluralismo ético. Incorporar nas redes digitais os conhecimentos excluídos dos fluxos em que transitam os conhecimentos dominantes: essa seria, resumindo, uma função tecnopolítica da epistemografia interativa (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 105).

A epistemografia está relacionada ao etnoconhecimento e à sua representação. De forma geral, o etnoconhecimento está intimamente relacionado à realidade social de um determinado grupo e à oralidade como forma de transmissão de saberes produzidos coletivamente. De modo que o uso da linguagem é um fator indispensável para a comunicação efetiva, o conhecimento do vocabulário, termos e expressões que identificam e revelam um determinado contexto cultural torna-se determinante para a representação do conhecimento inserido naquele domínio.

Oliveira (2009), ao recolher e analisar inúmeras histórias orais da região amazônica, possibilitou a elaboração de uma linguagem de informação por meio do estudo da terminologia cultural no tempo e no espaço, para se chegar a uma estrutura de classificação que pudesse facilitar a recuperação da informação. Através de histórias orais, mitos ou lendas de uma região é possível obter informações sobre diversos aspectos de um grupo social, sua organização, hábitos, geografia do local onde habitam – incluindo sua fauna e flora, etc.



A aquisição e a transmissão dos saberes tradicionais também são investigadas por Dantas e Ferreira (2013) no âmbito da Ciência da Informação. Ao analisar o fluxo de informação oral estabelecido pelos erveiros da Feira do Ver-o-Peso, na cidade de Belém (PA), os autores concluem que o ensinamento/aprendizado de conhecimentos tão específicos de medicina natural se mantém apartado dos padrões formais de educação, sendo transmitido em suas práticas sociocomunicativas, pela oralidade e observação, sendo armazenado apenas na memória dos indivíduos.

O modelo epistemológico atual que, segundo Soares, Martin e Francelin (2013), é fruto de princípios positivistas descontextualizados,

está fundamentado na regra equivocada e atrasada de que é necessário criar barreiras rígidas entre os saberes e os não saberes. Isto é, os saberes ou os conhecimentos são “produtos” exclusivos do isolamento e da superespecialização. Por outro lado, diante das barreiras que são criadas, é necessário analisar que contribuições esse ato traz ao conhecimento, seja ele científico ou do senso comum (SOARES; MARTIN; FRANCELIN, 2013, p. 62-63).

A integração de diferenças socioculturais é uma questão ainda não resolvida a ser estudada pelos teóricos da área de organização e representação do conhecimento. López-Huertas (2008, p. 119, tradução nossa) afirma que “há um apelo ao desenvolvimento de sistemas baseados no conhecimento etnográfico e propostas concretas em relação à concepção de tais sistemas”<sup>24</sup>. Neste contexto estão inseridos os questionamentos sobre o tratamento adequado para a organização do conhecimento produzido pelos grupos indígenas, e que a autora identifica como sendo as principais questões de investigação:

- Como gerenciar o conhecimento indígena (escrito ou oral)?
- Como organizá-lo?
- Como realizar a indexação utilizando vocabulários controlados em culturas indígenas? e,
- Como construir vocabulários controlados para o conhecimento indígena?<sup>25</sup> (LÓPEZ-HUERTAS, 2008, p.120, tradução nossa).

É importante ressaltar que, assim como os códigos de catalogação, os demais instrumentos de representação documental (em seus aspectos descritivos

<sup>24</sup> No original: “There is a call for developing systems based on ethnographic knowledge and for concrete proposals regarding the design of such systems”.

<sup>25</sup> No original: “How to manage indigenous knowledge (written or oral)?; How to organize it? (Rao 2006; Kargbo 2005; Muswazi 2001; Espinhero de Oliveira 2002; Liew 2004 and Doyle 2006); How to carry out indexing activities using controlled languages in indigenous cultures? (Monajami 2003); How to construct controlled vocabularies for indigenous knowledge? (Amaeshi 2001)”.

ou temáticos) refletem o contexto cultural nos quais foram criados. Ao serem internacionalizados, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e o próprio AACR2, cada país deve observar a adequação ao uso local, considerando que os catálogos devem estar em concordância com a realidade cultural da biblioteca ou centro de documentação para o qual foi elaborado.

As pesquisas de Miranda (2007, 2011, 2012), neste sentido, muito contribuem para esta discussão ao verificar que os atuais sistemas de organização do conhecimento foram concebidos a partir de um modo eurocêntrico de compreender o mundo, considerando os conhecimentos de diferentes grupos étnicos como saberes desqualificados. Com enfoque na representação do conhecimento afrodescendente em esquemas de classificação bibliográfica, as análises da CDD, Classificação Decimal Universal (CDU) e *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) quanto às categorias temáticas e terminológicas referentes à religião iorubana identificaram que as falhas na representação levam a uma compreensão equivocada do que seria o Candomblé, o Culto aos Orixás, as Religiões Iorubanas, apresentando incoerências e dispersões semânticas. Miranda (2012) sugere a importância da diversidade étnica e racial tornar-se uma contribuição efetiva nos sistemas de organização do conhecimento.

Pesquisas envolvendo os conhecimentos tradicionais de grupos indígenas e afrodescendentes no campo da organização e representação da informação e do conhecimento constituem um ganho para a área ao contemplar aspectos altamente relevantes para o cenário cultural brasileiro.

A reflexão acerca dos aspectos culturais da representação do conhecimento se faz necessária, uma vez que os desvios de representação tendem a afastar o grupo de usuários atingidos. Isto resulta na não identificação entre os usuários e o sistema (GUIMARAES; PINHO, 2007). Esta situação se torna evidente entre a representação do conhecimento produzido por grupos autóctones em diversas regiões do mundo, incluindo os indígenas brasileiros.

Uma vez que existem diversos elementos de um documento a serem representados, a seguir apresenta-se um pouco mais sobre os conceitos vinculados à representação bibliográfica.

#### 4.1 A REPRESENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA: ASPECTOS RELEVANTES

A Representação bibliográfica, também denominada como Catalogação ou Representação Documental, articula a Representação Temática e a Representação Descritiva, “entretanto, o autor e a autoria de um documento são retratados apenas pela Representação Descritiva, pois ela descreve os elementos que caracterizam o documento e estabelece os pontos de acesso de título e responsabilidade” (SILVEIRA, 2013, p.61). Enquanto área do conhecimento, a catalogação consiste no

[...] estudo, a preparação e a organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, visando a criar conteúdos comunicativos que permitam a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 126).

A Representação Temática dedica-se a evidenciar o conteúdo do conhecimento registrado no documento. Dado ao fato de esta pesquisa manter seu enfoque em questões relacionadas à autoria, não pretende-se abordar a Representação Temática neste momento.

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5, grifo do autor)

Compreendendo os catálogos e bases de dados enquanto sistemas documentários, estes são compostos por registros. A representação do documento gera os registros de informação (ou registros bibliográficos), que atuam como a unidade principal de trabalho de uma base de dados, sendo a unidade de interpretação do sistema (ORTEGA, 2010; ORTEGA, LARA, 2010), possibilitando a recuperação de dados. Quanto à sua estrutura, os registros bibliográficos apresentam sintaxe e semântica próprias, definidas através dos diferentes códigos de catalogação, a fim de promover a adoção de padrões específicos de descrição e garantir a consistência dos catálogos ou bases de dados. Dessa forma, a “sintaxe se constitui de posição e pontuação” enquanto “a semântica dá significado aos termos em sua posição e respectiva pontuação precedente” (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 128).

Produtos do processo de representação documental, os registros bibliográficos reúnem um conjunto de informações organizadas logicamente para

representar um determinado registro do conhecimento, permitindo sua identificação. A representação documental, como toda representação, pressupõe uma intermediação entre o universo dos representados e seus representantes. De origem latina, o termo *representação* assume diferentes significados de acordo com o contexto de uso. Entretanto, é possível distinguir três significados fundamentais:

Em primeiro lugar, designa-se com este termo aquilo por meio do qual se conhece algo; nesse sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo com que se conhece alguma coisa. Em segundo lugar, por representar entende-se conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra coisa; nesse sentido, a imagem representa aquilo de que é imagem, no ato de lembrar. Em terceiro lugar, por representar entende-se causar o conhecimento do mesmo modo como o objeto causa o conhecimento (OCKHAM apud ABBAGNANO, 2007, p. 853).

Dessa forma, a representação bibliográfica possui as seguintes funções:

(a) permitir a um usuário: localizar uma obra ou item específico, escolher entre as várias manifestações de uma obra específica, escolher entre várias obras semelhantes e expressar, ou alterar, sua mensagem interna; (b) permitir a um item encontrar seu usuário; (c) permitir a outra instituição: localizar um item específico e saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio (MEY, 1999, p. 19).

Considerando o universo da representação bibliográfica, os documentos representados são os itens de um acervo, enquanto registros do conhecimento, em seus múltiplos suportes e formatos aos quais pretende-se promover o acesso. Estes podem corresponder a um documento em sua completude, parte de um documento ou mesmo um conjunto de documentos. Por conseguinte, os representantes constituem-se dos registros bibliográficos. Vale ressaltar que “a representação não se deve propor a tomar o lugar do representado, mas buscar a forma de tornar o representado reconhecível diante de dada situação, contexto e público” (MEY; ZAFALON, 2009, p. [4]).

Os catálogos constituem-se em sistemas de produção de sentido na medida em que possuem uma organização logicamente estruturada que permite o estabelecimento de fluxos comunicativos envolvendo o usuário e o acervo através dos registros bibliográficos. Dessa forma, pode-se dizer que o catálogo “é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 12).

O fato de a mensagem utilizar o catálogo como canal não faz com que ela apresente diferenças significativas em relação a outros tipos de mensagens quando a analisamos à luz dos aspectos teóricos da comunicação. Para Habermas (1987 apud RÜDIGER, 1998), a comunicação é estabelecida a partir de condições para a troca de mensagens e fundamenta-se em certas pretensões de validade que são igualmente importantes para a representação bibliográfica. Tais pretensões são: a pretensão de compreensibilidade da mensagem (deve-se pretender que o registro bibliográfico seja compreensível para os que o acessam), pretensão de veracidade (os consulentes pressupõem que o catálogo apresente informações verdadeiras quanto à representação dos documentos), pretensão de correção valorativa da mensagem (pressupõe-se que o registro é elaborado de forma normativamente correta) e pretensão de autenticidade subjetiva da mensagem (supõe-se a sinceridade na elaboração da representação e na interpretação) (MEY; SILVEIRA, 2010). A organização do conhecimento em bibliotecas consiste na

identificação das mensagens (frequentemente denominadas como obras); identificação dos textos nos quais as mensagens (obras) estão representadas; descrição dos documentos nos quais os textos se apresentam; e a descrição do conteúdo, características e significado das mensagens. As identificações e descrições resultantes são organizadas em índices, catálogos, bases de dados, bibliotecas digitais e outros sistemas de recuperação de informação para o acesso dos pesquisadores<sup>26</sup> (ANDERSON, 2003, p. 471, tradução nossa).

O catálogo, um dos mais antigos instrumentos de bibliotecas, tem passado por diversas mudanças desde as listas que inventariavam as coleções aos modernos catálogos de acesso público online (*Online Public Access Catalogs – OPAC*) e seus inúmeros metadados. Os catálogos *online* expandiram as possibilidades de recuperação de registros bibliográficos e de apresentação dos registros bibliográficos. De forma geral, os registros podem ser visualizados no formato em áreas da *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, largamente utilizado nos catálogos em fichas manuais, o formato OPAC, comumente utilizado para catálogos em meio eletrônico, ou formatos que privilegiam a

---

<sup>26</sup> No original: “The organization of knowledge in library and information science consists of several aspects: identification of messages (often called works); identification of texts in which messages (works) are represented; description of documents in which texts are presented; and description of the content, features and meaning of messages. The resulting identifications and descriptions are organized into indexes, catalogues, databases, digital libraries and other information retrieval systems for access by searchers” (ANDERSON, 2003, p. 471).

transferência de metadados, como os diversos padrões MARC (*Machine Readable Cataloging*) e o Dublin Core, por exemplo.

Dentre as qualidades desejáveis para a elaboração de catálogos, Mey e Silveira (2009) mencionam a uniformidade, a economia na preparação e na manutenção e a atualidade. Neste momento, interessa-nos a uniformidade, que pode ser alcançada através da adoção de políticas específicas e normas de catalogação pré-estabelecidas, a fim de que as mensagens veiculadas sejam compreensíveis e permitam o controle dos termos que serão passíveis de recuperação, os pontos de acesso.

No Brasil, a Representação Descritiva se orienta, na maioria das vezes, pelas normas estabelecidas no Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA, *Anglo-American Cataloging Rules-AACR*), atualmente em sua segunda edição. Evidentemente, não se trata do único conjunto de regras disponível. As regras e normas de catalogação, ao serem compartilhadas por diferentes bibliotecas e unidades de informação, facilitam o intercâmbio de informações.

Em função da clareza da disposição das informações, privilegiou-se a utilização do formato OPAC para a ilustração de registros bibliográficos nesta pesquisa. A seguir, apresenta-se a estrutura de um registro bibliográfico no formato OPAC.

Figura 2 – Registro bibliográfico, com ponto de acesso principal

Inf. publicação	Livro - Português
1 ISBN	9788520430149 (broch.)
Classificação Dewey	808.899282
Edição	22
2 Localização	II-411,4,27
3 Ent. princ.	Munduruku, Daniel, 1964- 👤
Título	<b>O karaíba : uma história do pré-Brasil / Daniel Munduruku ; ilustrações de Mauricio Negro.</b>
4 Imprinta	Barueri, SP : Amarilys, 2010.
Desc. física	94p. : il. col. ; 23 cm.
Coleção/Notas	
Locais 5	BNB
5 Assuntos	1. Índios da América do Sul - Brasil - Lendas - Literatura infantojuvenil ⓘ 2. Lendas - Brasil - Literatura infantojuvenil ⓘ 3. Literatura infantojuvenil brasileira ⓘ
6 Ent. sec.	I. Negro, Mauricio, 1968- 👤

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2014)

Quanto à sua estrutura, observam-se os elementos em destaque no registro bibliográfico ilustrado acima, o número internacional normalizado, ou ISBN (1); os dados de localização (2), que identificam onde o item está armazenado fisicamente no acervo; o ponto de acesso (entrada) principal (3), com função de evidenciar que uma pessoa ou instituição é o/a principal responsável pela obra representada; a descrição bibliográfica (4), que compreende as áreas de título e indicação de responsabilidade, dos dados de publicação, da descrição física do material, da série ou nome da coleção editorial a que pertence (se houver), de notas; os pontos de acesso de assuntos (5); e o ponto de acesso secundário (6), que permite a recuperação através de nomes associados ao registro (neste caso, o nome do ilustrador).

Para materiais bibliográficos, o AACR2r orienta que a descrição seja baseada nos dados fornecidos pela fonte principal de informação<sup>27</sup> ou qualquer parte do item que esteja sendo utilizada em sua substituição (CÓDIGO..., 2005). O código é dividido em duas partes, sendo a primeira dedicada à descrição de materiais e a segunda, aos pontos de acesso. Como o interesse principal deste trabalho se insere em uma parte específica do registro bibliográfico, as questões referentes à autoria presentes no código de catalogação serão mencionadas, conforme necessário, na subseção a seguir.

## 4.2 A REPRESENTAÇÃO DA AUTORIA: ASPECTOS CONCEITUAIS

Considerada um dos elementos principais para a identificação de uma obra, a autoria se relaciona diretamente com a atividade criadora que dá origem à obra. Entende-se por autoria a “condição de ser autor de alguma coisa” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.40), sendo o autor uma “pessoa física (individual ou coletiva) ou a pessoa jurídica (Estado, governo, entidades coletivas e similares) que se responsabilizam pelo conteúdo de uma obra; criador” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.39).

Para Foucault (2006, p. 46 apud SILVEIRA, 2013, p. 27), alguns “[...] discursos são providos da função ‘autor’, ao passo que outros são dela

---

<sup>27</sup> De acordo com a regra 2.0B1, a fonte principal de informação para monografias impressas é a página de rosto (CÓDIGO..., 2005).

desprovidos”. Ao reconhecer que a autoria se trata de uma relação do sujeito com o discurso, Foucault afirma que “os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma” (FOUCAULT, 1992, p.68-69 apud ALVES, [2010?], p. 9) ao passo que “[...] a função autor não se exerce de forma universal e constante sobre todos os discursos” (FOUCAULT, 2006, p. 48 apud SILVEIRA, 2013, p. 30), estando relacionada a fatores socioculturais<sup>28</sup>.

A função autor, portanto, está diretamente relacionada ao contexto social, histórico e econômico de uma sociedade. Durante um período e em determinadas sociedades, os textos tidos como literários (narrativas, contos, epopeia, entre outros), eram recebidos anonimamente sem que o reconhecimento de sua autoria fosse requerido. Atualmente, a função autor em uma obra literária desempenha um papel fundamental (SILVEIRA, 2013, p.31).

Ao alcançar o status de bem material passível de comercialização, a entrada dos editores e livreiros na relação entre o autor e a obra (materializada nos livros), culminou na elaboração de normativas legais que protegessem os direitos do autor sobre a sua obra. No Brasil, a lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que rege os direitos autorais define o autor como sendo “[...] a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica” e considera como “titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua” (BRASIL, 1998b, *online*).

A representação da autoria da descrição bibliográfica constitui um valioso elemento para a identificação de registros do conhecimento. De certa forma, os modelos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoria) têm apresentado uma nova perspectiva para a representação da autoria coletiva indígena. Os FRBR têm como objetivos oferecer uma base claramente definida e estruturada para relacionar dados de um registro bibliográfico e recomendar um nível básico de funcionalidade para os registros criados pelas agências bibliográficas nacionais (IFLA, 2009b). Ao desviar o ponto central da representação bibliográfica do livro (ou elemento físico a ser representado) para as entidades que estão envolvidas no mesmo, a

---

<sup>28</sup> Há de se destacar que, sobre a questão da autoria, diferentes abordagens foram desenvolvidas em áreas como a teoria literária, linguística, semiologia e hermenêutica, que não serão trabalhadas neste momento.



compreensão da dinâmica do conhecimento (de sua produção à publicação) é ampliada através da articulação dos atributos de cada entidade e seus possíveis relacionamentos.

O modelo conceitual FRBR apresenta 10 entidades divididas em 3 grupos, considerando que cada “entidade”, de acordo com Mey e Silveira (2009, p. 18) pode ser “uma ‘coisa’, ‘conjunto de artefatos’, ‘ser’ ou ‘algo da realidade moldada’” ou “os principais objetos de interesse para os usuários de dados bibliográficos” (IFLA, 2008 apud MEY; SILVEIRA, 2009, p. 18). As entidades estão distribuídas em três grupos de acordo com suas características (atributos). No Grupo 1, as entidades representam “diferentes aspectos do interesse dos usuários em produtos de esforço intelectual ou artístico” <sup>29</sup> (IFLA, 2009b, p. 13, tradução nossa). São as entidades *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*:

As entidades definidas como *obra* (uma criação intelectual ou artística distinta) e *expressão* (realização intelectual ou artística da *obra*) refletem o conteúdo intelectual ou artístico. As entidades definidas como *manifestação* (a forma física da *expressão* de uma *obra*) e *item* (um único exemplar da *manifestação*), por outro lado, refletem a forma física<sup>30</sup> (IFLA, 2009b, p. 13, tradução nossa).

A partir desta organização, um único documento compreende e permite a relação de quatro entidades que atuam tanto em seus aspectos intrínsecos quanto extrínsecos.

O processo para a representação do documento se inicia com a entidade mais concreta possível, ou seja, com a análise do *item* que se tem em mãos, até atingir o seu maior grau de abstração com a determinação dos atributos pertencentes à *obra*. Como apenas a informação registrada é passível de sofrer tratamento, a *obra* e a *expressão* serão representadas na medida em que forem concretizadas na *manifestação*, que é exemplificada com o *item*. (SILVEIRA, 2013, p.52)

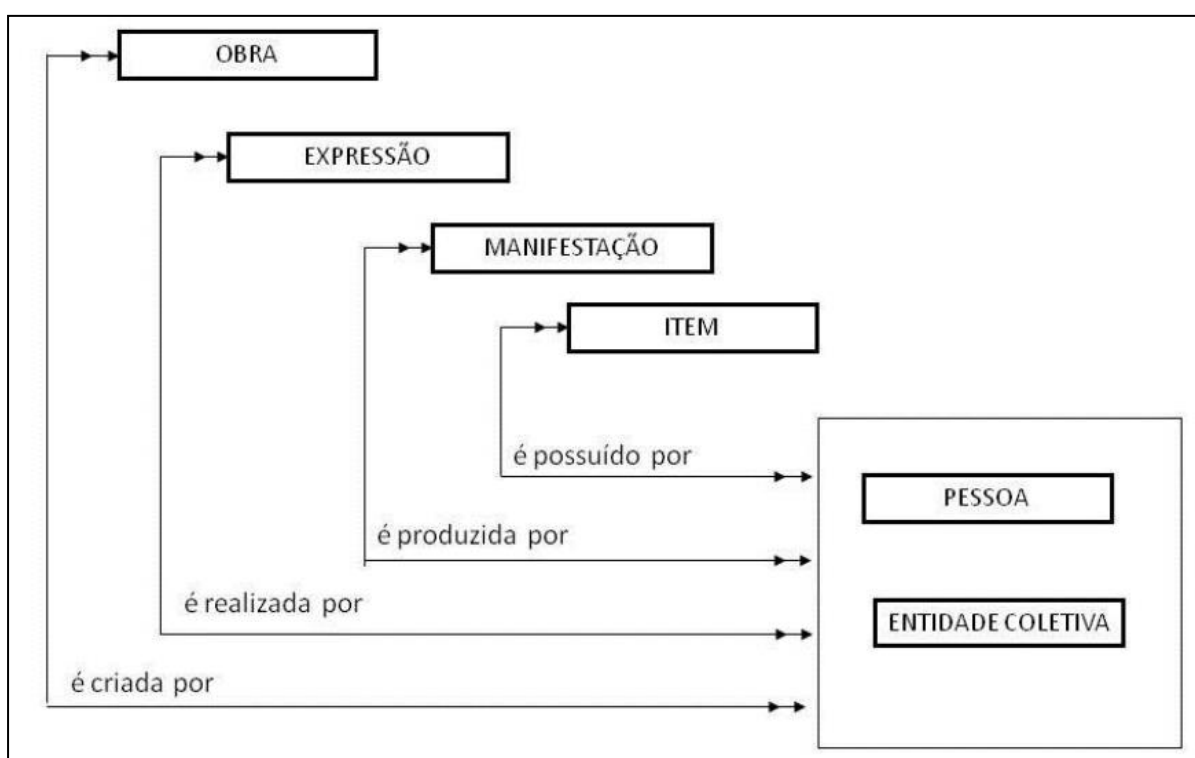
As relações que envolvem autoria são expressas pelas entidades do Grupo 2, que podem ser pessoas ou entidades coletivas. A entidade “pessoa” refere-se, como o próprio nome sugere, a(s) pessoa(s) envolvida(s) na criação ou realização de uma *obra* (autores, compositores, artistas, editores, tradutores, diretores, intérpretes e outros), ou quando as pessoas correspondem ao assunto de uma *obra* (de uma

<sup>29</sup> No original: “The entities in the first group represent the different aspects of user interests in the products of intellectual or artistic endeavour”.

<sup>30</sup> No original: “The entities defined as work (a distinct intellectual or artistic creation) and expression (the intellectual or artistic realization of a work) reflect intellectual or artistic content. The entities defined as manifestation (the physical embodiment of an expression of a work) and item (a single exemplar of a manifestation), on the other hand, reflect physical form”.

história, biografia ou autobiografia). Paralelamente, a “entidade coletiva” diz respeito a uma organização ou grupos de indivíduos e/ou organizações atuando como uma unidade, identificados por um nome específico. As “entidades coletivas” abrangem grupos ocasionais e grupos que se constituem como encontros, conferências, congressos, além de autoridades territoriais que exercem função de governo, etc. (IFLA, 2009b). A Figura 2 demonstra as diversas formas de relacionamentos possíveis entre as entidades dos grupos 1 e 2.

Figura 3 – Relações entre entidades dos Grupos 1 e 2 dos FRBR



Fonte: IFLA (1998, p. 14), traduzido por Mey e Silveira (2009, p. 27).

O modelo FRAD é uma extensão do modelo FRBR, desenvolvido, especificamente, com a finalidade de

- Fornecer um quadro de referência, claramente definido e estruturado, para relacionar os dados que são registrados por criadores de **registros de autoridades** para as necessidades dos usuários destes dados.
- Auxiliar em uma avaliação do potencial para compartilhamento internacional e uso de **dados de autoria**, dentro de setores de bibliotecas e além<sup>31</sup> (IFLA, 2013, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

<sup>31</sup> No original: “provide a clearly defined, structured frame of reference for relating the data that are recorded by authority record creators to the needs of the users of that data; assist in an assessment of the potential for international sharing and use of authority data both within the library sector and beyond”.

Este modelo se detém a abordar os elementos de interesse para o registro e controle de dados de autoria. O modelo se refere às entidades que compõem o Grupo 2 dos FRBR, “pessoa”, “entidade coletiva” (*corporate body*) e a inclusão da entidade “família”, que é definida por

Duas ou mais pessoas relacionadas pelo nascimento, casamento, adoção, união civil ou estado jurídico similar, ou que de outra forma apresenta como família. Inclui família real, dinastias, casas de nobreza, etc. Inclui patriarcados e matriarcados. Inclui grupos de indivíduos que compartilham uma linhagem ancestral comum. Inclui unidades familiares (pais, filhos, netos, etc.). Inclui os titulares sucessivos em uma casa de nobreza, visto coletivamente”<sup>32</sup> (IFLA, 2013, p. 8-9, tradução nossa).

À primeira vista, a definição desta entidade parece se adequar ao tipo de autoria que constrói e registra seus conhecimentos coletivamente, identificando-se pelo nome de um determinado povo. No entanto, apesar de compreender unidades familiares e uma linhagem ancestral comum, seriam estes elementos suficientes para definir um povo indígena ou etnia como *família* no momento de sua produção bibliográfica?

Cada um dos povos indígenas possui, além de raízes genéticas comuns, cosmovisão própria, relação com o território, diferentes gerações etárias, culturas, crenças e outras particularidades que, a nosso entender, não seriam comportadas pela definição de *família* de acordo com o FRAD. Compreender estas questões é fundamental para se pensar a respeito da autoria na representação bibliográfica de obras indígenas, assunto a ser abordado na seção que se segue.

---

<sup>32</sup> No original: “Two or more persons related by birth, marriage, adoption, civil union, or similar legal status, or who otherwise present themselves as a family. Includes royal families, dynasties, houses of nobility, etc. Includes patriarchies and matriarchies. Includes groups of individuals sharing a common ancestral lineage. Includes family units (parents, children, grandchildren, etc.). Includes the successive holders of a title in a house of nobility, viewed collectively (e.g., Dukes of Norfolk)”.

## 5 A AUTORIA INDÍGENA E A REPRESENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao abordar a prática da autoria indígena em desenvolvimento no Brasil é necessário recorrer a um breve histórico para a compreensão de sua origem. A segunda metade do século XX foi marcada por diversas transformações sociais que legitimaram os direitos dos povos indígenas do Brasil. Estes grupos passaram a ser alvo de políticas indigenistas que visaram proteger e assegurar a continuidade da cultura nativa, tradicionalmente vinculada à oralidade. Em 1991 foi sancionado pelo Presidente da República o Decreto nº 26, atribuindo ao Ministério da Educação a coordenação das ações referentes à educação escolar indígena, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1991, *online*).

A partir desta medida, foi criado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, que “trata de fundamentos gerais de ensino e aprendizagem para todo o Ensino Fundamental” (BRASIL, 1998a, p. 14). Sua finalidade seria garantir uma educação escolar diferenciada que contribuísse para o processo de afirmação étnica e cultural, orientada pela valorização dos saberes milenares e o uso das línguas nativas. Esta ação também tem o objetivo de oferecer subsídios para a

elaboração e implementação de programas de educação escolar que melhor atendam aos anseios e interesses das comunidades indígenas [... e para a] formação de educadores capazes de assumir essas tarefas e de técnicos aptos a apoiá-las e viabilizá-las (BRASIL, 1998a, p. 13).

A demanda por materiais didáticos e paradidáticos a serem utilizados pelas escolas nas aldeias estimulou a elaboração dos livros criados por autores indígenas, participando ativamente da transmissão de saberes além das vias da oralidade. No entanto, a produção bibliográfica destes grupos se deslocou a fim de assumir outras formas de expressão e atualmente compreende diferentes gêneros textuais como poesias, contos literários, textos informativos, históricos, entre outros.

Dentre as suas diferentes formas, a autoria pode assumir caráter individual ou coletivo, de acordo com a atuação dos sujeitos envolvidos no processo criativo. Esta e outras questões relevantes para a representação bibliográfica serão abordadas na subseção 5.2.

No Brasil, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) promove o Encontro de Escritores e Artistas Indígenas que, desde sua primeira edição em 2004, vem sendo realizado anualmente durante o Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens. Naquela época, chegava ao fim a década dos povos indígenas, declarada pela ONU em 1995. Ainda em 2003, a articulação de ideias entre o escritor Daniel Munduruku e a, então, secretária executiva da FNLIJ, Elisabeth Serra, marcou o início da preparação do primeiro encontro de escritores. A motivação central para o primeiro encontro era “entender a lei que rege os direitos autorais e por que essa lei compreende os conhecimentos ancestrais indígenas como domínio público” (ENCONTROS..., 2013, p. 23).

Posteriormente, outras temáticas foram desenvolvidas a cada evento (ver Quadro 1). Com presença de representantes indígenas de diversas regiões do Brasil<sup>33</sup> e culminou com a redação da Carta da Kari-Oca (Anexo 1), documento que

apresenta a posição dos indígenas a respeito do uso das histórias tradicionais por todos os segmentos da sociedade brasileira; pede o cuidado com esse patrimônio imaterial por parte das editoras; e **induz a sociedade a repensar o tratamento que tem dado às sociedades indígenas e seu saber tradicional ao longo dos mais de quinhentos anos de História**, em que esses povos foram excluídos das decisões políticas (ENCONTROS..., 2013, p. 24, grifo nosso).

Em seus primeiros anos, o evento foi organizado pelo Instituto Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi) por meio do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEArIn). Criado em 2003 com objetivo de proteger os direitos de propriedade intelectual dos povos originários do Brasil, “o Inbrapi é uma instituição não governamental criada e dirigida por indígenas de diferentes povos” (ENCONTROS..., 2013, p. 9).

---

<sup>33</sup> Povos representados no I Encontro de Escritores e Artistas Indígenas: Krenak (MG), Tukano (AM), Paresi (MT), Munduruku (PA), Nambikwara (MT), Guaraní (SP), Terena (MS), Terena (MT), Potiguara (PB), Potiguara (RJ) e Maraguá (AM).

Quadro 5 – Temáticas dos Encontros de Escritores e Artistas Indígenas

Ano	Número do Encontro	Tema
2004	1º	Direitos autorais dos povos indígenas
2005	2º	Escrita e identidade fortalecendo a autonomia
2006	3º	Conhecer as letras para compartilhar sentimentos
2007	4º	Razões para conhecer os povos indígenas
2008	5º	Num mundo habitado por espíritos... A palavra se fez
2009	6º	A oralidade indígena e as novas tecnologias da memória
2010	7º	Palavra da cidade, palavra da floresta: literatura indígena no contexto urbano
2011	8º	Literatura indígena é resistência
2012	9º	Literatura indígena e meio ambiente: rumo ao Rio+20
2013	10º	Buscando horizontes, gerando metamorfoses
2014	11º	Literatura indígena: a bola da vez
2015	12º	Entre caminhos: literatura indígena e letramento

Fonte: elaborado pela autora.

O encontro se estrutura na forma de seminário, com mesas de debate e conta com a participação de indígenas e não indígenas. Tanto o “Concurso Tamoios de Textos de Escritores indígenas” quanto o “Concurso FNLIJ Curumim – Leitura de Obras de Escritores Indígenas” foram iniciativas propostas pelos escritores indígenas à FNLIJ a fim de incentivar o surgimento de novos autores indígenas brasileiros e a leitura de livros de autoria indígena, respectivamente.

Neste sentido, visando promover o incentivo à leitura e produção literária de povos originários, destacam-se iniciativas propostas por outros países como o *First Nations Communities Read Program* com o *Aboriginal Literature Award* (ambos do Canadá), *Ngā Kupu Ora Māori Book Awards* (Nova Zelândia) e *American Indian Youth Literature Award*, concedido pela *American Indian Library Association* (Estados Unidos).

Com a crescente força do movimento literário indígena, o número de publicações aumenta gradativamente a cada ano. Se no princípio as obras possuíam caráter didático e paradidático, a tendência atual aponta para as publicações direcionadas ao público não indígena, em especial através da literatura infantil e infanto-juvenil. Essa estratégia tem por objetivo a desconstrução de

estereótipos logo nos primeiros anos da educação formal, como investimento na formação cultural das próximas gerações.

Como frutos dos esforços realizados nesses 12 anos de encontros, destacam-se:

1. Reconhecimento por parte do mercado editorial de que há uma literatura indígena voltada para o público infantil e juvenil.
2. Reconhecimento de que **o conhecimento indígena é de natureza coletiva e ancestral**, e que não pode ser utilizado por terceiros sem o devido consentimento das comunidades a que pertence aquele saber.
3. Reconhecimento de que **o saber indígena tem de ser divulgado pelos próprios indígenas** para fortalecer a dignidade desses povos.
4. Reconhecimento de que o saber indígena tem qualidade em si e de que é preciso dar um tratamento editorial digno a esse material. (ENCONTROS..., 2013, p. 87, grifo nosso).

A ancestralidade e o caráter coletivo do conhecimento indígena são características determinantes para a compreensão e manutenção da subjetividade de seu universo de significados, crenças e valores. A qualidade do conhecimento indígena, que o torna digno de um tratamento editorial adequado, se estende às formas de tratamento informacional que podem lhe alcançar em sua esfera documental. Seja em uma biblioteca situada em um contexto urbano ou em uma aldeia, o tratamento documental dedicado aos livros produzidos por indígenas deve garantir uma análise contextualizada para a boa representação de seus elementos informacionais.

## 5.1 O CONHECIMENTO DOS INDÍGENAS E OS CATÁLOGOS

Todo indivíduo tem o direito ao acesso a todas as expressões do conhecimento, pensamento criativo e atividade intelectual e de expressar publicamente seus pontos de vista. A Declaração sobre o Conhecimento Indígena Tradicional (IFLA, 2003) afirma a importância do conhecimento indígena e adverte sobre a necessidade de que as bibliotecas reconheçam seu valor ao integrar este conhecimento ao conhecimento da comunidade local; que protejam o saber indígena e o local tradicional, para o bem dos grupos indígenas e de todo o mundo; que implementem mecanismos eficazes para a transferência de tecnologia, capacitação e proteção e os considere holisticamente.

Estas orientações convergem para a conscientização dos bibliotecários, na observância de suas atividades profissionais, enquanto responsáveis pelo

gerenciamento de recursos informacionais, por promover o acesso ao conhecimento e à sua missão de servir à comunidade. A Resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) n.º 42 de 11 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Bibliotecário, em seu art. 8, determina que “O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002, p. [2]), reiterando seu compromisso profissional com a sociedade.

Atualmente, o Brasil conta com 305 povos indígenas (IBGE, 2010) sendo que, destes, pelo menos 121 povos possuem produção bibliográfica (SANTOS, 2014). Esse número pode ser ainda maior, pois Santos (2014) elencou apenas os materiais formalmente publicados. Ou seja, há um grande volume de materiais e a tendência é que esse número continue aumentando, constituindo acervos de inúmeras bibliotecas.

Dessa forma, a Declaração sobre o Conhecimento Indígena Tradicional (IFLA, 2003, *online*, tradução nossa) recomenda que as bibliotecas e os arquivos:

1. Implementem programas para coletar, preservar e disseminar recursos dos conhecimentos tradicionais indígena e local;
2. Disponibilizem e promovam recursos de informação que apoiem a pesquisa e a aprendizagem dos conhecimentos tradicionais indígenas e locais, e sua importância e uso na sociedade moderna;
3. Divulguem o valor, contribuição e importância dos conhecimentos tradicionais indígenas e locais, para os não indígenas e para os próprios indígenas;
4. Envolvam os anciãos e as comunidades na produção de recursos para o ensino das crianças para entender e apreciar o que está por trás do conhecimento tradicional e adquirir o sentido de identidade que está associado aos sistemas de conhecimentos indígenas;
5. Insistam ante seus governos para que o valor agregado aos livros e outros meios de gravação de conhecimentos tradicionais indígenas sejam livres de impostos;
6. Incitem o reconhecimento do princípio de propriedade intelectual, a fim de garantir a proteção e uso adequado do conhecimento indígena tradicional e dos produtos derivados deles.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> No original: “1. Implementen programas para recoger, preservar y diseminar recursos de los conocimientos tradicionales indígena y local; 2. Hagan disponible y promuevan recursos de información que apoyen la investigación y el aprendizaje de los conocimientos tradicionales indígenas y locales, y su importancia y uso en la sociedad moderna; 3. Divulguen el valor, contribución e importancia de los conocimientos tradicionales indígenas y locales, para los no indígenas y para los propios indígenas; 4. Involucren a los Ancianos y a las comunidades en la producción de recursos y en la enseñanza de los niños para entender y apreciar lo que está por detrás del conocimiento tradicional y adquirir el sentido de identidad que está asociado a los sistemas de conocimiento indígenas; 5. Insistan ante sus gobiernos para que liberen de impuestos al valor agregado a los libros y otros medios de grabación de conocimientos tradicionales indígenas y locales; 6. Inciten al reconocimiento del principio de propiedad intelectual a fin de asegurar la protección y uso adecuado del conocimiento indígena tradicional y de los productos derivados de ellos”.



Dentre os itens elencados, as recomendações expressas nos itens 2, 3, e 6 serão alcançadas de forma mais efetiva se a biblioteca (ou centro de documentação) dispuser de um catálogo que considere as questões interculturais na descrição dos elementos de seu acervo, indo ao encontro da proposta apresentada neste trabalho. Para a divulgação dos conhecimentos tradicionais e a disponibilização de recursos de informação que apoiem a pesquisa e a aprendizagem destes conhecimentos, estes devem ser recuperados de forma plena.

A dedicação à representação documental é indispensável para garantir que os registros do conhecimento indígena (de forma escrita ou audiovisual) relacionem-se através dos catálogos com todos os outros recursos informacionais que a biblioteca possua. A fim de garantir o reconhecimento da propriedade intelectual e a proteção ao uso adequado do conhecimento indígena tradicional, a identificação de autoria de cada documento (quando houver) é absolutamente necessária.

Neste sentido, além das recomendações apresentadas, Chu (2005, p.[1-2], tradução nossa) lista dez razões para que as bibliotecas ofereçam serviços multiculturais:

1. A missão de uma biblioteca é servir à sua comunidade, a qual, em alguns casos, é multicultural ou multilíngue, ou está se tornando culturalmente diversa.
2. Serviços multiculturais ou multilíngues em bibliotecas garantem igualdade no serviço e acesso à informação.
3. Em uma era de globalização, com maior facilidade de comunicação entre fronteiras e viagens, as pessoas precisam aprender sobre outras culturas, idiomas e pessoas, com apreciação de diferentes experiências e ampliação da visão de mundo.
4. Informações em línguas e através de canais acessíveis a diversas comunidades de usuários permitem sua participação democrática na sociedade civil.
5. Informações sobre a própria herança [cultural] bem como o fortalecimento da cultura dos outros, promove a compreensão de outras experiências e perspectivas, respeitosamente, e contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais harmoniosa.
6. Informações em línguas e através dos canais apropriados para diversas comunidades de usuários promovem múltiplas alfabetizações, que facilitam a aquisição de novos conhecimentos e habilidades para garantir a igualdade de oportunidades em todos os domínios da sociedade civil.
7. O conhecimento do mundo, formas criativas de expressão e práticas culturais são documentados em diversos formatos e idiomas, assim, deve ser disponibilizada uma coleção multicultural para que todos possam acessar.
8. O aprendizado de diferentes formas de expressão criativa, trabalho e resolução de problemas leva a ideias e opiniões que podem resultar em formas de inovar, agir e resolver situações novas.
9. Informações sobre e para uma comunidade multicultural demonstra que os membros da comunidade e suas culturas são valorizados pela biblioteca.

10. Bibliotecas são espaços para o engajamento intelectual e de lazer, que oferecem serviços multiculturais e multilíngues, além de coleções, tornando-se um espaço comunitário para unir as pessoas.<sup>35</sup>

Toda forma de registro do conhecimento indígena que possa ser armazenado, preservado e acessado nas bibliotecas e centros de documentação resulta em um benefício para a sociedade em geral. A utilização de ferramentas tecnológicas que auxiliem a elaboração destes registros viabiliza e confere certa autonomia para que cada grupo indígena eleja qual/ quais faceta(s) do seu conhecimento deseja registrar e de que forma. Estes registros, a depender de seu uso, constituem-se, potencialmente, em fontes de informação. Estas fontes são compreendidas no conceito de **informação etnicorracial**<sup>36</sup>, que se define por

[...] todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital) passível de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana (OLIVEIRA; AQUINO, 2012, p. 487).

Passível de aplicação a diversos grupos étnicos, o conceito incorpora um aspecto objetivo ao referir-se aos conteúdos disponibilizados em diversos suportes informacionais, e outro subjetivo, dado seu potencial para a produção de conhecimento sobre grupos étnicos no que se refere aos seus fundamentos históricos, sociais, políticos e culturais (OLIVEIRA; AQUINO, 2012). Partindo desse princípio, foi estabelecido o conceito de **informação indígena** que é definido como

qualquer tipo de recurso informacional que englobe conhecimento dos indígenas e sobre eles e, ainda, que, a partir da interpretação dos usuários,

---

<sup>35</sup> No original: “1. A library’s mission is to serve its community, which in many cases is multicultural and multilingual, or becoming increasingly culturally diverse. 2. Multicultural and multilingual library services ensure equality of service and access to information. 3. In an era of globalization with more ease in transborder communication and travel, individuals need to learn about other cultures, languages, and peoples, which foster appreciation for different experiences and broaden one’s outlook on life. 4. Information in languages and through channels accessible to diverse user communities enables their democratic participation in civil society. 5. Information on one’s own heritage as well as others reinforces one’s own culture and promotes understanding of other experiences and perspectives, respectively, and contributes in the development of a more harmonious society. 6. Information in languages and through channels appropriate to diverse user communities promotes multiple literacies, which facilitate the acquisition of new knowledge and skills to ensure equality of opportunity in all realms of civil society. 7. The world’s knowledge, creative forms of expression, and cultural practices are documented in diverse formats and languages, thus, the offering of a multicultural collection should be made available for all to access. 8. Learning of different forms of creative expression, work and problem solving lead to fresh insights and opinions which can result in novel ways to innovate, act and resolve situations. 9. Information about and for a library’s multicultural community demonstrates that community members and their cultures are valued. 10. Libraries are spaces for intellectual and recreational engagement and libraries offering multicultural and multilingual services, and collections become a community space to bring people together” (CHU, 2005).

<sup>36</sup> Muitos pesquisadores rejeitam a validade da aplicação do conceito de raça nas ciências sociais, tornando este um conceito discutível e questionável.

seja capaz de suprir necessidades informacionais. As narrativas indígenas registradas em qualquer tipo de suporte (impressas, gravadas em vídeo e áudio ou na *Internet*) revelam-se potenciais fontes de informação primárias (são produzidas com a interferência direta do autor), especializadas (referem-se ao conhecimento indígena) e informais (são geradas a partir de entrevistas) (PAIVA, 2014, p. 68).

No Brasil, há escassez de pesquisas que se refiram à organização e representação do conhecimento indígena em bibliotecas e centros de documentação. No entanto, pesquisadores como Oliveira (2009), Oliveira e Aquino (2012), Paiva (2014) e Miranda (2007) têm empenhado seus esforços para promover a questão da organização e representação do etnoconhecimento.

O projeto de extensão “Biblioteca Guarani”, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com a coordenação da professora Elisa Corrêa, idealizado pela estudante do curso de Biblioteconomia-Gestão da Informação Regina C. Dubas, e participação do Prof. Aldo Litaiff, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), identificou a necessidade de haver um trabalho interdisciplinar na implementação da biblioteca, pois demandaria “o estudo de novas possibilidades de tratamento descritivo da informação num contexto especial da biblioteca indígena” (CORREA; DUBAS; SILVA, 2005, p. [6]).

Mais do que a implantação de bibliotecas em aldeias, é necessário que os documentos que portam a cosmologia dos povos indígenas sejam integrados aos acervos de diferentes tipos de bibliotecas, inseridas ou não no contexto social dos grupos indígenas. Para isto, é indispensável que tenham tratamento técnico adequado para que sejam acessados e explorados de maneira plena, a fim de que a biblioteca cumpra, como dito anteriormente, sua missão de servir à comunidade, garantindo a qualidade e o acesso à informação, ampliando as possibilidades de recuperação dos registros do conhecimento indígena. Dentre os diversos instrumentos elaborados com a finalidade de promover o acesso ao conhecimento indígena registrado que as bibliotecas podem oferecer, esta análise limitar-se-á aos catálogos e suas particularidades no que se refere aos registros bibliográficos.

Em condições ideais, o catálogo deve apresentar integridade, clareza, precisão, lógica e consistência (MEY; SILVEIRA, 2009). Para a representação bibliográfica é necessário que o catalogador evite impor seus valores pessoais na elaboração dos registros. O desconhecimento da importância da função social das obras indígenas registradas ou uma visão etnocêntrica configuram fatores que

podem influenciar a elaboração de representações bibliográficas incompletas e/ou inadequadas.

Esta situação se dá uma vez que, ao elaborar o registro bibliográfico de um determinado documento (como um livro, por exemplo), o bibliotecário tem a possibilidade de evidenciar ou ocultar aspectos determinantes para a recuperação do registro e, conseqüentemente, a descoberta de seu respectivo item no acervo. Evidentemente, a adoção de critérios específicos para a representação bibliográfica e a padronização de dados em sistemas de informação são fatores essenciais para o tratamento da informação para fins de recuperação, assunto que será abordado na seção a seguir.

## 5.2 A AUTORIA INDÍGENA NO REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

De acordo com a norma internacional ISBD, a autoria pode ser representada com o termo **responsabilidade** e estar representada no registro bibliográfico em quatro das oito áreas de descrição<sup>37</sup>, a saber: área 1 – indicação de título e responsabilidade; área 2 – edição; área 6 – série; área 7 – notas. As áreas da descrição, em geral, são descritas conforme constam no documento, deixando pouco espaço para tomada de decisões do profissional. Outro elemento que compõe o registro bibliográfico, no qual a relação de autoria é contemplada, é o ponto de acesso (SILVEIRA, 2013).

Por definição, “ponto de acesso é um nome, termo, título ou expressão, pelo qual o usuário pode procurar e encontrar, ou acessar, a representação bibliográfica de um recurso” (MEY; SILVEIRA, 2009, p.145). De forma geral, os pontos de acesso (cabeçalhos) podem ser de três tipos: de nome, para referir-se a uma pessoa, instituição ou evento com o qual estabelecem uma relação de autoria e/ou responsabilidade pela publicação, de título (para a utilização de títulos uniformes e séries, quando for o caso) e de assuntos, a fim de representar a temática do recurso descrito. No registro bibliográfico, com exceção do título, os demais pontos de

---

<sup>37</sup> As oito áreas de descrição são: Área 1 – indicação de título e responsabilidade; Área 2 – edição; Área 3 – detalhes específicos do material; Área 4 – publicação, distribuição etc.; Área 5 – descrição física; Área 6 – série; Área 7 – notas; Área 8 – número internacional normalizado (IFLA ISBD REVIEW GROUP, 2007).

acesso são padronizados através do *catálogo de identidade* ou *catálogo de autoridade de nomes*.

O catálogo de identidade ou de autoridade é um catálogo de uso interno, que auxilia o catálogo bibliográfico. Ele organiza, padroniza e identifica tanto as formas autorizadas (cabeçalho autorizado) à atribuição de pontos de acesso no catálogo bibliográfico, quanto as formas alternativas não autorizadas ao uso (cabeçalho não autorizado) e as notas referentes ao nome registrado. “Os registros de autoridade devem ser construídos para controlar as formas autorizadas e formas variantes de nomes, e para identificadores usados como ponto de acesso” (IFLA, 2009a, p. 4), a fim de evitar a utilização de múltiplas formas para a identificação de uma única entidade. Para Garrido Arilla (1996, p.33, *tradução nossa*) o controle de autoridades atua para alcançar os seguintes objetivos:

- Unificar pontos de acesso que estão expressos de maneira distinta.
- Diferenciar pontos de acesso que podem identificar-se da mesma maneira.
- Permitir que o catálogo seja uma rede de relações onde se navega com segurança, de formas não autorizadas como cabeçalhos porém possíveis (formas diferentes e formas relacionadas), às formas aceitas mediante o sistema de referências.
- Por último, dirigir o usuário, através de notas explicativas, a uma classe, categoria ou grupo de cabeçalhos.<sup>38</sup>

Neste momento, a pesquisa se limitará aos pontos de acesso que incorporam uma relação de responsabilidade com o item descrito no registro bibliográfico. Os pontos de acesso de assunto, que se referem à representação temática do documento, não serão abordados.

A relação de responsabilidade é estabelecida quando é possível identificar a qual pessoa ou instituição pode ser creditado o conteúdo intelectual contido no documento descrito. Para a organização do catálogo de identidade, de acordo com o código, as obras podem ser de **autoria pessoal** ou terem sua **entrada pela entidade coletiva** (CÓDIGO..., 2005). A Figura 2 representa um registro do catálogo de identidade, elaborado para uma representação de autoria pessoal.

---

<sup>38</sup> No original: “Unificar puntos de acceso que están expresados de manera distinta. Conseguir diferenciar puntos de acceso que se pueden identificar de la misma manera. Permite que el Catálogo sea una red de relaciones donde moverse con seguridad, desde formas no aceptadas como autoridad pero posibles (formas diferentes y formas relacionadas), a las formas aceptadas mediante el sistema de referencias. Por último, dirigir al usuario mediante notas explicativas, a una clase, categoría, o grupo de encabezamiento” (GARRIDO ARILLA, 1996, p.33).

Figura 4 – Registro de identidade, autoria pessoal

Descrição	<b>Munduruku, Daniel, 1964-</b>
Remissiva Ver (US/UF)	Costa, Daniel Monteiro, 1964- Monteiro Costa, Daniel, 1964- Munduruku, Derpó, 1964-
Fonte positiva dos dados (R)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autor de: Histórias de índio. 1997 (n.c. ; d.n.)</li> <li>• <a href="http://authorities.loc.gov/24/06/2008">http://authorities.loc.gov/24/06/2008</a></li> </ul>
Fonte negativa dos dados (NR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CA-FGV</li> <li>• Bibliogr. lit. inf. língua port. 88/89</li> </ul>

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2014)

Este tipo de registro reúne dados relevantes para a identificação do autor, de maneira que ele não seja confundido, caso haja posteriormente outra pessoa com o mesmo nome no catálogo. O campo “Descrição” apresenta a entrada, ou seja, a forma autorizada para a utilização do nome, enquanto o campo “Remissiva Ver (US/UF)” sistematiza outras possíveis denominações não autorizadas para o uso nos registros bibliográficos, mas que prevê possibilidades de buscas por parte dos usuários, direcionando-os para as formas autorizadas. O registro de identidade, portanto, padroniza os pontos de acesso dos registros bibliográficos.

Quanto à **autoria pessoal**, compreende-se como autor a “pessoa fundamentalmente responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra” (CÓDIGO..., 2005, cap. 21, p. 6<sup>39</sup>). Esta definição de autor pressupõe interpretação, análise e, em alguns casos, conhecimento prévio sobre o documento. O mesmo não ocorre com a descrição bibliográfica de um registro do conhecimento. Como os dados para a descrição bibliográfica são extraídos diretamente do item, enquanto representante de uma manifestação, pode-se considerar que a descrição das produções bibliográficas indígenas é satisfatoriamente atendida pelo atual código de catalogação. No entanto esta situação não exime o catalogador de uma análise criteriosa para a identificação da autoria a ser atribuída nos pontos de acesso, seja uma autoria pessoal ou não. A identificação da responsabilidade coletiva e o devido reconhecimento à criação intelectual, por meio da atribuição de pontos de acesso de responsabilidade de obras que reúnem saberes tradicionais, raramente são considerados nos catálogos.

<sup>39</sup> Cada capítulo do Código de Catalogação Anglo-Americano possui uma paginação própria. Portanto, a paginação indicada significa que a citação direta se refere à página 6 do capítulo 21. Esta forma será adotada para os demais casos semelhantes.

Cabe esclarecer que, ao pensar na autoria coletiva indígena, esta não é equivalente à responsabilidade compartilhada. A responsabilidade compartilhada é caracterizada por uma

Colaboração entre duas ou mais pessoas ou entidades que desempenham o mesmo tipo de atividade na criação do conteúdo de um item. A contribuição de cada uma pode constituir uma parte independente e distinta, ou pode não ser separável da contribuição das demais (CÓDIGO..., 2005, Apêndice D-13).

No entanto, de maneira ampla, ao reunir os saberes tradicionais, ilustrações características e sua visão de mundo, não se trata de uma produção com múltiplos autores. Antes, representam o conhecimento de um povo, desenvolvido e refinado pela experiência cotidiana, que não pode pertencer a indivíduos determinados e sim à comunidade. Assim, o grupo é entendido como uma única entidade detentora deste conhecimento ancestral. Esta autoria coletiva indígena se aproxima do que o código define por entidade, ao considerá-la como a produção de um grupo definido:

Entidade é uma organização ou grupo de pessoas que se identificam por determinado nome e agem ou podem agir como um todo. Considere que uma entidade tem nome se as palavras que a ela se referem têm mais caráter de uma denominação específica do que de uma descrição geral. São elementos indicadores da presença de nome de uma entidade: letras maiúsculas iniciais nas palavras que a ela se referem, quando se trata de língua ou alfabeto que usa maiúscula nos nomes próprios; e/ou palavras acompanhadas sempre de artigo definido, quando se trata de língua que usa tal artigo (CÓDIGO..., 2005, c.21, p.7).

O código delimita como exemplos típicos de entidades: “associações, instituições, firmas comerciais, empresas sem fins lucrativos, governos, órgãos estatais, projetos e programas entidades religiosas, grupos de igrejas locais identificadas pelo nome da igreja e conferências” (CÓDIGO..., 2005, c.21, p.7). Dessa forma, a compreensão da autoria do povo indígena se afasta do próprio código à medida que ele exclui as organizações de pessoas que representam um determinado grupo étnico e que se propõem a manifestar-se artisticamente em nome dele. A Figura 3 ilustra esta condição com o registro bibliográfico da obra *Mõgmõka yõg kutex xi ãgtux* que reúne histórias e cantos do povo indígena Maxakali.

Figura 5 – Registro bibliográfico, sem ponto de acesso principal

Inf. publicação	Livro - Português
ISBN	9788579200212 (broch.)
Classificação Dewey	980.41
Edição	22
Localização	II-496,1,26
Título	<b>Mõgmõka yõg kutex xi ãgtux : cantos e histórias do gavião-espírito / narradores, escritores e ilustradores tikmu'un da Terra Indígena de Água Boa ; estudo, organização e versão final, Rosângela Pereira de Tugny.</b>
Título especial	[Cantos e histórias do gavião-espírito]
Imprenta	Rio de Janeiro : Azougue, 2009.
Desc. física	539p. : il. (algumas col.) ; 21 cm.
Coleção/Notas	
Gerais	Acompanhado de DVD em bolso
Gerais	Texto em português e maxakali
Bibliográficas	Bibliografia: p. 513-518
Locais 5	BNB
Assuntos	1. Índios Maxakali - Música - Textos ⓘ 2. Índios Maxakali - Usos e costumes ⓘ 3. Língua maxakali - Textos ⓘ
Ent. sec.	I. Tugny, Rosângela Pereira de ⓘ

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2014)

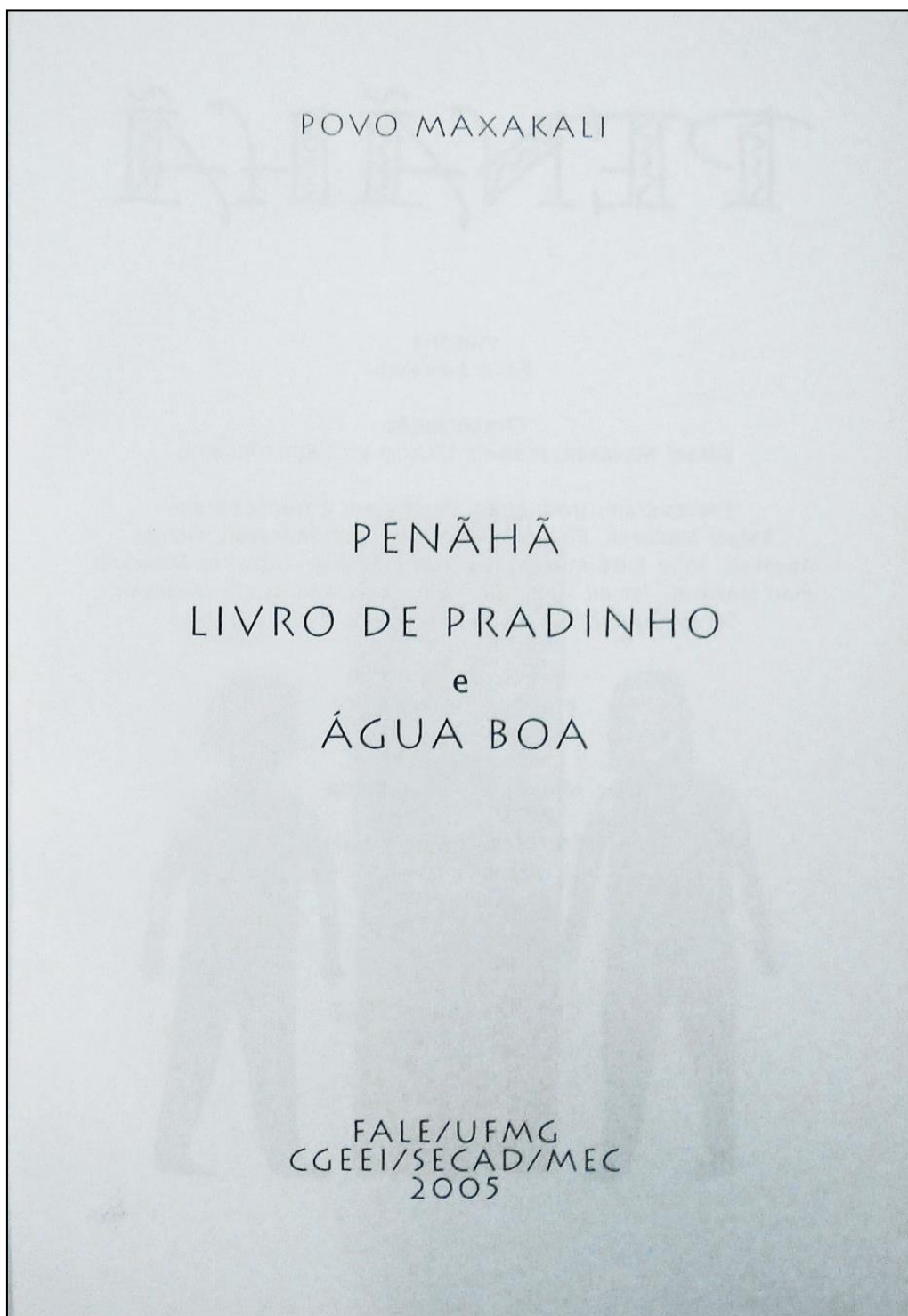
Ora, se o registro apresentado refere-se a uma obra que reuniu e compilou elementos particulares da cultura Maxakali, com escritores, narradores e ilustradores do próprio povo, seria digno que a entrada principal fosse atribuída ao povo de uma forma geral, reconhecendo sua criação artística e respeitando a sua propriedade intelectual. Esta criação é, de fato, de autoria do grupo, uma vez que o conhecimento registrado caracteriza-se por um constructo coletivo. Neste caso, o povo Maxakali é mencionado somente nos pontos de acesso de assuntos o que, de acordo com a estratégia de busca do usuário perante o catálogo, pode dificultar e/ou inviabilizar a recuperação do registro bibliográfico.

Situação semelhante ocorre com a obra *Penãhã: livro de Pradinho e Água Boa*. Como apresentado na Figura 4, o nome do povo Maxakali figura no topo da página de rosto. A NBR 6029, que estabelece princípios gerais para a apresentação de livros e folhetos, especifica que os elementos da página de rosto devem ser apresentados respectivamente: autor(es), título e subtítulo, indicação(ões) de edição e reimpressão, numeração de volume, local, editora e ano de publicação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002). Dessa forma, não há



dúvidas quanto à intencionalidade de identificar o povo Maxakali como autor da obra.

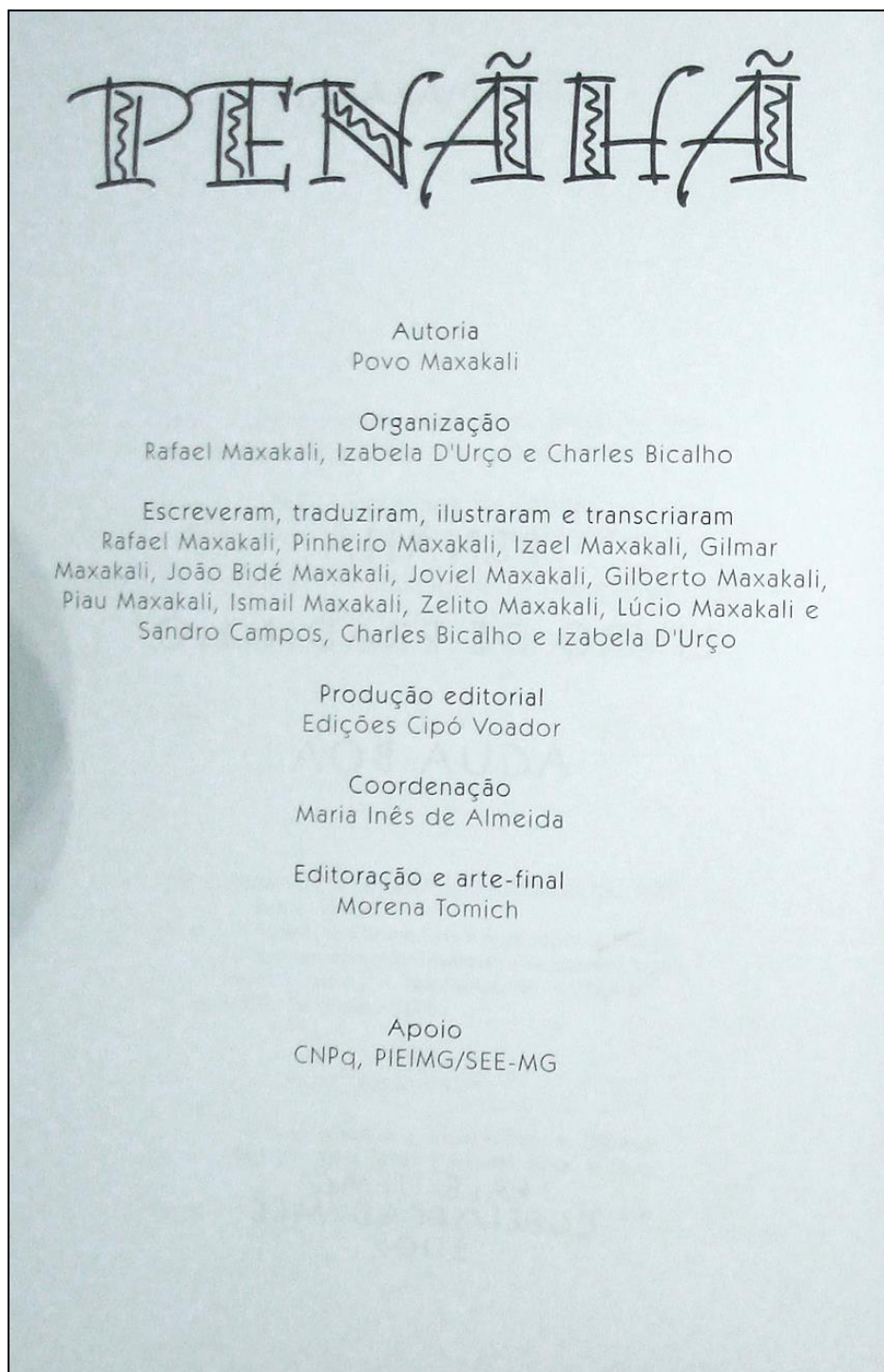
Figura 6 – *Penãhã*, página de rosto



Fonte: Penãhã... (2005).

Prosseguindo a análise desta publicação, o verso da página de rosto, aqui representado na Figura 5, apresenta com maiores detalhes os sujeitos envolvidos na elaboração da obra.

Figura 7 – *Penãhã*, verso da página de rosto



Fonte: *Penãhã...* (2005).

As informações dispostas apresentam discriminadamente o nome de todos os indivíduos envolvidos nos processos de escrita, tradução, ilustração e transcrição da obra, além dos organizadores. Em sua maioria são membros do povo Maxakali, identificados pelo acréscimo do nome do povo ao seu nome próprio, numa reafirmação da identidade indígena. Soma-se a isto a menção à autoria para o povo de forma geral, declarando explicitamente o grupo como detentor do conhecimento ali registrado.

#### A identificação da autoria

exerce, em relação ao discurso, um certo papel: ele assegura uma função classificatória, um nome como esse permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, excluir deles alguns, opô-los a outros. Além disso, ele efetua uma relação entre os textos; (...) que vários textos tenham sido colocados sob um mesmo nome indica que se estabelecia entre eles uma relação de homogeneidade ou de filiação, ou de autenticação de uns pelos outros, ou de explicação recíproca, ou de utilização concomitante. Enfim, o nome de autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso, o fato, para um discurso de existir um nome de autor, o fato de que podemos dizer “isso foi escrito por uma tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso é não uma fala cotidiana indiferente (...) mas uma fala que deve ser recebida de um certo modo e que deve, numa cultura dada, receber um certo estatuto. (FOUCAULT, 1994, p. 798 apud ØSTENSTAD, 2009, p. [2-3]).

Ou seja, a representação da autoria confere um contexto enunciativo de valores e significados para o conhecimento que está contido em uma determinada obra, além de criar referências e situar o leitor quanto ao meio onde foi produzido e as características de seus produtores.

A análise das figuras previamente apresentadas buscou fornecer um panorama com a apresentação das questões relacionadas ao conhecimento indígena, à representação bibliográfica e à questão da autoria indígena que norteará a análise dos dados coletados, presente na seção 6.

## 6 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados durante o processo de análise documental e entrevistas com escritores de diferentes povos indígenas são apresentados nesta seção. A análise dos dados coletados será dividida em duas etapas, sendo a primeira a análise das entrevistas e a segunda dos materiais bibliográficos produzidos coletivamente por grupos indígenas.

### 6.1 ANÁLISE DE ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas com escritores dos povos Munduruku, Maraguá, Wapichana e Sateré-Mawé objetivaram coletar dados para compreender a percepção indígena a respeito do exercício da autoria. Cabe ressaltar que todos os escritores se dedicam à escrita literária em diferentes gêneros, mas não somente a ela, de modo que, certamente, isto influencia a reflexão pessoal e os próprios discursos. A análise qualitativa das respostas a cada questão será executada na sequência.

A primeira questão colocada aos participantes referiu-se à autoria indígena de forma geral, a fim de compreender, na concepção dos entrevistados, o que caracteriza de fato a autoria indígena e o “o que difere um escritor indígena de um não indígena?”. Através das respostas fornecidas, inferiu-se que a principal característica da produção bibliográfica indígena (em especial, a literária) é o conhecimento ancestral que não se desvincula do discurso literário.

[...] os textos indígenas são muito carregados da própria tradição daquele povo, o povo ao qual pertence. Há muita espiritualidade dentro do que ele escreve e qualquer texto que ele vá fazer nessa linha, ele sempre vai voltar, remeter sempre a algum ritual, alguma coisa que pertença ao povo [...] (entrevistado 1).

Além disso, os escritores garantem a autonomia para expor suas ideias, a realidade vivenciada dentro das comunidades indígenas a partir do olhar dos próprios indígenas. Esta fala, com a propriedade de quem conhece a realidade indígena por estar completamente inserido em seu contexto, é apontada como o ponto determinante na diferenciação entre os escritores indígenas e não indígenas que

[...] a literatura dita indígena, ou literatura escrita por indígenas, difere por [...] **ter a tradição do povo dentro dos seus textos**. Ele [o escritor não indígena] vai reproduzir aquilo que ele viu, aquilo que ele ouviu e aquilo que ele sente, mas de fato ele não tem essa linhagem, então ele nunca vai pertencer, de fato, ao povo. Para pertencer você tem que sair desse povo, então ele vai sempre **escrever sobre**, ele não vai ter propriedade de pertencer, de pertencimento, ele não vai ter essa propriedade de pertencimento (entrevistado 1, grifo nosso).

[...] Como escritor... ele [o indígena] escreve com uma autonomia porque ele pode escrever sobre ele mesmo. **Ele mesmo pode escrever sobre o lugar que ele vive, ele mesmo pode contar como ele se sente em relação a algumas coisas**. Já se falando no escritor não indígena, eu creio que, assim, que o escritor não indígena ele não pode escrever com tanta veracidade sobre aquela pessoa, né... No caso, por exemplo, assim, eu já conheci pessoas que me falaram que eles estudaram pra escrever sobre outros... Mas eu penso que, por mais que ele passe bastante tempo junto de uma comunidade, junto de um determinado povoado, sendo ele indígena ou não indígena, **ele nunca vai escrever como sendo um de lá, ele sempre vai escrever com um ponto de vista em que ele tá buscando, que ele já tem**. Muitas vezes ele tem uma opinião formada, né, ele nunca vai escrever como um que seja da própria comunidade. [...] A questão é que o indígena, ele vai escrever sempre **como** um indígena e quem não é indígena que vai escrever algo, ele vai escrever **sobre** o indígena (entrevistado 2, grifo nosso).

O caráter educativo da autoria indígena também é lembrado tanto pelo entrevistado Sateré-Mawé quanto o Munduruku:

[Os textos indígenas] são carregados de ancestralidade, as nossas histórias elas sempre têm a intenção de ensinar. As histórias que escrevemos, e que recontamos também, elas não foram criadas e construídas apenas e unicamente para entreter, né, para chamar a atenção da criança, mas acima de tudo e principalmente para ensinar... Esse é a principal diferença das nossas histórias, construídas e escritas para ensinar, para transmitir a nossa cultura e a nossa tradição (entrevistado 3).

[A definição de literatura indígena] é algo que foi usado justamente pra caracterizar que **quem escreve é alguém que pertence a um povo indígena** e que o fato de a pessoa ser indígena não significa também que ela esteja presa a vida inteira e sempre a uma escrita sobre o seu povo ou sobre os povos indígenas. Eu entendo que o indígena, como ser humano, como cidadão, ele tem absoluta liberdade pra escrever tudo que ele considerar importante e considerar viável dentro daquilo que ele se propõe enquanto criador porque aqui ele se trata também de um artista, se trata de alguém que tem um conhecimento de uma cultura própria, mas que também está em relações com outras culturas. Portanto, assim como um não indígena escreve a temática indígena é possível que um indígena escreva uma temática não indígena, isso não caracteriza mais ou menos. Agora, é claro, **o fato de ser, de ele pertencer a um grupo, a um determinado grupo tradicional, grupo ancestral, um povo indígena, a escrita dele tem que ter algumas características se ele pretende passar um conhecimento, um saber desse seu povo**, que eu acho que tem que... que difere essa literatura é o fato de uma literatura... Eu vou dizer uma palavra aqui que é uma palavra que não sei se corresponderia, como dizer que teria que ser uma literatura militante, no sentido de que é também **uma**

**escrita pra ensinar...** Pra ensinar o leitor – no caso, a sociedade brasileira – a reconhecer que aquele escrito, aquelas palavras, que está grafado naquele trabalho, ele **tem a profundidade de um povo, tem o conhecimento do povo, tem a sabedoria de um povo, que isso precisa ser conhecido e reconhecido como tal.** Então a primeira coisa que eu acho importante, é que seja uma escrita militante, uma escrita pedagógica, é claro que não precisa estar preso a um sistema pedagógico, mas ter um princípio pedagógico porque é o que efetivamente, a meu ver, definiria uma literatura militante, aquele que ensina, aquele que **tá ali pra mudar um jeito, uma visão estereotipada, preconceituosa que se tem das populações indígenas que, se a gente for levar em consideração que essa literatura, ela surgiu exatamente para ser um parceiro da sociedade brasileira no combate a esse racismo, a esses estereótipos** que sempre foram ensinados nas escolas brasileiras... Essa coisa ideológica, de sempre colocar o indígena como um ser inferior, como colocar o indígena como um ser atrasado, colocar o indígena como alguém fora do tempo, fora da realidade... Então, essas duas características pra mim são fundamentais, assim, para que uma literatura seja efetivamente indígena. É claro que é arte, né... Literatura é arte, literatura é algo que a gente faz e que nem sempre a gente tem um objetivo específico de fazer isso ou aquilo. A literatura em si não tem obrigação. Mas isso é a literatura normal, formal. A literatura indígena tem que ter esse compromisso, ela tem que ter esse comprometimento... (entrevistado 4, grifo nosso).

O compromisso em levar adiante o conhecimento ancestral registrado das narrativas indígenas, a fim de combater o racismo e o preconceito étnico, oferecendo informação produzida diretamente pelos membros de um povo se mostra uma questão fundamental para a autoria indígena. Pelo seu alcance mais vasto, a escrita passa a ser um complemento para a oralidade, sem substituí-la por completo.

O conhecimento tradicional é oral e, dessa forma, passa por atualização constante através da dinâmica de construção social do conhecimento. Em relação à literatura que deriva deste conhecimento ancestral, a mesma também não se mantém estática:

**A história, mesmo ela oral, ela sofre mutações o tempo inteiro.** É aquela coisa, “quem conta aumenta um conto” e isso serve também pra os povos indígenas. **A estrutura da história, o esqueleto não muda, o que muda são as formas de contar, você reconta...** e às vezes você até põe elementos mas, por exemplo, A onça e o fogo, o fato é: a onça brigou com o fogo. Como ela brigou com o fogo, esse como [*ênfase na fala*] ela fez isso o autor pode mexer, como aconteceu, mas o fato ele não pode mudar, isso não muda, mas ele pode criar as curvas, os caminhos que ele achar mais interessante pra compreensão do leitor, compreensão do ouvinte, mas nunca mudar a estrutura. [...] Esse é o conhecimento tradicional, a essência (entrevistado 1, grifo nosso).

Alguns entrevistados se mostram mais preocupados em manter um relato fidedigno à tradição, ao que foi aprendido através do conhecimento dos mais velhos, a fim de perpetuar a tradição:

As histórias que reescrevi, que transcrevi, que recontei, elas foram 80% fiel às que eram recontadas oralmente. Eu não me senti muito à vontade em colori-la, em reinventá-la, não. Primeiro porque o conhecimento ele pode ser transmitido mas mudar ele é um pouco difícil, principalmente quando se trata em algo que vem sendo repassado aí ao longo de anos e anos, e os nossos mais antigos contando e recontando. Acho que a essência, a alma da história, ela precisa permanecer inalterada pra que o conhecimento que ela tem a função de transmitir também permaneça inalterado, também permaneça verdadeiro à tradição (entrevistado 3).

No entanto, outros acreditam e defendem a sua liberdade de criação, sem perder a essência do conteúdo tradicional, seja com a finalidade de atualizar o enredo para um contexto que esteja alinhado com o diálogo com a comunidade ou de recriar histórias que tiveram seu contexto perdido ao longo dos anos, restando apenas seus fragmentos.

[...] sobre o que eu já escrevi, eu procurei colocar ali dentro do texto a história que eu ouvi, né... Transmitir ali o mais... Assim, de forma a relatar ali realmente, assim, pra mim, o que eu acredito como verdade dentro da tradição do povo. Mas isso não impede que assim, que muitos, né, recriem histórias, busquem novos elementos, insiram novos personagens, que vai pra essa questão do... da liberdade de adaptar ou recriar mesmo, né... Isso eu acho que depende muito do que a pessoa está escrevendo e quem está escrevendo, né... Porque às vezes, numa história você fantasia mesmo, numa história você busca novos caminhos para falar sobre uma determinada coisa... [...] Mas levando em consideração o que eu já escrevi, o pouco que eu escrevi, eu procuro colocar ali assim o que realmente eu ouvi, o que eu pesquisei e o que eu fui atrás pra saber... Que tipo de história eu queria colocar e como colocar. Assim, muitas vezes o que a gente tenta adaptar ali até são questões, assim, de datas, né, que muitas vezes nem nossos velhos sabem em que tempo foi... Então aí você recria, no caso, assim, um tempo para aquilo, né, porque você tá escrevendo (entrevistado 2).

[...] eu acho que a liberdade criadora do autor é importante, o que me incomoda às vezes é que muitos escritores adaptam histórias tradicionais e que não dão o crédito da onde eles tiraram, como se fosse uma invenção própria, uma criação sua. E isso tem muitos livros, muitos materiais que estão assim, quando alguém conta histórias de *[gestos com os dedos, sinalizando aspás]* índio, em geral, "Ah, essa é uma história de índio"... e não procura saber da onde é que veio aquela história, a que povo pertenceu, e dizer pra todo mundo, pro leitor, que ele está recontando uma história antiga que pertenceu a outro povo... Aí acho que ele comete um delito, né... E nem é um delito, eu diria, legal assim, no sentido jurídico, mas ele cometeria um delito pessoal, que é ética, eu diria, né... porque aí ele [...] tá enganando quem ouve, tá enganando quem lê, tá enganando quem publica, quem edita o livro, né... Então é muito importante que haja uma atitude, assim, uma atitude elegante quem escreve uma história tradicional, que diga da onde vem aquela história, que é a voz dele que tá ali mas não é criação dele... [...] O pior é que muita gente tem cometido essa gafe e se você questiona o porquê que não colocou ele diz: porque não conhece a origem... [...] Mas eu digo sempre, que mesmo que você não saiba a origem, você tem que dizer que não é sua... Porque se não é sua, não é sua... Ele tem que ser honesto [...]. Eu particularmente escrevo, reconto histórias, não apenas do povo Munduruku, mas também dos outros povos brasileiros, povos indígenas, etc e tal, e sempre tomo esse cuidado, de

fazer essa identificação, de mostrar às pessoas de quem eu estou falando, porque que eu estou falando daquele povo, e como **eu tenho a... Uma preocupação militante, de educar as pessoas, eu quero mais é que elas saibam, que elas consigam identificar, eu quero mais é que elas percebam que habitam um país múltiplo como o nosso...** Então eu vejo que é importante fazer essa identificação, é importante que as pessoas sejam honestas, que quem escreve seja honesto, e também porque isso valoriza a nossa própria escrita, aquilo que a gente produz, a nossa própria produção literária (entrevistado 4, grifo nosso).

A identificação do povo que é “detentor” de certos conhecimentos, ou o reconhecimento de sua literatura compõe o conjunto de iniciativas que colaboram para o reconhecimento dos povos indígenas enquanto autores e evidenciam a diversidade étnica e cultural existente no Brasil. Ao mesmo tempo que, uma visão a partir da ótica da Organização da Informação permite repensar as entidades bibliográficas envolvidas no processo que irá gerar o livro indígena. À medida em que a história transmitida oralmente (ou seja, a obra) possui a flexibilidade de ser adaptável a diferentes contextos e situações, há múltiplas obras que se referem a uma obra originária, um “núcleo” que, ao mesmo tempo é respeitado e não sofre alteração, mas permite a inclusão de elementos e alegorias para que se chegue a um final pré-determinado.

Ao mesmo tempo em que a Lei 11.645/08 se mostra útil em sua proposta, a percepção dos entrevistados é que ela não condiz com uma prática efetiva no sistema educacional brasileiro. A falta de medidas que orientem de forma efetiva o tratamento da temática indígena nas escolas faz com que não haja um parâmetro para a qualidade do ensino.

[...] Às vezes eu vejo as políticas governamentais de uma forma assim, meio que com o pé atrás, como se pode dizer, né... É uma forma, por exemplo, dizer assim, eu “ah, já causei ali algo pra nação indígena brasileira – no caso – nós precisamos fazer um reparo”, né... De outras vezes eu penso assim, que muitas vezes é uma forma de manter você sob controle... E é assim, por exemplo, sobre a lei 11.645, é louvável, né... É louvável, mas uma das coisas que eu ainda vejo como erro nesse ponto aí é que, por exemplo, tudo bem, né, a questão indígena aí foi inserida através desse ponto, [...] mas o que eu ainda vejo assim é que não há algo real... Não é algo plantado, assim, como se dizer “Não, tem que ser assim”. Parece assim, que é algo “Não, faz e deixa de mão” porque nós vemos às vezes é que [...] os professores que vão, que estão nas escolas não são preparados pra isso... Eles não estão, é... dentro desse contexto, eles não foram preparados pra saber o que quer dizer essa lei, o que quer dizer a própria questão indígena dentro da escola... O que é trabalhar a questão indígena dentro da escola? Porque o que eu vejo ainda hoje é que muitos continuam fazendo a mesma coisa que faziam durante muito tempo atrás em que não existia a lei 11.645, né... [...] **a lei em si é boa, né... Mas é que ela não é aplicada.** E o que que falta aí? Aí entra essa questão, por exemplo, preparação de quem vai trabalhar isso, trabalhar essa questão indígena dentro da escola, que eu acho que poderia se fazer [...] era criar cursos



superiores não como cotas, mas cursos superiores que facilitassem a entrada dos indígenas mesmo, nesse contexto de professores e tudo, que isso pudesse se expandir pra todos os lugares, por exemplo, professores indígenas sendo levados para a cidade pra falar da sua cultura, do seu próprio povo ali, dentro de uma escola (entrevistado 2, grifo nosso).

[...] a 11.645 é uma lei que foi fundamental pra quebrar um pouco esse estereótipo, esse quadro cruel que se criou com relação às populações indígenas... Tradicionalmente os *[gestos com os dedos, sinalizando aspas]* índios, colocado aqui entre aspas, os *[gestos com os dedos, sinalizando aspas]* índios sempre foram vistos como seres, não apenas atrasados, mas também seres que atrapalhavam o progresso, o desenvolvimento, e tal... Isso justificava o extermínio dessas populações. Com a abertura democrática com o surgimento de direitos, não o surgimento, mas a conquista dos direitos pelas populações indígenas, essas populações ganharam o aval da própria sociedade... Ganharam o aval no sentido de serem reconhecidas como sociedades que estão aqui para ficar nesse nosso país, não são seres de passagem, não são povos a serem extintos ou integrados à sociedade nacional, mas passaram a ser sociedades que estão aqui pra ficar, e portanto, são sujeitos de direito. Ora, **pra ser sujeito de direito é preciso reconhecer esses direitos, e pra reconhecer é preciso educar a sociedade a vê-los como sujeitos de direitos**. Então, a lei, o que que ela faz? Ela obriga [...] que as escolas do ensino brasileiro, ele cumpra, ele tenha como meta diminuir essa exclusão que os indígenas sempre viveram, diminuir o preconceito, diminuir essa estereotipia a que nós fomos submetidos. Então, a meu ver, a lei ela ainda não está estabelecida, está ainda em processo de estabelecimento porque os professores ainda são mal preparados pra trabalhá-las [as temáticas indígenas], apesar da literatura indígena já ser uma realidade, ela ainda não chega em todos os cantos que deveria chegar pra servir como instrumento, inclusive, para a diminuição desse preconceito. O governo brasileiro ainda não cumpre a sua tarefa de colocar material nas mãos dos professores das escolas. A própria sociedade brasileira também não tem cobrado isso de uma maneira devida, nem o movimento indígena, nem os movimentos da organização da sociedade civil não tem procurado cumprir seu papel de cobrar, sua função social que é cobrar do Estado brasileiro atitudes mais radicais neste sentido. Então, acho que ainda vai levar um tempo, mas a lei foi, sem dúvida nenhuma, um grande avanço pro Brasil e um grande avanço também para as sociedades indígenas (entrevistado 4, grifo nosso).

A contribuição da literatura indígena é determinante para que se alcance a finalidade da lei.

[...] a literatura é uma forma de apresentar essa diversidade pro povo. [...] quando a gente escreve, a gente tá escrevendo normalmente pra cá, pra fora, pro Brasil, pros brasileiros. A gente não tá escrevendo pros indígenas, se escrevesse pros indígenas, escreveria na língua, por exemplo, e ficaria muito restrito, mas a ideia é que o povo brasileiro, que a sociedade brasileira conheça esses povos pra poder entender essa cultura, essa diversidade cultural, essa riqueza que esses povos têm e que os brasileiros nasceram, [...] tem essa herança... e o brasileiro esquece essa herança... [...] Em relação à lei 11.645, a literatura ajuda, tem o alcance mais abrangente pelo fato de as escolas adotarem, então quando elas adotam muitos vão ter acesso, muitos alunos de uma vez só vai ter acesso e isso é um trabalho que é feito a longo prazo. Então a gente espera que daqui a 20 anos a sociedade brasileira, ela tenha uma sensibilidade, uma aproximação maior e um relacionamento melhor até em relação ao próprio respeito com a sua própria raiz (entrevistado 1)

**[...] esses livros [indígenas] não é somente escrito lá pra gente, mas também escrita pros não índios, para que eles possam conhecer e entender um pouco mais da nossa cultura porque a partir do momento em que você lê um pouco sobre o meu povo, que você lê nossas histórias você possa... você pode compreender um pouco mais o nosso universo, entendendo que o mundo que a gente vive não é melhor nem é pior que o seu, mas é diferente! Nós temos uma forma de olhar a natureza, de preservar e por que cuidar dela? [pausa] E a lei surgiu para ser um braço a mais pra... justamente isso, pra que a gente possa chegar nas escolas. [...]** Hoje o indígena está inserido na sociedade, né... A gente não pode olhar mais o indígena de alguns séculos atrás. Tá certo que ainda existe muitos povos [...] sem contato, mas a nossa cultura precisa ser lida, precisa ser estudada, precisa ser entendida, que assim também a gente vai conseguir compreender um pouco mais o que é o Brasil de hoje. [...] Os professores não estão preparados para a aplicação dessa lei... Eu acredito que os professores precisam passar [...] por uma formação profunda para que possa ser trabalhada a cultura indígena, uma vez que não existe só um povo indígena no Brasil, existem vários povos indígenas e que têm as suas peculiaridades. Cada povo é um povo que tem uma língua diferente, que tem uma forma de pensar diferente, né, que tem um grafismo diferente, uma alimentação diferente. Então, quando se vai trabalhar isso na escola você não pode generalizar o povo indígena, você tem que respeitar as características culturais de cada povo. Munduruku é Munduruku, Sateré-Mawé é Sateré-Mawé, Kaxinawá é Kaxinawá, Wapichana é Wapichana. Um tem uma forma de ver o mundo, completamente diferente do outro, o Deus de um não é o mesmo Deus de outro, né... O grafismo de um não é o mesmo que o grafismo de outro... Então, [...] eu acredito que deveriam ter essa preocupação, né... de uma formação acentuada e profunda dos professores porque quando eles fossem repassar esse conhecimento, fosse repassar a cultura indígena para os seus alunos, eles soubessem pontuar de que povo eles estavam falando, para que essa imagem aí [não] continuasse sendo reproduzida (entrevistado 3, grifo nosso)

As vozes dos entrevistados convergem para uma percepção compartilhada de que a literatura indígena quer contribuir para a divulgação das culturas indígenas, a partir do olhar de cada povo, para que a sua diversidade e seus conhecimentos ancestrais sejam reconhecidos e respeitados. As entrevistas seguem com uma última pergunta de opinião. No entanto, a diversidade de respostas foi tal qual a diversidade de pensamentos indígenas, quando a pergunta questionava qual seria a forma mais adequada para a criação de um padrão para cabeçalhos relacionados à autoria coletiva:

Tratar como povo indígena, e aí especificar que povo é. Sempre dessa forma. Esse aqui é um texto relacionado ao... é uma história do povo indígena "tal". Isso tem que ser muito bem definido porque, como eu falei anteriormente, são povos. O meu povo tem mais de 4.500 anos na região de Roraima. [...] O povo brasileiro tem 500 anos, então essa nação novinha não pode começar a dizer que eu, esse Wapichana, é uma tribo, que essa coisa vai diminuir o poder de nação... e o nosso povo tem uma língua muito viva, tem uma tradição muito viva, então é povo e tem muito a contribuir com essa sociedade brasileira criada há 500 anos, em tudo, seja meio ambiente, no respeito ao outro... em tudo temos a contribuir (entrevistado 1).

[...] Eu penso que... um dos nomes bem legais, assim, e que daria uma identidade forte para cada... vamos dizer assim, para cada povo indígena existente no Brasil seria ele ser chamado de nação. Uma nação indígena, né... Porque esse já foi um termo utilizado há algum tempo aí no decorrer da história brasileira, né, e que daria autonomia... né... autonomia até pra questões assim de terras mesmo... Porque hoje em dia nós vivemos, assim, que o indígena é tratado de forma em que ele não é nem dono da sua própria terra... ele tem o direito de viver naquela terra... Mas é incrível que, por exemplo, a própria Constituição brasileira diz que se o governo, olha só como fala na Constituição, diz que se nação brasileira precisar... olha só... se nação brasileira precisar, eles podem retirar aquela determinada comunidade de lá. Então, se nação brasileira tem essa autonomia, chamar as populações indígenas de nação indígena seria dar essa autonomia e dizer “Não, nós não podemos mexer naquela terra por que? Porque pertence à nação indígena”... seria algo assim que reafirmaria a identidade desses povos e sua autonomia. Não que seria uma forma de um indígena viver ali com suas próprias leis e tudo. Se ele quer direitos iguais, seus deveres também são iguais perante a legislação brasileira, mas daria autonomia pra ele cultural, né... Ele poderia ali desenvolver suas próprias formas culturais, até suas próprias formas de arrecadação dentro das suas terras, quem poderia ou não poderia, né, como forma até de se defender, que é um problema hoje nas terras indígenas é a invasão autorizada, né, vamos dizer assim... porque a lei, ela não impede isso... a lei muitas vezes faz de conta que protege, mas não protege, então eu creio que nação indígena seria um termo bem adequado até pra reafirmar a identidade do povo. O Brasil seria... a nação brasileira que tem no seu território várias nações indígenas (entrevistado 2).

[...] eu sou bibliotecário de formação e também de atuação, e tenho percebido muito isso, né... E uma vez também que eu sou escritor, né... A gente tem que obedecer como bibliotecário, a gente tem que obedecer um padrão da instituição e um padrão já estabelecido aí e... mas eu sou favorável que se padronize, isso tem que acontecer, mas não da forma que aí existe. Eu sou favorável e gostaria muito que existisse a nomenclatura povo indígena, povo Mawé, no caso. Povo Mawé ou povo Munduruku, né... Porque isso torna mais específico, né, se direciona mais... “Povo Mawé”, “povo Andirá”, “povo Munduruku”... Acho que a autoria coletiva deveria ser assim, uma vez que, quando o conhecimento [é] tradicional ele nunca é do pajé, e não só daquele pajé, de alguns pajés antes, que já existiram antes dele e usavam aquele conhecimento tradicional. Nunca deve ser só daquele *tuxaua*, porque o *tuxaua* anterior a ele teve outros que usou aquele conhecimento e que antes daqueles indivíduos que hoje existem no povo *mawé*, existiram outros indivíduos lá dentro que carregavam esse conhecimento tradicional em si, então não pode ser considerado de um só, mas sim do povo, porque aquele conhecimento é do povo, foi produzido, foi criado, foi amadurecido dentro do povo, nasceu no seio do povo, para o povo (entrevistado 3).

[...] eu acho que essa descrição de povo... Um povo ser o detentor do conhecimento é mais... No caso, o Maxakali, no caso... Seria bom vir acompanhado sim, do “povo” ao invés de tribo, ao invés de comunidade... Porque são outras denominações meio complicadas, difíceis de resolver, né... [...] É que também é muito difícil, de uma maneira geral, vai ser bem difícil, porque quando você fala “povo Kayapó”... Povo Kayapó são duzentos povos diferentes... a gente pode dizer assim, a diversidade deles... Tem os *Mebengokre*, tem o “Kayapó não sei das quantas”, tem os *Xikrin*... Tem toda uma série de coisas que vai dizer: é do povo Kayapó ou é daquela comunidade Kayapó? É daquele... Sabe? Enfim... Sempre vai ter um problema. Até porque, e aí é uma questão pra ser resolvida não sei por quem, talvez pela Antropologia, é como chamar esses povos, né... você

sabe que a maioria dos povos indígenas são apelidados. [...] Munduruku mesmo é um apelido, nessa história. [...] Então aí você cria uma outra problemática... Vamos chamar... Vamos começar a chamar pela autodenominação? E quem vai resolver isso? Quem vai... Enfim... É complicado, mas acho que o que melhor se adequaria a essa questão é o “povo”... “Povo tal”, “Povo X”, “Povo Y” (entrevistado 4).

Os dados coletados a partir das falas dos entrevistados permitiu sistematizar as seguintes inferências quanto aos temas abordados, como explicitado no quadro 6:

Quadro 6 – Síntese dos dados coletados pela entrevista

Temática	Inferências
1 Autoria indígena	A autoria indígena está intimamente inserida no contexto cultural referente a cada povo. As narrativas são repletas de elementos culturais, crenças e ritos próprios. A temática indígena não é (e não há de ser) restrita aos escritores indígenas, no entanto, estes se reconhecem como porta-vozes autênticos da sabedoria e conhecimento ancestral de seu povo. Na autoria indígena, a produção literária não acontece por simples entretenimento, antes, possui o compromisso educativo com a transmissão da cultura e da tradição tanto para o próprio povo quanto para a sociedade civil.
2 Adaptações de histórias tradicionais	As histórias tradicionais são respeitadas em sua essência, no entanto, o fazer literário abre possibilidades para as adaptações. Na maioria dos casos, busca-se manter fidelidade à história que foi ouvida, de forma que o conhecimento a ser transmitido não se perca, porém os escritores possuem liberdade criativa para recriar e enriquecer contextos narrativos, respeitando o que é tido como verdadeiro dentro da tradição. Considera-se ético e necessário identificar, quando possível, o povo ao qual a obra se relaciona.
3 Ensino das culturas indígenas das escolas (Lei 11.645)	Os indígenas entrevistados veem a lei 11.645 como uma iniciativa positiva, no entanto, a falta de preparo por parte dos professores pode comprometer a eficácia da proposta. A lei é tida como uma medida de médio/longo prazo, considerando que o resultado esperado é que, com o acesso à informação adequada, os estereótipos e o preconceito relacionados aos povos indígenas sejam amenizados e, quiçá, eliminados na prática social. Diversos livros de autores indígenas têm sido adotados de modo paradigmático, o que amplia o público leitor, e permite a disseminação dos saberes indígenas.
4 Forma de designação de ponto de acesso para autoria indígena coletiva	Assim como há distintas visões de mundo entre os diferentes povos indígenas, a resposta a esta pergunta foi variada. Os entrevistados foram unânimes concordando que o conhecimento tradicional deve ser reconhecido e que o povo do qual se origina (quando possível) seja identificado. Assim, confirma-se a necessidade do estabelecimento de um ponto de acesso que permita tanto a identificação quanto a recuperação através do nome do povo. Dentre os entrevistados, as propostas de forma padronizada para pontos de acesso para autoria coletiva indígena foram: “Povo indígena [nome]”; “Povo [nome]”; “Nação indígena [nome]”. A forma “Povo [nome]” foi mencionada por dois dos entrevistados.

Fonte: elaborado pela autora.

Tanto na autoria pessoal, quanto na autoria coletiva, o caráter educativo da literatura indígena se mostra de forma expressiva. Esta produção, comprometida com a proposta da desconstrução de estereótipos para a redução do preconceito contra os povos indígenas tem encontrado amparo na lei 11.645/2008, no entanto, ainda considerada insuficiente em sua aplicação.

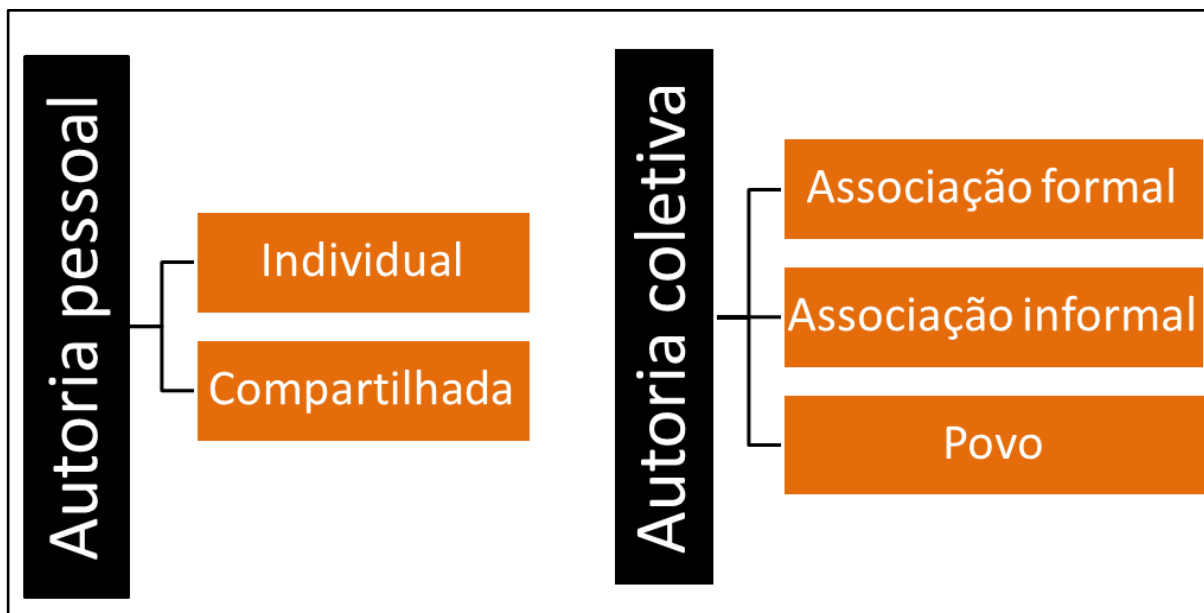
## 6.2 ANÁLISE DE DADOS DOCUMENTAIS

A análise documental realizada procurou identificar os tipos de autoria presentes no universo selecionado. O procedimento ocorreu através da observação das informações contidas na capa, página de rosto, verso da página de rosto e sumário de cada livro. Os livros analisados fazem parte dos acervos da Fundação Biblioteca Nacional e da Biblioteca Marechal Rondon (Museu do Índio/RJ) ou possuíam cópias digitalizadas disponíveis para livre acesso *online*.

Conforme dito anteriormente na seção 2 (Procedimentos metodológicos), o universo delimitado para a análise de dados documentais é composto de 228 obras de autores indígenas, publicadas entre os anos 1970 e 2013. Dentre estes 228 títulos que compuseram a relação inicial das publicações analisadas foi possível identificar 5 tipos de autoria. Nas obras de autoria pessoal, identificou-se a autoria pessoal individual e autoria pessoal compartilhada. Já entre as formas de autoria oriundas de entidade coletiva, há as associações formais, associações informais e a autoria atribuída ao povo (Figura 8).

A partir da análise documental dos 228 títulos, foram identificadas 166 publicações de autoria pessoal, 29 livros de entidades coletivas, em associações formais e informais e 10 livros nos quais a autoria foi atribuída de forma explícita para o povo indígena. Do universo inicial, 23 publicações não puderam ser analisadas pois não foram encontradas nos acervos das bibliotecas consultadas.

Figura 8 – Tipos de autoria indígena



Fonte: elaborado pela autora.

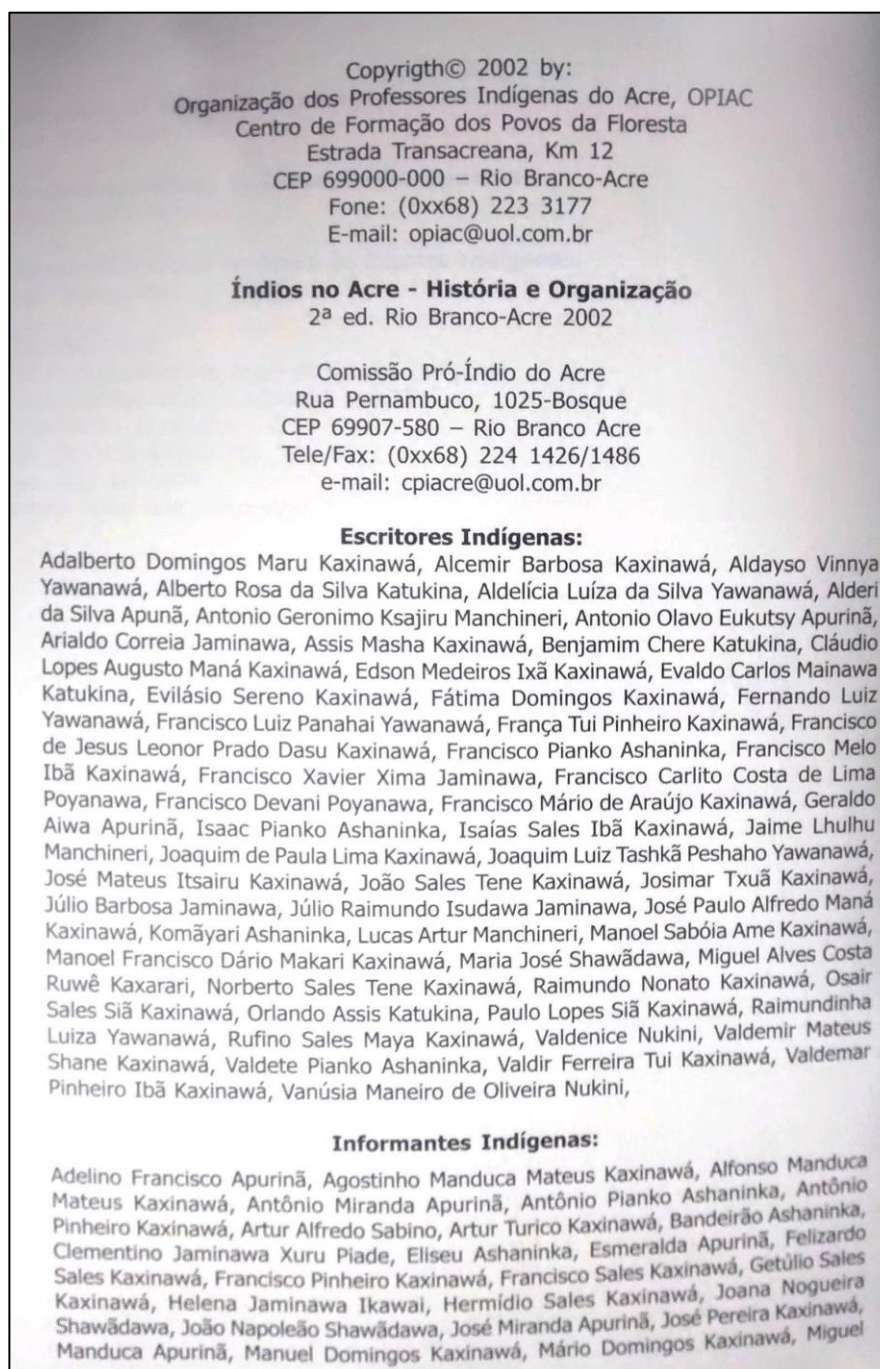
Na autoria pessoal (individual ou compartilhada entre mais de um indivíduo), a obra – ou seja, a produção intelectual – reflete o pensamento dos indivíduos que participaram de sua elaboração, sendo responsáveis por seu conteúdo. No entanto, a autoria coletiva propõe que os indivíduos se expressem em nome de uma coletividade ou que o conhecimento ali registrado seja atribuído ao grupo como um todo. As associações formais são entidades que consistem em organizações registradas e instituídas formalmente, como o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Associação Vyty-Cati, Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues (OGPTB), entre outros. São as entidades coletivas prevista pelo código de catalogação.

As associações informais são grupos formados pela ocasião da elaboração de um determinado material ou a execução de um projeto específico sem, no entanto, apresentar continuidade. Em muitos casos este tipo de autoria aparece relacionada a atividades desenvolvidas no âmbito educacional e figuram nas publicações como “Professores indígenas e alunos nos Cursos Magistério Diferenciado”, “Alunos Guarani/Kaiowá e seus professores indígenas”, “Narradores Suruí” e “narradores indígenas do Rio Negro”.

A autoria coletiva indígena possui formas peculiares de apresentação. O exemplo a seguir (Figura 9) é a reprodução da publicação “Índios no Acre: história e

organização”, em sua segunda edição. O livro não apresenta dados referentes à responsabilidade na página de rosto. No entanto, no verso da página de rosto, o *copyright*, é atribuído a uma associação de caráter local, a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), o que consideramos aqui como uma associação formal. Porém, é de surpreender a presença dos nomes de todos os indígenas envolvidos na elaboração do material, sendo mais de 50 escritores e outros “informantes”, de diferentes povos: Ashaninka, Katukina, Kaxinawá, Yawanawá, Jaminawa, Apunã, Manchineri e tantos outros. Este exemplo demonstra a importância individual dada a cada membro participante da publicação, refletindo o forte senso de coletividade tão comum aos povos indígenas.

Figura 9 – Índios no Acre, verso da página de rosto



Fonte: Índios... (2002).

Para as obras que possuem mais de três pessoas ou entidades exercendo a mesma função (autor, ilustrador, narrador, etc..) o código fornece a seguinte orientação:

**1.1F5.** Quando uma única indicação de responsabilidade mencionar mais de três pessoas ou entidades exercendo a mesma função, ou com o mesmo grau de responsabilidade, omita todos os nomes exceto o primeiro de cada grupo dessas pessoas ou entidades. Indique a omissão por meio de



reticências (...) e acrescente, entre colchetes, *et al.* (ou seu equivalente em alfabeto não latino) (CÓDIGO..., 2005, c1-p.14).

Tendo em vista o grande número de envolvidos na publicação, esta regra limita de forma significativa a representação da autoria.

Caso semelhante observa-se em “Antologia da Floresta”, identificado nos dois levantamentos. Trinta e três professores indígenas, sob a organização de Claudia Neiva de Matos, produziram esta obra reunindo textos literários que refletem cada qual aspectos culturais de seu povo.

Figura 10 – Antologia da floresta, detalhe

<b><i>Levantamento e Organização</i></b>	
Claudia Neiva de Matos	
<i>e Professores Indígenas:</i>	
Joaquim Paula Mana Kaxinawá	Jorge Avelino Apurinã
Francisco Dário Makari Kaxinawá	Helio Luis Apurinã
Isaiás Sales Ibã Kaxinawá	Genesio Alektxo Manchineri
Anastácio Bane Maia Kaxinawá	Francisco Chicó Yawanawá
Noberto Sales Tene Kaxinawá	Fernando Luis Kateyuve Yawanawá
Francisco Dasu Prado Kaxinawá	Isaac Pianko Ashenika
Edson Medeiros Ixã Kaxinawá	Antonio Preto Manchineri
Alberto Domingos Maru Kaxinawá	Jaime Llullu Manchineri
Josimar Tuĩ Kaxinawá	Julio Raimundo Isudawa Jaminawa
Manuel Ame Sabóia Kaxinawá	Francisco Xima Jaminawa
José Mateus Itsairu Kaxinawá	Edilson Lima Shawadawa
Assis Mashã Kaxinawá	Antonio Pereira Eutxishane Shawadawa
Paulo Siã Kaxinawá	Miguel Ksajiru Kaxarari
Raimundo Nonato Kaxinawá	Edson Kaparoá Jaminawa
Valdir Tuĩ Kaxinawá	Nicolau Lopes Mana Kaxinawá
Valdemar Mateus Kaxinawá	Benjamim Chere Katukina
	Geraldo Aiwa Apurinã

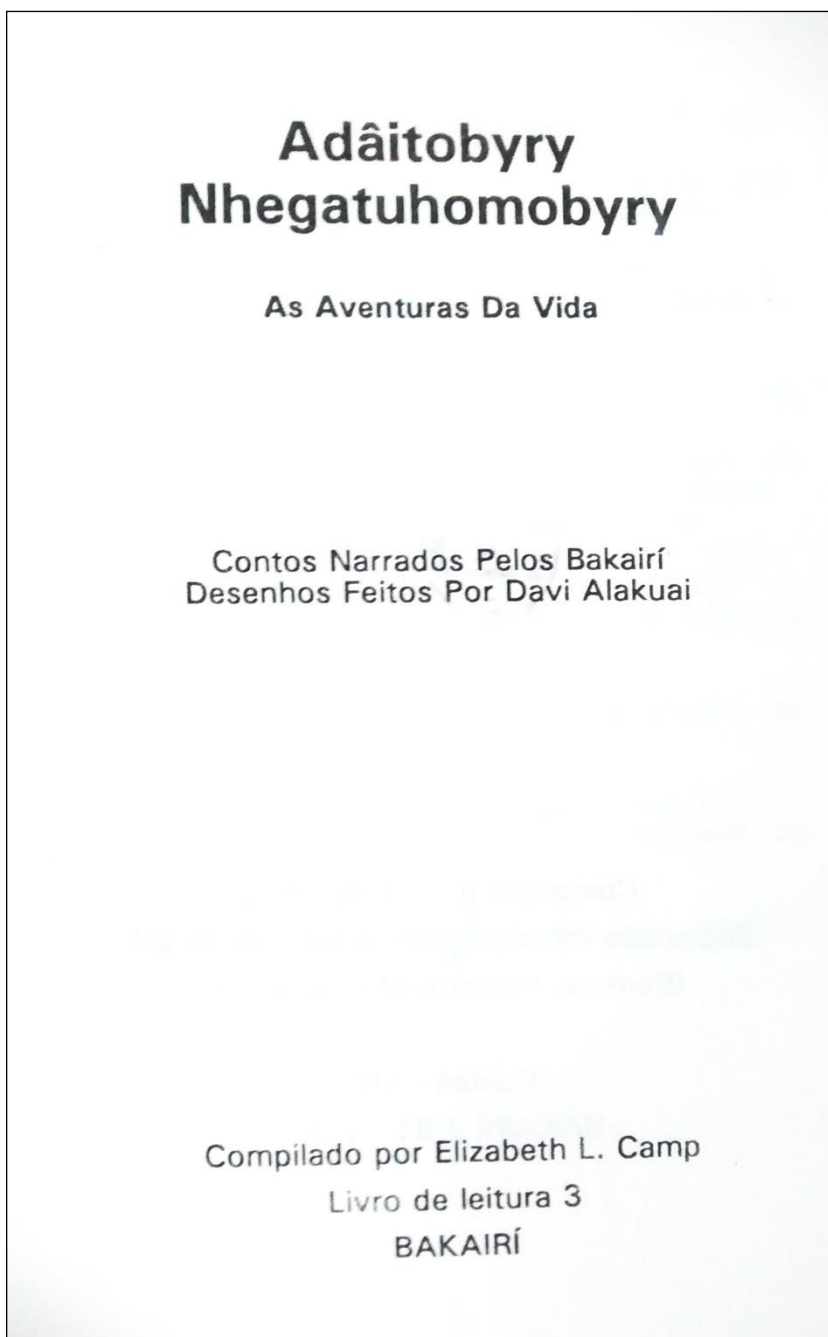
Fonte: Matos (1997).

O grupo denominado “Professores Indígenas” é um exemplo de associação informal que destaca a coletividade da criação. A presença dos nomes de cada professor ou escritor reforça a valorização da identidade indígena e do registro escrito do conhecimento tradicional feito pelos próprios indígenas.

O mesmo não ocorre com o livro *Adâitobyry Nhegatuhomobyry*, em que os nomes dos indígenas que narraram as histórias não são registrados nas páginas iniciais (consideradas como fontes principais de informação). O texto em língua

bakairi possui tradução para o português nas páginas finais e o nome de cada narrador aparece vinculado ao título de cada conto.

Figura 11 - *Adâitobyry Nhegatuhomobyry*, página de rosto



Fonte: *Adâitobyry...* (1994).

Apesar de não constar de forma explícita que a autoria pertence ao povo, percebe-se no conteúdo o desejo de manter o registro dos contos tradicionais Bakairí, para a perpetuação de sua cultura. Neste caso, mesmo que a

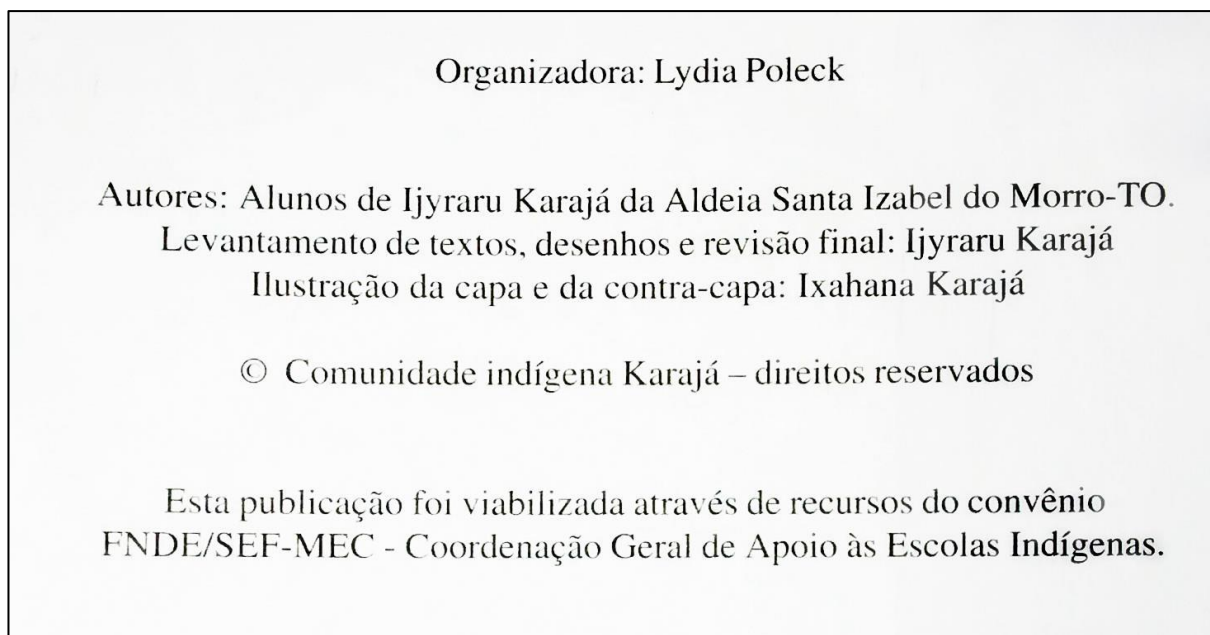
responsabilidade pelo conteúdo seja atribuída às pessoas envolvidas, há que se reconhecer que, pelo menos, parte do conteúdo encontrado na publicação faz parte do saber tradicional do povo Bakairí. Esta e outras iniciativas Bakairí de registro auxiliam nas atividades pedagógicas desenvolvidas no meio escolar pelo povo, conforme o prefácio dos livros que compõem a Coleção Livros de Lendas, editados pelo Summer Institute of Linguistics (SIL):

Este livro tem o propósito de prover para os leitores Bakairí material de leitura já conhecidos por eles, com histórias que os velhos consideram de alta importância e querem que sejam preservadas. Assim poderão melhorar sua habilidade em ler com entendimento e fluência. Serve como leitura suplementar, em continuação às séries de língua Bakairí. Na parte final do livro encontra-se a tradução desta obra em português (KOMAEDÂ, 1996, p. [1])

O levantamento de Freire (2005) possui outras publicações Bakairi que poderiam ser mencionadas como exemplos e, embora a autoria do povo indígena não esteja explícita neste caso, a compreensão de que o conteúdo se refere a um conhecimento comum ao povo permite que se reflita sobre a possibilidade de adoção de pontos de acesso (de autoria e/ou temáticos) em nome do povo Bakairi.

Entre os Karajá, o livro *Iny Rybe-my Ijyy: textos karajá*, produzido no contexto do Projeto de Educação Indígena para o estado do Tocantins, reúne textos narrados pelos alunos da escola indígena. Sob organização de Lydia Poleck, os textos estão escritos na língua karajá, com tradução para o português nas páginas finais, com o nome de quem escreveu e/ou narrou cada história. É interessante observar (Figura 12) que, neste caso, o *copyright* foi atribuído a toda comunidade.

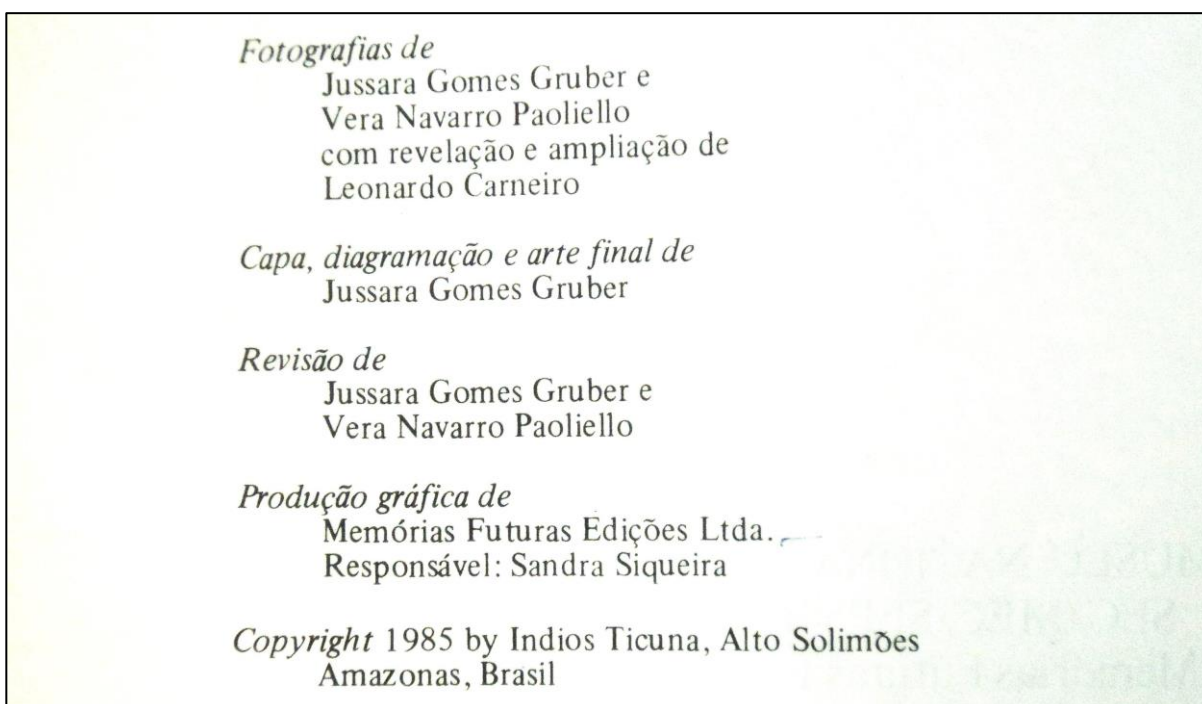
Figura 12 – *Iny Rybe-my Ijyy*, detalhe, verso da página de rosto



Fonte: Poleck (1998).

Sendo o *copyright* atribuído a toda comunidade Karajá, os direitos autorais reservados ao grupo devem ser reconhecidos e respeitados. Em “*Torü Duü’ügü: nosso povo*”, o *copyright* também é atribuído ao povo, no caso, Ticuna.

Figura 13 - “*Torü Duü’ügü*”, detalhe



Fonte: Torü... (1985).

Ao ter o conteúdo da obra atribuído ao povo, o conhecimento tradicional passa a ser reconhecido como algo pertencente a todo o grupo. Nos casos apresentados anteriormente, a autoria do povo indígena e suas possibilidades de representação no registro bibliográficos carece de uma análise atenta para que seja identificada no *copyright* ou no próprio conteúdo da obra. Atualmente, as técnicas e ferramentas para a representação bibliográfica não compreendem este tipo de autoria e não a considera como uma entidade bibliográfica. Porém, há casos em que a autoria do povo indígena figura na página de rosto da publicação de forma explícita, como foi visto nas figuras 5 e 6, e pode ser verificado a seguir também na Figura 14.

Figura 14 – Cartilha *Mebêngôkre*, página de rosto



Fonte: *Mebêngôkre...* (2007).

A disposição das informações no anverso da página de rosto segue a ordem estabelecida na norma NBR 6029 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002). O termo *Mebêngokré* é a forma como os indígenas Kayapó<sup>40</sup> se autodenominam e o fato de estar mencionado como a autoria da publicação

<sup>40</sup> Por vezes escrito "kaiapó" ou "caiapó".

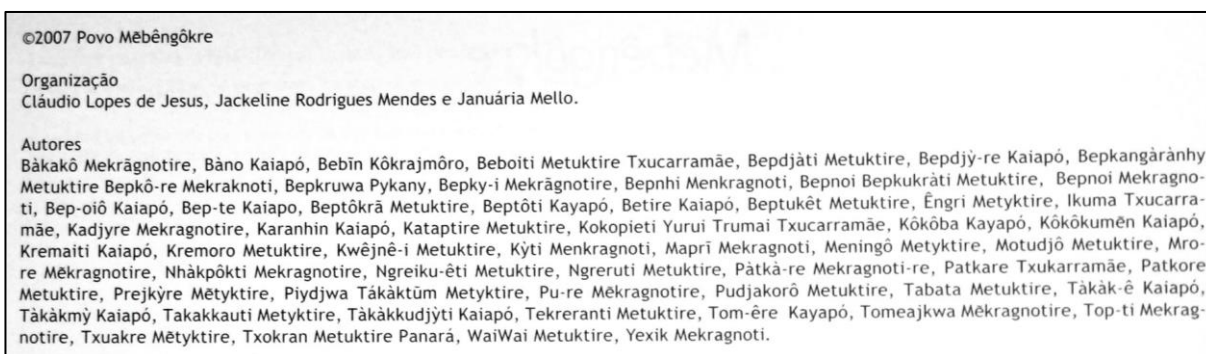
demonstra um avanço significativo no respeito e reconhecimento à identidade do povo. A obra trata-se de uma cartilha de alfabetização na língua materna, que pertence ao tronco linguístico Jê.

No século XIX os Kayapó estavam divididos em três grandes grupos, os *Irã'ãmranh-re* ("os que passeiam nas planícies"), os *Goroti Kumrenhtx* ("os homens do verdadeiro grande grupo") e os *Porekry* ("os homens dos pequenos bambus"). Destes, descendem os sete subgrupos kayapó atuais: Gorotire, Kuben-Krân-Krên, Kôkraimôrô, Kararaô, Mekrãgnoti, Metyktire e Xikrin. (VERSWIJVER, 2002, *online*)

Apesar das variações linguísticas entre os grupos Kayapó, todos se reconhecem como participantes de uma cultura comum, que possuem a oratória como prática social valorizada, os mesmos tipos de organização matrimonial, forma das aldeias e práticas econômicas (KAYAPÓ, 2012).

Tendo a autoria indicada na fonte principal de informação e com os direitos de *copyright* atribuídos ao povo, considera-se que a atribuição da autoria no registro bibliográfico não pode ser desconsiderada. A Figura 15 apresenta o detalhe no verso da página de rosto, em que o *copyright* foi atribuído ao povo indígena e onde figuram os nomes dos autores e organizadores.

Figura 15 – Cartilha *Mebêngôkre*, detalhe *copyright*



Fonte: Mebêngôkre... (2007).

Questões relacionadas à editoração podem, por vezes, tornar o processo de análise de autoria mais dispendioso do que deveria. No livro exemplificado, há “Mebêngôkre” na página de rosto, “Povo Mebêngôkre” no *copyright*. Além destas duas formas, tantas outras poderiam ser consideradas para o estabelecimento de pontos de acesso e para o registro de identidade e suas respectivas remissivas, de acordo com as variações na grafia do nome, e as diferentes denominações de um povo.

### 6.3 PROPOSTA PARA REPRESENTAÇÃO DE AUTORIA INDÍGENA

Com base na análise dos dados, tendo como foco a questão da autoria de povos indígenas, especificamente sobre a questão dos pontos de acesso, identifica-se que a questão da autoria indígena deve ser estudada com maior afinco no contexto biblioteconômico, especialmente no que se refere à Representação Descritiva.

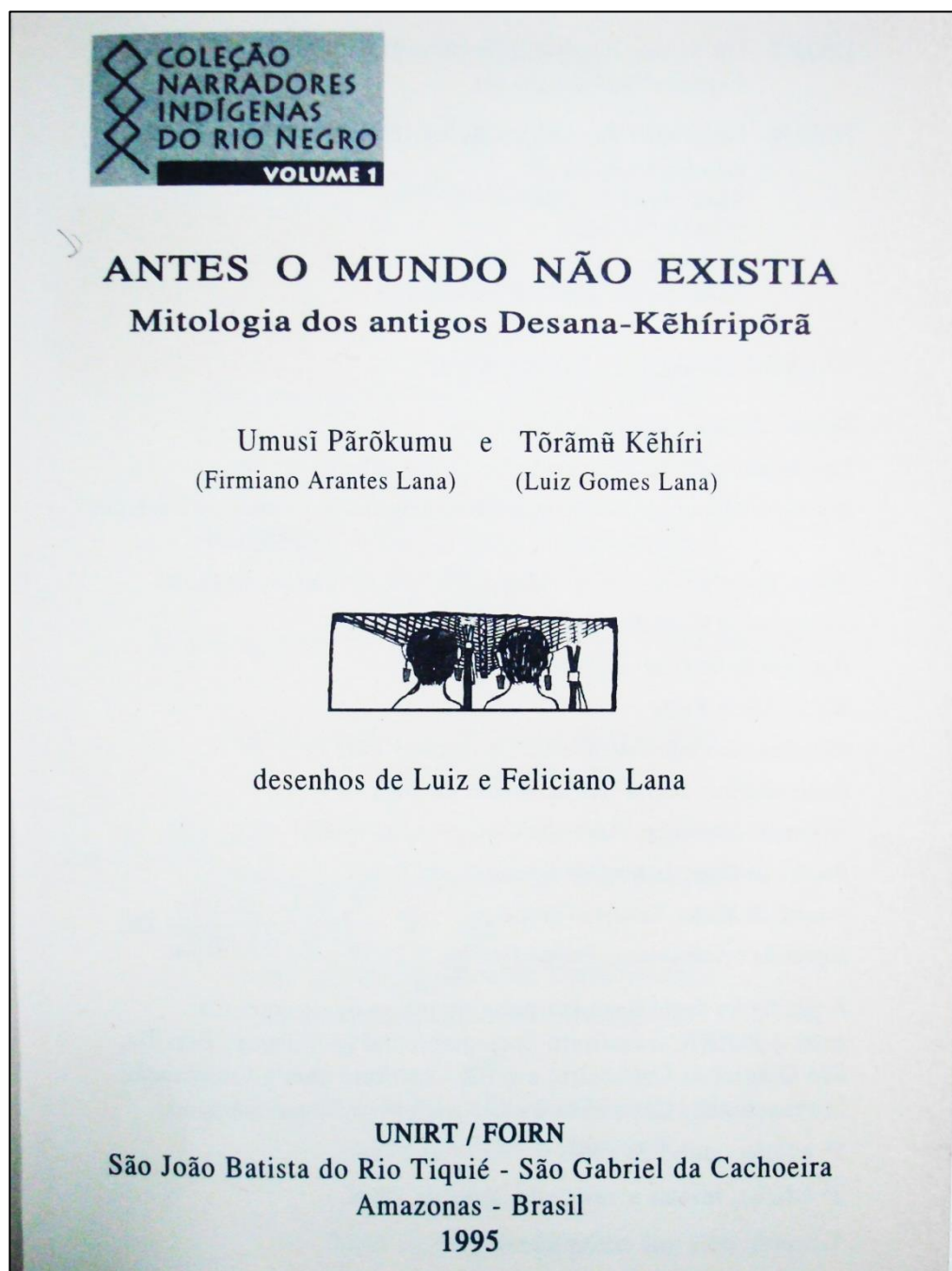
A proposta é que seja respeitada as características desse tipo do conhecimento e que a autoria também seja atribuída ao povo indígena no qual o conhecimento registrado teve origem. Neste sentido, é requerido um considerável controle e padronização dos pontos de acesso.

Como os pontos de acesso são elementos para busca e recuperação da informação, é necessário que sejam elaboradas quantas remissivas forem necessárias, incluindo os termos que possam ser procurados pelo usuário (indígena ou não).

Embora não tenha sido o foco desta pesquisa, propõe-se também que no caso de autoria pessoal indígena, na área de descrição bibliográfica, especificamente na área 1 (área do título e indicação de responsabilidade), tanto o nome pessoal do autor indígena em sua língua materna quanto o nome do autor em língua portuguesa sejam adotados, quando ambos estiverem explícitos. Essa ação respeitaria o desejo do autor quanto à identificação indígena e representaria o documento em sua plenitude.

Nos pontos de acesso e registros de identidade, deve-se adotar o nome de preferência do autor e estabelecer as remissivas para as outras formas de nomes. Para exemplificar esta situação, a Figura 16 demonstra um exemplo em que os autores estão identificados tanto por seus nomes em português quanto pelo nome pelos quais são conhecidos em seu meio indígena.

Figura 16 – Antes o mundo não existia, 1995



Fonte: Pãrökumu e Kehíri (1995).

Neste caso, o registro de identidade dos autores poderia ser estabelecido de modo que o nome indígena<sup>41</sup> dos autores seja utilizado como nome principal e o nome em língua portuguesa como remissiva, ou seja, a forma não preferida do

<sup>41</sup> Dado o fato de que algumas línguas indígenas possuem sinais diacríticos com uso diferenciado em relação ao português, busca-se a maior aproximação gramatical possível.



nome. Na página de rosto é visível que os nomes indígenas são os nomes preferidos dos autores, pelo tamanho da fonte e pela presença dos parênteses.

Figura 17 – Registro de identidade, autoria pessoal para nome indígena

Cabeçalho	<b>Pārõkumu, Umusi</b>
Remissiva Ver	Umusi Pārõkumu Lana, Firmiano Arantes.
Fonte positiva dos dados	Autor de: Antes o mundo não existia, 1995.

Fonte: elaborado pela autora.

Para a autoria dos povos indígenas, os critérios para a adoção de uma ou outra forma padronizada devem ser pensados com cautela. O código de catalogação dedica um de seus dois volumes apenas para questões referentes à padronização, escolha e atribuição dos pontos de acesso. Tomando por base as regras do capítulo 24, que se refere aos cabeçalhos para entidades, é possível considerar as seguintes regras:

Quadro 7 – Regras para cabeçalhos para entidades

Regra	Descrição
24.1A	Faça a entrada de uma entidade diretamente pelo nome que comumente a identifica [...]. Determine o nome pelo qual uma entidade é geralmente identificada através dos itens editados por essa entidade em sua própria língua ou, quando esta condição não se aplicar, mediante fontes de referência (Nota: Neste capítulo, a expressão <i>fontes de referência</i> inclui livros e artigos sobre uma entidade).
24.1B1	Se o nome da entidade estiver em uma língua escrita em alfabeto não-latino, use o nome na forma latinizada de acordo com a tabela para aquela língua, adotada pela entidade catalogadora. Se necessário, faça remissivas para outras formas.
24.2C	Se variantes ortográficas do nome aparecerem nos itens editados pela entidade, use a forma estabelecida por uma reforma ortográfica oficial, ou, se isto não for aplicável, use a grafia predominante.
24.3A1	Se o nome aparecer em várias línguas, use a forma que estiver na língua oficial da entidade. [...] Se houver mais de uma língua oficial e uma delas for o português, use a forma portuguesa. [...] Em caso de dúvida, adote a seguinte ordem de preferência: português, inglês, francês, alemão, espanhol ou russo. Se não houver uma forma qualquer destas línguas, use a forma na língua que, em ordem alfabética, venha em primeiro lugar em português. Faça remissiva(s) da(s) forma(s) em outras línguas.
24.3C2	<b>Entidades antigas e internacionais.</b> Se o nome de uma entidade de origem antiga, ou de uma que tenha cunho internacional, tornou-se consagrado em forma portuguesa, use esta forma (Nota: São exemplos de entidades a que esta regra se aplica: entidades religiosas, irmandades, ordens de cavalaria, concílios religiosos e conferências diplomáticas. Se for necessário estabelecer um cabeçalho para uma conferência diplomática que não tenha um nome oficial e que não tenha adquirido ainda um nome convencional, use o nome mais comumente encontrado em artigos de periódicos e noticiários de jornais em português. Se, mais tarde, outro nome ficar consagrado, mude o cabeçalho para esse novo nome)
24.4A1	Faça acréscimos aos nomes das entidades de acordo com as instruções [...]. Para acréscimos a tipos específicos de entidades (p.ex., governos, conferências), veja 24.6-24.11. Coloque entre parênteses todos os acréscimos exigidos por essas e por outras regras deste capítulo
24.4B1	Se o nome isolado não expressar a ideia de uma entidade, acrescente uma designação geral em português.

Fonte: elaborado pela autora, baseado no Código de Catalogação Anglo-Americano (2005).

Das regras selecionadas, algumas se aproximam mais do que as outras, quanto à sua aplicabilidade à autoria de povo indígena. É necessário que a autodenominação do povo seja respeitada, no entanto, transferindo as regras estabelecidas das entidades para a autoria de povo indígena, as regras sugerem algumas medidas a serem consideradas para os cabeçalhos para povos indígenas.

- I. O nome a ser adotado deve ser o nome pelo qual o povo é mais comumente identificado, seja por suas próprias publicações ou por fontes de referência (artigos, livros e publicações sobre o povo).

- II. Os nomes não adotados como cabeçalho principal e suas formas de grafia variantes devem ser incluídos como remissivas no registro de identidade, de modo que a recuperabilidade do registro seja mais eficiente;
- III. Na ocorrência de sinais diacríticos utilizados na grafia de palavras indígenas que são inexistentes em língua portuguesa, devem ter sua grafia mais próxima possível para o registro dos nomes em línguas indígenas.
- IV. Caso a língua portuguesa seja um dos idiomas utilizados amplamente pelo povo, sugere-se o estabelecimento de cabeçalho em português, modo que será compreensível tanto para os indígenas quanto aos não indígenas. Recomenda-se o registro da autodenominação como entrada remissiva, quando esta for conhecida.
- V. Ao etnônimo referente a cada povo indígena há que se registrar um acréscimo para identificar quando o termo se refere aos indivíduos ou ao povo de forma geral.

Os tipos específicos de entidades mencionados na regra 24.4A1, não se assemelham às autoria de povo indígena, a saber: governos (relacionados à respectiva jurisdição); conferências, congressos, reuniões, etc.; exposições, feiras, festivais, etc.; filiais, ramais, etc.; igrejas locais, etc.; e estações de rádio e televisão. Outras entidades que possuem regras especiais são: comissões, comitês etc. conjuntos; entidades e autoridades governamentais (órgãos legislativos, assembleias constituintes, tribunais, forças armadas, embaixadas, consulados, etc.) e entidades e autoridades religiosas (CÓDIGO..., 2005)

Seguindo as propostas apresentadas e considerando o que foi apreendido através das entrevistas, um exemplo de registro de identidade com o cabeçalho estabelecido para o povo indígena e suas respectivas remissivas pode ser verificado a seguir.

Figura 18 – Registro de identidade, Povo Maxakali

<b>Cabeçalho</b>	<b>Maxakali (Povo)</b>
Autodenominação	Tikmu'ún
Ver (usado para)	Maxakari Maxacali Machaculi Maxakuli Masakari

Fonte: elaborado pela autora.

A forma “Povo [nome do povo indígena]” apareceu com maior frequência entre os entrevistados. No entanto, por uma questão de padronização, houve a inversão dos termos, e a palavra “povo” foi inserida como um acréscimo ao nome.

A diversidade e a complexidade dos povos indígenas do Brasil devem ser refletida nos sistemas de organização do conhecimento. Tomando como exemplo os Guarani, no Brasil, estes indígenas se dividem em três grupos: Kaiowá, Nandeva e Mbya. Há ainda outros grupos que ocupam os territórios pertencentes à Argentina e ao Paraguai. Apesar de possuírem aspectos culturais comuns, estes indivíduos diferem entre si a compreensão de sua forma de ser Guarani no mundo. Dessa forma, não parece adequado conceder um tratamento genérico em que a autoria seja atribuída apenas ao que se identificaria como povo Guarani, antes, o respeito a especificidade de cada grupo deve ser preservado.

De forma geral, cada registro de identidade deve conter os termos passíveis de recuperação<sup>42</sup> e seus vínculos a registros relacionados.

Figura 19 – Registro de identidade, Povo Guarani Kaiowá

Cabeçalho	Guarani Kaiowá (Povo)
Autodenominação	Pai-Tavyterã, Tembekuára
Ver (usado para)	Pai-Tavyterã Tembekuára Caingúá Caiuá Caoioá Guarani Kaiwá Guarani Kayowa Kadjová Kaiobá Kaiova Kaiowá Kainguá Kaiuá Kayoá Kayová
Ver também	Guarani Nandeva Guarani Mbyá
Fonte positiva dos dados	PIB Socioambiental. Disponível em: < <a href="http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/555">http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/555</a> >. Acesso em: 27 fev. 2016.
Informações adicionais	Habitam as regiões do Mato Grosso do Sul (BR) e Paraguai.

Fonte: elaborado pela autora.

<sup>42</sup> As formas variantes dos nomes foram consultadas em: MONTEIRO, E. B.; BRASIL, M. I. Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil. **Boletim do Museu do Índio**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-71, 1998,

O registro de identidade para os Guarani Nandeva, relacionado ao anterior, por sua vez, teria aparência semelhante, com os respectivos dados referentes ao povo.

Figura 20 – Registro de identidade, Povo Guarani Nandeva

Cabeçalho	Guarani Nandeva (Povo)
Autodenominação	Avá Katú Eté Apapokuva
Ver (usado para)	Apapokuva Avakatueté Avá Katú Eté Chiripá Guarani Nhandeva Ñandeva Nhandevá Oguaiva Tañygua Txiripá Xiripá
Ver também	Guarani Kaiowá Guarani Mbyá
Fonte positiva dos dados	PIB Socioambiental. Disponível em: < <a href="http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1303">http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1303</a> >. Acesso em: 27 fev. 2016.
Informações adicionais	Habitam as regiões do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo (BR), Argentina e Paraguai.

Fonte: elaborado pela autora.

Certamente, quanto maior for o número de informações adicionais e as possíveis remissivas, mais completo e rico será o registro de identidade. As remissivas “Ver (usado para)” reúnem as formas não autorizadas para a padronização do nome do povo. No entanto, sua recuperação através das ferramentas de busca no catálogo deve ser capaz de remeter o consulente à forma apropriada.

Esta forma de apresentação condiz com o que se deseja para o registro de identidade para a autoria de povo indígena: a presença do nome mais conhecido, para facilitar a busca e identificação; a autodenominação, para que a forma como os indivíduos se reconhecem seja respeitada; e as respectivas remissivas, considerando as diferentes formas de grafia e subgrupos compreendidos em um povo indígena.

No momento, a proposta mais concreta e viável que se apresenta é que tanto na área da descrição bibliográfica quanto nos pontos de acesso, o nome do povo

indígena esteja presente no registro bibliográfico como responsáveis pela obra/expressão ou como forma de representação temática, de acordo com cada caso. Observou-se que o material bibliográfico de temática narrativas/ lendas/ mitos, contém fortes evidências do universo simbólico e conhecimentos construídos de forma coletiva e transmitidos ao longo de gerações, cabendo ao autor indígena a sua adaptação para o universo da escrita.

Esta proposta não se encerra aqui. A construção de catálogo de autoridade ou identidade para povos indígenas do Brasil foi iniciada com essa pesquisa e terá continuidade até que o catálogo esteja concluído. Assim que possível, pretende-se tornar este catálogo disponível gratuitamente via web para que sirva de um instrumento de auxílio para os bibliotecários.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos envolvendo aspectos étnicos, grupos sociais específicos e contextos socioculturais diferenciados tem colaborado significativamente para as reflexões sobre os sistemas de organização do conhecimento e suas formas de representação. O desenvolvimento desta pesquisa vem endossar as discussões na área, de modo que as teorias relacionadas à representação do conhecimento possam também contemplar grupos com características particulares e contextos socioculturais locais, buscando o respeito à diversidade social.

Nesta pesquisa foram considerados os registros do conhecimento tradicional feitos a partir da escrita alfabética, em especial a produção bibliográfica indígena no Brasil. Outras formas de registro da cultura material como os desenhos, cerâmica, adornos e cestaria também contém informações relevantes para a compreensão de dos povos indígenas e devem ser considerados como fontes potenciais de informação.

Segue-se uma tendência já demonstrada por outros países da América Latina de se pensar sobre as questões biblioteconômicas em relação aos conhecimentos indígenas que, no entanto, ainda não se desenvolveu de forma satisfatória no Brasil. Neste sentido, os resultados desta pesquisa caminham junto a uma tendência global de reconhecimento da diversidade cultural entre os países. Ao se tratar de questões autorais, muitas vertentes de pesquisa que poderiam ter sido contempladas. Neste momento, optou-se em discutir a autoria sob o olhar da Representação Descritiva, pois ela é a responsável pelo reconhecimento da propriedade intelectual de um documento na representação bibliográfica.

Neste sentido, este trabalho atribui um caráter teórico e conceitual à Representação Descritiva, que por vezes ainda é considerada uma disciplina muito tecnicista e pouco reflexiva e conceitual. No âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, estudos têm sido desenvolvidos internacionalmente voltados para os fundamentos teóricos desta disciplina. Entende-se que questões relacionadas à autoria indígena colaboram neste cenário, ao aliar questões teóricas com soluções práticas.

Sendo a autoria um conceito socialmente construído, mais do que a responsabilidade pelo conteúdo intelectual, no contexto indígena, a autoria possui uma abrangência ampla, caracterizando-se também pela origem do autor e seu

compromisso em transmitir o conhecimento tradicional e divulgar os elementos culturais de seu povo, reafirmando sua identidade e promovendo a visibilidade aos povos indígenas.

A produção bibliográfica e a experiência literária indígena resultou na configuração de um novo tipo de autoria. As manifestações literárias indígenas por vezes se posicionam sobre a linha tênue que separa a autoria pessoal e a autoria do povo. Por serem filhos do povo, os autores e artistas indígenas tem nos conhecimentos tradicionais parte da sua formação enquanto indivíduo, não sendo possível dissociá-los completamente. No entanto, no percurso desta pesquisa, foi possível compreender que nas obras em que o interesse do texto se mantém no registro do conhecimento tradicional de forma ampla, de caráter informativo ou pedagógico, apresentando o povo como detentor de direitos de autoria, esta deve ser atribuída ao povo indígena como uma nova forma de entidade a figurar nos contextos descritivos, no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Por outro lado, as obras que são identificadas como adaptações, recontos ou recriações de lendas e histórias tradicionais, a elas devem ser atribuídas autoria pessoal, bem como nas demais criações do indivíduo.

Os autores indígenas têm colaborado de forma efetiva e bastante significativa na disseminação de suas culturas. A análise evidenciou que o segmento temático “narrativas/ lendas/ mitos” atualmente é composto majoritariamente por autores pessoais que se dedicam a recriar e recontar histórias tradicionais ou criações que possuem a temática indígena como contexto de desenvolvimento. Percebeu-se, do mesmo modo, que a autoria de povo indígena está presente nas narrativas mas também figura significativamente entre os materiais didáticos produzidos pelo povo, para uso do próprio povo.

Sendo assim, a organização e representação do conhecimento tem muito a contribuir para que esse conhecimento seja preservado, disseminado e utilizado. Respeitar a autoria indígena, atribuindo no registro bibliográfico o nome povo indígena que conserva o seu conhecimento registrado em um livro ou qualquer documento, seria um grande passo para a valorização do conhecimento indígena e dos indivíduos.

Os povos indígenas compõem uma parte significativa da identidade cultural dos brasileiros, embora algumas pessoas por ignorância ou preconceito não a reconheçam. A construção de representações bibliográficas adequadas às suas



produções também é uma forma de preservar a riqueza cultural brasileira, fortalecendo a nossa identidade nacional, apresentando e valorizando o conhecimento indígena, contribuindo para a diminuição do preconceito.

Os bibliotecários devem se envolver com este universo de conhecimento que perpassam os saberes populares e acadêmicos, se empenhando em garantir o acesso às suas diferentes formas de registro (textual, audiovisual, imagético, etc.). A proposta apresentada de representações para autoria de povo indígena é um passo inicial para que outras questões relacionadas à representação descritiva e temática de materiais indígenas passem a fazer parte das discussões da área. Pensar em políticas de representação bibliográfica que contemplem a representação da autoria indígena é, não somente desejável, quanto um compromisso com os povos originários, a fim de garantir o reconhecimento do valor de seus saberes ancestrais e ao seu direito à auto representação social.

Alguns pontos relacionados à esta pesquisa não puderam ser desenvolvidos em função das limitações circunstanciais. Quanto aos Requisitos Funcionais para Dados de Autoria (FRAD), ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado, que investigue os atributos relacionados à autoria de povo indígena, a delimitação e caracterização de suas entidades e suas relações com outras entidades bibliográficas.

Para futuras pesquisas, sugere-se que sejam contempladas as questões relacionadas à representação temática de obras indígenas, bibliotecas e centros de documentação indígenas inseridos no contexto das escolas nas aldeias, bibliotecas comunitárias e iniciativas de leitura na região amazônica, formação e desenvolvimento de coleções para acervos indígenas e a presença de livros indígenas em bibliotecas escolares não indígenas.

Por fim, os resultados dessa pesquisa confirmam que o conceito de autor é socialmente construído e que pode ser alterado ao longo do tempo, devendo a organização e representação do conhecimento acompanhar essa atualização e propor meios para a sua representação. Embora ainda seja um começo, demonstra o papel social da Representação Descritiva e como a Representação Bibliográfica pode contribuir para o resgate da identidade do povo brasileiro, assim como fortalecer a nossa identidade cultural, para o Brasil e para o mundo.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADÂITOBYRY Nhegatuhomobyry. Cuiabá: SIL, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. Literatura oral e popular. **Boitatá**: Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, n. especial, p.110-116, ago.-dez. 2008. Disponível em: <<http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.com.br/site/arquivos/revistas/1/8.%20Literatura%20Oral%20e%20Popular.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2015.
- ALMADA, Margarita. Sociedad multicultural de información y educación. Papel de los flujos electrónicos de información y su organización. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, septiembre-diciembre, n. 24, p. 103-133, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/800/80002406.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2015.
- ALVES, Marco Antonio Sousa. **O autor em questão em Barthes e Foucault**. [2010?]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2543136/O\\_autor\\_em\\_quest%C3%A3o\\_em\\_Barthes\\_e\\_Foucault](https://www.academia.edu/2543136/O_autor_em_quest%C3%A3o_em_Barthes_e_Foucault)>. Acesso em 17 fev. 2016.
- ANDERSON, James D. Organization of knowledge. In: FEATHER, John; STURGES, Paul (ed.). **International Encyclopedia of Information and Library Science**. 2. ed. New York: Routledge, 2003. 471-490.
- ANPOCS. **Por uma regulamentação específica da ética em pesquisa nas ciências humanas e sociais**. 2013. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1149:por-uma-regulamentacao-especifica-da-etica-em-pesquisa-nas-ciencias-humanas-e-sociais-&catid=1136:destaques&Itemid=433](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1149:por-uma-regulamentacao-especifica-da-etica-em-pesquisa-nas-ciencias-humanas-e-sociais-&catid=1136:destaques&Itemid=433)>. Acesso em 28 jan. 2016.
- BERMAN, S. **Prejudices and antipathies**: a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: McFarland & Company, 1993.
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, **Anais**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2014
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 7 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 26, de 4 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm)>. Acesso em 19 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998a. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu\\_escolar/ml\\_07.pdf](http://www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu_escolar/ml_07.pdf)>. Acesso em 19 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. 1998b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm)> . Acesso em 27 fev. 2016.

BRODIE, I.; BRODIE, L. A knowledge-information-data concept model for engineering education, **Australasian Journal of Engineering Education**, v.15, n.3, p. 137-144, 2009. Disponível em: <[http://www.engineersmedia.com.au/journals/aaee/pdf/AJEE\\_15\\_3\\_Brodie.pdf](http://www.engineersmedia.com.au/journals/aaee/pdf/AJEE_15_3_Brodie.pdf)> . Acesso em 28 maio 2014.

CAPURRO, R. Intercultural information ethics. In: INTERNATIONAL CENTER FOR INFORMATION ETHICS SYMPOSIUM, 2004, Karlsruhe. **Proceedings...** Karlsruhe: Center for Art and Media, 2004. Disponível em: <<http://www.capurro.de/iie.html>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

CHU, Clara M. IFLA Section on Library Services to Multicultural Populations Adopts Ten Reasons to Offer Multicultural Library Services, **EMIE Bulletin**, Spring 2005, p. [1-2]. Disponível em: <[http://libres.uncg.edu/ir/uncg/f/C\\_Chula\\_IFLA\\_2005.pdf](http://libres.uncg.edu/ir/uncg/f/C_Chula_IFLA_2005.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

CIVALLERO, Edgardo. **Las voces sin voz: oralidades y centros de conservación de la memoria**. [2004?]. No prelo. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10430228/Las\\_voces\\_sin\\_voz\\_Oralidad\\_y centros\\_de\\_conservación\\_de\\_la\\_memoria](https://www.academia.edu/10430228/Las_voces_sin_voz_Oralidad_y centros_de_conservación_de_la_memoria)>. Acesso em 07 fev. 2016.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB N.º 42 de 11 de Janeiro de 2002**. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. 2002. Disponível em: <<http://www.crb14.org.br/UserFiles/File/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20Bibliotec%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em 01 fev. 2016.

CORRÊA, Elisa C.D.; DUBAS, Sérgia Regina C.; SILVA, Cláudia A. da. Biblioteca escolar Guarani um projeto de extensão a serviço da preservação e divulgação da cultura guarani: relato de experiência. **Revista ACB**:

Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 241-249, jan./dez., 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/433/553>>. Acesso em 10 abr. 2014,

COSTA, Alda Cristina. **O embate entre o visível e o invisível**: a construção social da violência no jornalismo e na política. 2010. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém. 2010. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehete/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Alda-Cristina-Costa.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008)

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso(Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.2, p.105 -125, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n2/08.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2015.

ELLEN, Roy; HARRIS, Holly. **Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature**: a critical assessment. 1996. Disponível em: <[http://lucy.ukc.ac.uk/rainforest/SML\\_files/Occpap/indigknow.occpap\\_TOC.html](http://lucy.ukc.ac.uk/rainforest/SML_files/Occpap/indigknow.occpap_TOC.html)>. Acesso em: 13 abr. 2014.

ENCONTROS de escritores e artistas indígenas: relatório de atividades: um modo novo de marcar nossa ancestral oralidade. São Paulo: Uk'a Ed., 2013

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofoletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **Transinformação**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 67-76, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2239/1811>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco idéias equivocadas sobre os índios**. 2002. Palestra proferida no dia 22 de abril de 2002 no curso de extensão de gestores de cultura dos municípios do Rio de Janeiro, organizado pelo Departamento Cultural. Disponível em: <[http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco\\_ideias\\_equivocadas\\_sobre\\_indios\\_palestraCENESCH.pdf](http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco_ideias_equivocadas_sobre_indios_palestraCENESCH.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2014.

FREIRE, José Ribamar Bessa (org.). **Catálogo de livros indígenas**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Estudos dos Povos Indígenas, 2005.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.1, n.1, p.1-32, 2008.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Catálogos online**. 2014. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p. 103-112, maio/ago., 2006. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/672/652>>. Acesso em 28 maio 2014.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1996.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v.12, n.1, . p. [1-21], jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753/1500>>. Acesso em 06 abr. 2014.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 35, n.2-n.3, p.86-101, 2008.

HODGE, Gail. **Systems of Knowledge Organization for digital Libraries: beyond traditional authority files**. Washington, DC: The Digital Library Federation Council on Library and Information Resources, 2000.

HOERNER, Wagner Siloto. **América Latina e recursos biológicos amazônicos: pesquisas e patentes sobre plantas medicinais da Amazônia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina)-Universidade de São Paulo, 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 244 p.

IFLA. **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. 2009a. Disponível em: <[http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp\\_2009-pt.pdf](http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2014.

IFLA. **Declaración sobre el conocimiento indígena tradicional**. IFLA/LAC NOTÍCIAS, n.42, jun. 2003, p.5-6. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s27/news/lac42-s.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2014.

IFLA. **Functional Requirements for Authority Data: a conceptual model: final report**. 2013.

IFLA. **Functional Requirements for Bibliographic Records: final report**. 2009b.

ÍNDIOS no Acre. Rio Branco: Comissão Pró-Índio, 2002.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. **Moção do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ à CONEP: por uma ética nas Ciências Humanas e Sociais (resguardando o *ethos* das Ciências Humanas e Sociais)**. 2015. *Online*.

Disponível em: <  
[http://www.anpepp.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=506](http://www.anpepp.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=506)>. Acesso em  
 27 jan. 2016.

KAYAPÓ/Mebêngokrê: XII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos  
 Veadeiros. 2012. Disponível em:  
 <<http://www.encontrodeculturas.com.br/2012/artista/kayapo-mebengokre>>.  
 Acesso em 26 fev. 2016.

LÓPEZ-HUERTAS, María J. Reflexions on multidimensional knowledge: its  
 influence on the foundation of Knowledge Organization. **Knowledge  
 Organization**, Copenhagen v. 40, n. 6, p. 400-407, 2013.

LÓPEZ-HUERTAS, María J. Some Current Research Questions in the Field of  
 Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Copenhagen, v. 35, n. 2-  
 n. 3, p.113-136, 2008.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. In:  
 \_\_\_\_\_. **A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e  
 Educação Especial: uso e processo de análise**. Marília: UNESP, 2008.  
 Disponível em: <  
[http://www.oneesp.ufscar.br/texto\\_orientacao\\_transcricao\\_entrevista](http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista)>. Acesso  
 em: 18 jan. 2016.

MATOS, Claudia Neiva de (org.). **Antologia da floresta: literatura selecionada  
 e ilustrada pelos professores indígenas do Acre**. São Paulo: Multiletra, 1997.

MEBÊNGÔKRE nhõ myjja `ã akre `ã pi'ôk. Belo Horizonte: UFMG; Brasília,  
 DF: MEC, 2007.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Acesso aos registros sonoros: elementos  
 necessários à representação bibliográfica de discos e fitas**. 1999. Tese  
 (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1999.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no  
 plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Considerações  
 teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: Revista de  
 Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137,  
 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309>>.  
 Acesso em 10 set. 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves; ZAFALON, Zaira Regina. Diversidade cultural  
 aplicada ao Código de Catalogação: utopia ou necessidade? In: CONGRESSO  
 BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA  
 INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito, MS. **[Anais online]**. Disponível em:  
 <<http://eprints.rclis.org/15263/1/CBBBD%20Diversidade%20cultural%20aplicada%20ao%20c%C3%B3digo%20de%20cataloga%C3%A7%C3%A3o%20-%20utopia%20ou%20necessidade.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de [et al.]. Organização e representação do conhecimento em religiões yorubanas na Library of Congress Subject Headings. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília, SP: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. p.153-159.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **[Anais online]**. 2007. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/345/GT2--341.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 set. 2014.

NICOLAS, Yann. Folklore Requirements for Bibliographic Records: oral traditions and FRBR. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 39, n.3/4, 2005.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação, **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 466-492, set. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/453/385>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de. Da narrativa oral à representação do conhecimento. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 9., 2009, Valencia. **[Anais]**. 2009. p. 238-248. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2F Dialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F2924535.pdf&ei=OY8WVMz3AY78sATtkYDYDA&usg=AFQjCNGo3qAra\\_WzXygPPAlvifE0fhYHWA&bvm=bv.75097201,d.cWc&cad=rja](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2F Dialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F2924535.pdf&ei=OY8WVMz3AY78sATtkYDYDA&usg=AFQjCNGo3qAra_WzXygPPAlvifE0fhYHWA&bvm=bv.75097201,d.cWc&cad=rja)>. Acesso em 10 set. 2014.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade de documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. 2010.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, M. L. G. de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, abr., v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr10/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm)>. Acesso em 07 fev. 2016.

ØSTENSTAD, Inger. Qual a importância do nome do autor? **Linguasagem**, São Carlos, v. 20, out.-dez. 2012. Tradução: Márcio Antônio Gatti. Disponível em: <[http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/artigos/artigo\\_002.pdf](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/artigos/artigo_002.pdf)>. Acesso em 07 fev. 2016.

OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <[http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite\\_de\\_documentation\\_ocr.pdf](http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

PACHECO, Carlos. La comarca oral revisitada: oralidad y literatura a fines del milenio. **Actual investigación**, Venezuela, v. 34, n.50., 2011. Disponível em: <<http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/actualinvestigacion/article/view/2996/2916>>. Acesso em 01 Dez. 2014.

PAIVA, Eliane Bezerra. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16472>>. Acesso em 10 set. 2014.

PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela (org.). **Povos indígenas e escolarização**: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PÃRÕKUMU, Umusi; KEHÍRI, Tõrãmu. **Antes o mundo não existia**: mitologia dos antigo Desana-Kehípõrã. 2. ed. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN, 1995.

PENAHÃ: livro de Pradinho e Água Boa. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: MEC, 2005.

PLATAFORMA BRASIL. [Histórico do trâmite de avaliação CEP/CONEP]. 2016. Disponível em: <<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>>. Acesso em 20 jan. 2016.

POLECK, Lydia (org.). **Iny rybe - my ijyy**: textos Karajá. Goiânia: SEE/TO, 1998.

RAO, Siriginidi Subba. Indigenous knowledge organization: an indian scenario. **International Journal of Information Management**, v.26, p. 224–233, 2006.

REIS, Marcus Vinicius. **Multiculturalismo e direitos humanos**. 2013. Disponível em: <<http://marcusreis.com/2013/06/08/diretos-humanos-e-multiculturalismo>>. Acesso em 29 mar. 2015.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**: problemas, correntes e autores. São Paulo: EDICON, 1998.

SANTOS, Waniamara de Jesus dos. **Daniel Munduruku**: contador de histórias, guardião de memórias, construtor de identidades. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)-Universidade Federal de Ouro Preto, MG. 2014.



SILVA, Osvaldo Aulino da. **Conhecimento indígena**: bases para a educação ambiental. Rio Claro, SP: UNESP, 2005.

SILVEIRA, Elza Gonçalves da. **Sobre a literatura Xacriabá**. Belo Horizonte : FALE/UFMG : SECAD/MEC, 2005.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. **A trajetória da autoria na representação documental**. 2013. 191 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)— Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOARES, Maria S. B.; MARTIN, Mariana T.; FRANCELIN, Marivalde M. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v.11, n.1, p.55-71. Jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/571/pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SUNASSEE, N. Nakkiran; SEWRY, David A. A theoretical framework for knowledge management implementation. In: ANNUAL RESEARCH CONFERENCE OF THE SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF COMPUTER SCIENTISTS AND INFORMATION TECHNOLOGISTS. **Proceedings of SAICSIT**. 2002. p. 235–245

TORÜ Duü' Ügü : nosso povo. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ; Brasília, DF: MEC, 1985.

VERSWIJVER, Gustaaf. **Kayapó**. In: POVOS indígenas no Brasil. 2002. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

VÍDEO NAS ALDEIAS. 2009. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

WARREN, D. Michael. Using Indigenous Knowledge in Agricultural Development. **World Bank Discussion Papers**, Washington, D.C., n.127, 1991. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/12/30/000178830\\_98101903545330/Rendered/PDF/multi\\_page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/12/30/000178830_98101903545330/Rendered/PDF/multi_page.pdf)>. Acesso em 14 abr. 2016.

YAMAGUCHI, Miriam Harumi; GARCIA, Rosangela Fernandes. Óleo de copaíba e suas propriedades medicinais: revisão bibliográfica. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 137-146, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/2082/1563>>. Acesso em 17 fev. 2016.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nome do entrevistado(a):

Data e local de nascimento:

Etnia/povo:

Local onde reside atualmente:

( ) Área urbana ( ) Aldeia

Escolaridade / Atuação profissional:

**Questões:**

1. O autor ou escritor indígena, na maioria das vezes, apresenta em seus textos elementos característicos da cultura e modo de vida do povo o qual pertence. Além dessa característica, o que difere um escritor indígena de um não-indígena?
2. Ao transcrever e publicar uma história tradicional indígena o escritor se utiliza de um conhecimento que é transmitido oralmente entre gerações. Esta obra pode ser considerada uma produção intelectual do povo como um todo ou o escritor tem liberdade para alterá-la, fazendo adaptações ou recriações?
3. No princípio, a literatura indígena visava atender à demanda de materiais didáticos e paradidáticos para o processo educacional. Hoje ela se tornou o que pode se chamar de arte utilitária, à medida em que serve como forma de reafirmação de identidade e resistência cultural. Como você enxerga a inserção da literatura indígena para a sociedade em geral e a Lei 11.645/2008?
4. Atualmente os livros de autoria coletiva indígena configuram-se em um desafio para os catálogos de bibliotecas que, para reconhecer sua autoria, precisam estabelecer padrões. Para a designação do nome de um grupo indígena, na sua opinião, qual a forma mais adequada?



**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título:** A representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil

**OBJETIVO DO ESTUDO:** O objetivo deste projeto é analisar a representação bibliográfica de materiais textuais elaborados por grupos indígenas brasileiros, com foco na representação da autoria da obra.

**ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO:** Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para fins acadêmicos. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil. Você possui plena liberdade para a retirada de seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum tipo de penalização.

**PROCEDIMENTO DO ESTUDO:** Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora. Pretende-se que o resultado desta entrevista contribua para o trabalho final da dissertação. Local da entrevista: \_\_\_\_\_ (as entrevistas poderão ser realizadas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) ou em algum local público, a depender da disponibilidade do entrevistado). Horário da entrevista: \_\_\_\_\_ (o horário da realização das entrevistas será definido em função da disponibilidade do entrevistado). A temática da entrevista versará sobre assuntos relacionados à literatura indígena, autoria e educação, conforme o roteiro da entrevista aprovado pelo CEP-UNIRIO e CONEP.

**GRAVAÇÃO EM ÁUDIO:** Todas as entrevistas serão gravadas em áudio. Os áudios da entrevista serão ouvidos por mim e por uma entrevistadora experiente e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. Os áudios serão utilizados somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo.

**RISCOS:** Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado. Você tem o direito de interromper esta entrevista a qualquer momento.

**BENEFÍCIOS:** Sua entrevista ajudará aos bibliotecários na construção de catálogos e bases de dados, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

**CONFIDENCIALIDADE:** Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas gravações de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu



**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

**DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES:** Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) através do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), a fim de elaboração de uma dissertação no Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), sendo a aluna Aline da Silva Franca a pesquisadora principal, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Naira Christofolletti Silveira. As investigadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contacte Aline da Silva Franca no telefone [REDACTED] / e-mail: [REDACTED], ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7796 (das 08hr às 14hr, de segunda à sexta) ou e-mail cep.unirio09@gmail. O CEP-UNIRIO propõe-se a atuar instruindo pesquisadores dos diversos âmbitos do conhecimento, com a finalidade de disciplinar as pesquisas a serem desenvolvidas, de modo a resguardar e garantir a integridade dos valores, dos direitos e deveres e o cumprimento dos objetivos no que concerne a sua eticidade, considerada como valor universal, assegurando a qualidade dos resultados e a dignidade científica nas relações entre os pesquisadores, os demais atores envolvidos e a sociedade em geral, considerando como fundamental a responsabilidade ambiental e o compromisso social para com o momento presente e as gerações futuras. Este documento está sendo elaborado em duas vias. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Telefone de contato \_\_\_\_\_

Assinatura (Pesquisador):

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## ANEXO A – CARTA DA KARI-OCA

Nós, escritores indígenas, estivemos reunidos no Rio de Janeiro nos dias 22 e 23 de setembro de 2004, para realizar o I Encontro Nacional de Escritores Indígenas. Nosso evento fez parte da programação do 6º Seminário FNLIJ de Literatura Infantil e Juvenil que aconteceu durante o 6º Salão do Livro Infantil e Juvenil, organizado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e que teve como tema: "O direito autoral e a proteção dos conhecimentos tradicionais", cujo objetivo era debater formas alternativas para o incremento de uma política de proteção dos conhecimentos coletivos de nossos povos.

Durante estes dias pudemos conversar com o público leitor, editores, autores e ilustradores de literatura infantil e juvenil e aprender os mecanismos para a publicação de textos de autoria indígena. Foi um encontro recheado de boas surpresas e aprendizado para nós e para a sociedade brasileira, representada pelo acolhedor povo carioca. Nosso evento, organizado pelo Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi), apoiado pela Fundação Ford e pela Embaixada da Noruega (Norad), tornou-se um marco importante no estabelecimento de uma nova relação com a sociedade e com os organismos responsáveis pela proteção dos conhecimentos tradicionais e pelas leis de proteção ao conhecimento autoral. Reunidos, assim, de forma pacífica, mas decisiva; de forma amorosa, mas contundente, conclamamos a sociedade brasileira a pensar conosco algumas de nossas conclusões:

**1. Nosso conhecimento tradicional é coletivo e está vivo e presente em nosso país muito antes dos conquistadores europeus aportarem em nossas praias.** É um conhecimento que abrange o material, mas principalmente o espiritual de nossa gente e não pode ser considerado domínio público, pois o uso indevido pode empobrecer seu verdadeiro valor moral e social e deturpar seu sentido poético e simbólico.

**2. Nossa oralidade é parte fundamental para a manutenção de nossos sistemas sociais, políticos, religiosos e educacionais.** Entendemos a necessidade de revigorar nossa tradição e nossos valores a partir da oralidade, bem como entendemos que um meio disso ocorrer é através da edição e difusão de livros de autoria indígena, nos quais nossas crianças poderão encontrar incentivo e estímulo para conviver com sua própria identidade étnica.

**3. Os conhecimentos de nossos avós foram deixados para nossos netos de forma oral como uma teia que une o passado ao futuro.** Esta fórmula pedagógica tem sustentado o céu no seu lugar e mantido os rios e as montanhas como companheiros de caminhada para nossos povos. Tais conhecimentos, em forma de narrativas — chamadas mitos pelo Ocidente — foram sendo apropriados por pesquisadores, missionários, aventureiros, viajantes que não levaram em consideração a autoria coletiva e divulgaram essas histórias não se preocupando com seus verdadeiros donos e não repartindo com as comunidades os dividendos provenientes de sua comercialização no mercado editorial nacional e internacional. Consideramos esse tipo de manipulação prejudicial e reivindicamos uma relação mais ética e transparente com o patrimônio cultural — material e imaterial — de nossos povos.

A partir destes pontos abordados durante nosso encontro, decidimos:

1. Fundar o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas que pretende reunir autores em torno de uma agenda comum na defesa dos direitos autorais coletivos de nossa gente. Tal núcleo estará ligado ao Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi) e agirá junto às instâncias governamentais e não governamentais que operam com a defesa dos conhecimentos tradicionais. Além disso, o NEI prestará consultoria para o mercado editorial, procurando ser uma referência para a sociedade.
2. Sugerir às editoras maior cuidado com a edição e publicação de livros ligados temática indígena. Semelhante cuidado ajudará a diminuir a exclusão social de nossos povos e a aproximar nossas sociedades e a sociedade brasileira.
3. Propor a criação de um selo de Responsabilidade Social e Repartição de Benefícios para ser usado em livros publicados com histórias tradicionais identificadas. Tais benefícios seriam depositados num fundo especialmente criado para o gerenciamento do mesmo sob a responsabilidade do NEI.
4. Alertar os governos (federal, estadual e municipal) para a necessidade urgente de políticas públicas para implementar, em nossas comunidades, bibliotecas especializadas bem como projetos de incentivo ao livro e a leitura.
5. Articular politicamente juntos aos governos (municipal, estadual e federal) rubrica orçamentária para viabilizar as ações do NEI.
6. Sugerir a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) a manutenção, em sua agenda, dos concursos Curumim e Tamoios para incentivar a leitura de livros de autoria indígena bem como incentivar o surgimento de talentos literários entres os indígenas brasileiros.

Acreditamos que nosso encontro foi muito proveitoso para nós e para a sociedade brasileira e temos certeza de que avançaremos, ainda que a passos lentos como pede a sabedoria de nossos ancestrais, até chegarmos a um momento de verdadeira troca com a sociedade nacional.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2004.